



PROJECTO EDUCATIVO

INTRODUÇÃO

1. ENQUADRAMENTO CONCEPTUAL DO TEMA

2. PROJECTO EDUCATIVO DO COLÉGIO S. FILIPE

3. FILOSOFIA DO COLÉGIO S. FILIPE

4. CARACTERIZAÇÃO DO MEIO

5. CARACTERIZAÇÃO DO COLÉGIO

6. PROBLEMÁTICAS ANALISADAS

7. DIÁLOGO COLÉGIO - FAMÍLIA

8. AVALIAÇÃO DO PROJECTO EDUCATIVO DO COLÉGIO

9. PROJECTO CURRICULAR DO COLÉGIO S. FILIPE

10. PLANO ANUAL DE ACTIVIDADES

11. CALENDÁRIO ESCOLAR

12. CALENDÁRIO DO CONSELHO DE DOCENTES

13. ATENDIMENTO AOS ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO

14. VIGILÂNCIA NO RECREIO

15. PESSOAL NÃO DOCENTE

16. PROJECTO BIBLIOTECA / / SALA MULTIMÉDIA

17. SUB-PROJECTO

18. REGULAMENTO INTERNO 2007 / 2008

19. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

INTRODUÇÃO

O Projecto Educativo do Colégio S. Filipe, em Setúbal, fundamenta-se no desenvolvimento e execução de um trabalho global, sustentado na vontade e querer de todos os membros da sua comunidade educativa, pilares essenciais na prossecução dos objectivos educacionais a que se propõe, nunca esquecendo o seu mote “Rigor, Nobilis, Sapientia”, alicerçado no seu lema, “porque a família existe”.

Assim, procura-se implementar um projecto coerente com a filosofia e os princípios orientadores do Colégio S. Filipe, centrado na formação integral dos alunos como cidadãos úteis à sociedade, preparados para colocar o seu saber ao serviço do bem comum com pilares sólidos de formação técnica e cívica.

Por sua vez a formação de todos os agentes educativos e não só, revela-se da maior importância, uma vez que a actualização e aperfeiçoamento constantes são essenciais para quem colabora no desenvolvimento e formação da pessoa humana.

O projecto do Colégio S. Filipe é aberto a novas experiências. Preocupa-se não só com o reforço da Língua Portuguesa, mas igualmente com o desenvolvimento do raciocínio lógico, o domínio da Língua Inglesa, a informação global, as novas tecnologias e o saber indispensável a quem hoje procura ir mais além do que a simples informação recolhida nos livros e matérias curriculares. Assim, explora outras áreas, como a expressão dramática, as artes, o desporto e até o conhecimento que nos transmite o trabalho em Horta, seja pelo cultivo e tratamento de hortas, seja pelo cuidar de animais.

Como tema do Projecto Educativo 2009/2012 o Colégio S. Filipe escolheu “Vamos Conhecer... O Estuário do Sado”, reconhecendo na nossa região a existência de uma Reserva Natural de riquíssimo valor biológico, geológico e natural, da qual os nossos alunos pouco conhecem.

Assim, no triénio ao qual o projecto educativo se reporta, abordaremos a temática da Educação Ambiental e do Desenvolvimento Sustentável, partilhando da Resolução das Nações Unidas n.º 57/254 instituída em 2005-2014 como a **Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável** (DEDS). Actualmente, a Educação Ambiental cumpre um papel de fundamental importância no quadro da estruturação cívica dos indivíduos ou grupos sociais que os leve a tomar consciência do ambiente global e dos seus problemas, e os sensibilize para estes assuntos.

Contamos com o apoio, no aspecto científico, da Dr.^a Susana Tereso – coordenadora da Reserva Natural do Estuário do Sado (RNES) no PARAÍSO! Vamos cuidar do Sado!. Sabemos que cabe aos Professores e Educadoras a nobre tarefa de formar sem nunca deixar de abrir as portas ao saber das gerações anteriores, sejam Pais, Educadores ou Avós dos seus alunos.

Aos Pais, Educadores e Avós cabe a não menos nobre tarefa de aceitar este convite, participando e partilhando com o Colégio no sublime desafio de ajudar os seus educandos a crescer, física e intelectualmente, de forma saudável.

Ao pessoal não docente, compete também a não menos importante tarefa de proporcionar condições necessárias ao bom desenvolvimento do Projecto Educativo, na aplicação prática no dia-a-dia.

Entende-se este Projecto Educativo como um documento de carácter pedagógico, orientador de toda a actividade escolar que, elaborado com a participação da comunidade educativa estabelece a identidade própria do Colégio. Todo o Projecto Educativo traduz opções fundadas em valores e tomadas na convicção de que são particularmente adequadas à realidade presente e aos objectivos que se pretendem alcançar. Enuncia todo um conjunto de intenções que se julga poderem ser postas em prática, atendendo aos recursos humanos, físicos e legais.

1. ENQUADRAMENTO CONCEPTUAL DO TEMA

VAMOS CONHECER... O ESTUÁRIO DO SADO

EDUCAÇÃO AMBIENTAL, CIDADANIA E SUSTENTABILIDADE

1.1. Introdução

A reflexão sobre as práticas sociais, num contexto marcado pela degradação permanente do meio ambiente e do seu ecossistema, cria uma necessária articulação com a produção de sentidos sobre a educação ambiental. A dimensão ambiental configura-se crescentemente como uma questão que diz respeito a um conjunto de actores do universo educativo, potencializando o envolvimento dos diversos sistemas de conhecimento, a capacitação de profissionais e a comunidade educativa numa perspectiva interdisciplinar.

O desafio que se coloca é de formular uma educação ambiental que seja crítica e inovadora em dois níveis: formal e não formal. Assim, ela deve ser acima de tudo um acto político voltado para a transformação social. O seu

enfoque deve buscar uma perspectiva de acção holística que relaciona o homem, a natureza e o universo, tendo como referência que os recursos naturais se esgotam e que o principal responsável pela sua degradação é o ser humano.

CIDADANIA – ECOLOGIA – EDUCAÇÃO AMBIENTAL

1.2. Desenvolvimento, meio ambiente e práticas educativas

A reflexão sobre as práticas sociais, num contexto marcado pela degradação permanente do meio ambiente e do seu ecossistema, envolve uma necessária articulação com a produção de sentidos sobre a educação ambiental. A dimensão ambiental configura-se crescentemente como uma questão que envolve um conjunto de actores do universo educativo, potencializando o encadeamento dos diversos sistemas de conhecimento, a capacitação de profissionais e a comunidade educativa numa perspectiva interdisciplinar. Nesse sentido, a produção de conhecimento deve necessariamente contemplar as inter-relações do meio natural com o social, incluindo a análise dos determinantes do processo, o papel dos diversos actores envolvidos e as formas de organização dê prioridade a um novo perfil de desenvolvimento, com ênfase na sustentabilidade socioambiental.

Tomando-se como referência o facto de a maior parte da população portuguesa viver em cidades, observa-se uma crescente degradação das condições de vida, reflectindo uma crise ambiental. Isto nos remete a uma necessária reflexão sobre os desafios para mudar as formas de pensar e agir em torno da questão ambiental numa perspectiva contemporânea. Leff (2001) fala sobre a impossibilidade de resolver os crescentes e complexos problemas ambientais e reverter suas causas sem que ocorra uma mudança radical nos sistemas de conhecimento, dos valores e dos comportamentos gerados pela dinâmica de racionalidade existente, fundada no aspecto económico do desenvolvimento.

A partir da Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental realizada em Tsibilisi (EUA), em 1977, inicia-se um amplo processo em nível global orientado para criar as condições que formem uma nova consciência sobre o valor da natureza e para reorientar a produção de conhecimento baseada nos métodos da interdisciplinaridade e nos princípios da complexidade. Esse campo educativo tem sido fertilizado transversalmente, e isso tem possibilitado a realização de experiências concretas de educação ambiental de forma criativa e inovadora por diversos segmentos da população e em diversos níveis de formação. O documento da Conferência Internacional

sobre Meio Ambiente e Sociedade, Educação e Consciência Pública para a Sustentabilidade, realizada em Tessalónica (Grécia), chama a atenção para a necessidade de se articularem acções de educação ambiental baseadas nos conceitos de ética e sustentabilidade, identidade cultural e diversidade, mobilização e participação e práticas interdisciplinares (Sorrentino, 1998).

A necessidade de abordar o tema da complexidade ambiental decorre da percepção sobre o incipiente processo de reflexão acerca das práticas existentes e das múltiplas possibilidades de, ao pensar a realidade de modo complexo, defini-la como uma nova racionalidade e um espaço onde se articulam natureza, técnica e cultura. Refletir sobre a complexidade ambiental abre uma estimulante oportunidade para compreender a gestação de novos actores sociais que se mobilizam para a apropriação da natureza, para um processo educativo articulado e comprometido com a sustentabilidade e a participação, apoiado numa lógica que privilegia o diálogo e a interdependência de diferentes áreas de saber. Mas também questiona valores e premissas que norteiam as práticas sociais prevalecentes, implicando mudança na forma de pensar e transformação no conhecimento e nas práticas educativas.

A realidade actual exige uma reflexão cada vez menos linear, e isto se produz na inter-relação dos saberes e das práticas colectivas que criam identidades e valores comuns e acções solidárias diante da reapropriação da natureza, numa perspectiva que privilegia o diálogo entre saberes.

A preocupação com o desenvolvimento sustentável representa a possibilidade de garantir mudanças socio-políticas que não comprometam os sistemas ecológicos e sociais que sustentam as comunidades. A complexidade desse processo de transformação de um planeta, não apenas crescentemente ameaçado, mas também directamente afectado pelos riscos socioambientais e seus danos, é cada vez mais notória.

Há uma demanda actual para que a sociedade esteja mais motivada e mobilizada para assumir um papel mais propositivo, bem como seja capaz de questionar, de forma concreta, a falta de iniciativa do governo na implementação de políticas ditadas pelo binómio da sustentabilidade e do desenvolvimento num contexto de crescente dificuldade na promoção da inclusão social. Nessa direcção, a problemática ambiental constitui um tema muito propício para aprofundar a reflexão e a prática em torno do restrito impacto das práticas de resistência e de expressão das demandas da população das áreas mais afectadas pelas constantes e crescentes crises

ambientais. Mas representa também a possibilidade de abertura de estimulantes espaços para implementar alternativas diversificadas de democracia participativa, notoriamente, a garantia do acesso à informação e a consolidação de canais abertos para uma participação plural.

A postura de dependência e de desresponsabilização da população decorre principalmente da desinformação, da falta de consciência ambiental e de um défice de práticas comunitárias baseadas na participação e no envolvimento dos cidadãos, que proponham uma nova cultura de direitos baseada na motivação e na co-participação da gestão ambiental.

1.3. A educação ambiental: actores, práticas e alternativas

Nestes tempos em que a informação assume um papel cada vez mais relevante (ciberespaço, multimedia, internet) a educação para a cidadania representa a possibilidade de motivar e sensibilizar as pessoas para transformar as diversas formas de participação na defesa da qualidade de vida. Nesse sentido cabe destacar que a educação ambiental assume cada vez mais uma função transformadora, na qual a co-responsabilização dos indivíduos torna-se um objectivo essencial para promover um novo tipo de desenvolvimento – o desenvolvimento sustentável. Entende-se, portanto, que a educação ambiental é condição necessária para modificar um quadro de crescente degradação socioambiental, mas ela ainda não é suficiente, o que, no dizer de Tamaio (2000), se converte em “mais uma ferramenta de mediação necessária entre culturas, comportamentos diferenciados e interesses de grupos sociais para a construção das transformações desejadas”. O educador tem a função de mediador na construção de referenciais ambientais e deve saber usá-los como instrumentos para o desenvolvimento de uma prática social centrada no conceito da natureza.

A problemática da sustentabilidade assume neste novo século um papel central na reflexão sobre as dimensões do desenvolvimento e das alternativas que se configuram. O quadro socioambiental que caracteriza as sociedades contemporâneas revela que o impacto dos humanos sobre o meio ambiente tem tido consequências cada vez mais complexas, tanto em termos quantitativos quanto qualitativos. O conceito de desenvolvimento sustentável surge para enfrentar a crise ecológica, sendo que pelo menos duas correntes alimentaram o processo. Uma primeira, centrada no trabalho do Clube de Roma, reúne suas idéias, publicadas sob o título de Limites do crescimento em 1972, segundo as quais, para alcançar a

estabilidade económica e ecológica propõe-se o congelamento do crescimento da população global e do capital industrial, mostrando a realidade dos recursos limitados e indicando um forte viés para o controle demográfico (ver Meadows et al., 1972). Uma segunda, está relacionada com a crítica ambientalista ao modo de vida contemporâneo, e se difundiu a partir da Conferência de Estocolmo em 1972. Tem como pressuposto a existência de sustentabilidade social, económica e ecológica. Estas dimensões explicitam a necessidade de tornar compatível a melhoria nos níveis e qualidade de vida com a preservação ambiental. Surge para dar uma resposta à necessidade de harmonizar os processos ambientais com os socioeconómicos, maximizando a produção dos ecossistemas para favorecer as necessidades humanas presentes e futuras. A maior virtude dessa abordagem é que, além da incorporação definitiva dos aspectos ecológicos no plano teórico, ela enfatiza a necessidade de inverter a tendência auto destrutiva dos processos de desenvolvimento no seu abuso contra a natureza (Jacobi, 1997).

Actualmente, o avanço para uma sociedade sustentável é permeado de obstáculos, na medida em que existe uma restrita consciência na sociedade a respeito das implicações do modelo de desenvolvimento em curso. Pode-se afirmar que as causas básicas que provocam actividades ecologicamente predatórias são atribuídas às instituições sociais, aos sistemas de informação e comunicação e aos valores adoptados pela sociedade. Isso implica principalmente a necessidade de estimular uma participação mais activa da sociedade no debate dos seus destinos, como uma forma de estabelecer um conjunto socialmente identificado de problemas, objectivos e soluções. O caminho a ser desenhado passa necessariamente por uma mudança no acesso à informação e por transformações institucionais que garantam acessibilidade e transparência na gestão. Existe um desafio essencial a ser enfrentado, e este está centrado na possibilidade de que os sistemas de informações e as instituições sociais se tornem facilitadores de um processo que reforce os argumentos para a construção de uma sociedade sustentável. Para tanto é preciso que se criem todas as condições para facilitar o processo, suprimindo dados, desenvolvendo e disseminando indicadores e tornando transparentes os procedimentos por meio de práticas centradas na educação ambiental que garantam os meios de criar novos estilos de vida e promovam uma consciência ética que questione o actual modelo de desenvolvimento, marcado pelo carácter predatório e pelo reforço das desigualdades socioambientais.

A sustentabilidade como novo critério básico e integrador precisa estimular permanentemente as responsabilidades éticas, na medida em que a ênfase nos aspectos

extra-económicos serve para reconsiderar os aspectos relacionados com a equidade, a justiça social e a própria ética dos seres vivos. A noção de sustentabilidade implica, portanto, uma inter-relação necessária de justiça social, qualidade de vida, equilíbrio ambiental e a ruptura com o actual padrão de desenvolvimento (Jacobi, 1997).

Nesse contexto, segundo Reigota (1998), a educação ambiental aponta para propostas pedagógicas centradas na consciencialização, mudança de comportamento, desenvolvimento de competências, capacidade de avaliação e participação dos educandos. Para Pádua e Tabanez (1998), a educação ambiental propicia o aumento de conhecimentos, mudança de valores e aperfeiçoamento de habilidades, condições básicas para estimular maior integração e harmonia dos indivíduos com o meio ambiente. A relação entre meio ambiente e educação para a cidadania assume um papel cada vez mais desafiador, demandando a emergência de novos saberes para apreender processos sociais que se complexificam e riscos ambientais que se intensificam.

As políticas ambientais e os programas educativos relacionados à consciencialização da crise ambiental demandam cada vez mais novos enfoques integradores de uma realidade contraditória e geradora de desigualdades, que transcendem a mera aplicação dos conhecimentos científicos e tecnológicos disponíveis. O desafio é, pois, o de formular uma educação ambiental que seja crítica e inovadora, em dois níveis: formal e não formal. Assim a educação ambiental deve ser acima de tudo um acto político voltado para a transformação social. O seu enfoque deve buscar uma perspectiva holística de acção, que relaciona o homem, a natureza e o universo, tendo em conta que os recursos naturais se esgotam e que o principal responsável pela sua degradação é o homem. Para Sorrentino (1998), os grandes desafios para os educadores ambientais são, de um lado, o resgate e o desenvolvimento de valores e comportamentos (confiança, respeito mútuo, responsabilidade, compromisso, solidariedade e iniciativa) e de outro, o estímulo a uma visão global e crítica das questões ambientais e a promoção de um enfoque interdisciplinar que resgate e construa saberes.

Quando nos referimos à educação ambiental, situamo-la em contexto mais amplo, o da educação para a cidadania, configurando-a como elemento determinante para a consolidação de sujeitos cidadãos. O desafio do fortalecimento da cidadania para a população como um todo, e não para um grupo restrito, concretiza-se pela possibilidade de cada pessoa ser portadora de direitos e deveres, e de se converter, portanto, em actor co-responsável na defesa da qualidade de vida.

O principal eixo de actuação da educação ambiental deve buscar, acima de tudo, a solidariedade, a igualdade e o respeito à diferença através de formas democráticas de actuação baseadas em práticas interativas e dialógicas. Isto se consubstancia no objectivo de criar novas atitudes e comportamentos diante do consumo na nossa sociedade e de estimular a mudança de valores individuais e colectivos (Jacobi, 1997).

A educação ambiental é atravessada por vários campos de conhecimento, o que a situa como uma abordagem multirreferencial, e a complexidade ambiental (Leff, 2001) reflecte um tecido conceitual heterogéneo, “onde os campos de conhecimento, as noções e os conceitos podem ser originários de várias áreas do saber” (Tristão, 2002). Portanto, a dimensão ambiental representa a possibilidade de lidar com conexões entre diferentes dimensões humanas, propiciando, entrelaçamentos e múltiplos trânsitos entre múltiplos saberes. A escola participa então dessa rede “como uma instituição dinâmica com capacidade de compreender e articular os processos cognitivos com os contextos da vida” (Tristão, 2002). A educação insere-se na própria teia da aprendizagem e assume um papel estratégico nesse processo, e, parafraseando Reigota, podemos dizer que

“...a educação ambiental na escola ou fora dela continuará a ser uma concepção radical de educação, não porque prefere ser a tendência rebelde do pensamento educacional contemporâneo, mas sim porque a nossa época e a nossa herança histórica e ecológica exigem alternativas radicais, justas e pacíficas.” (1998, p.43)

E o que dizer do meio ambiente na escola? Tomando-se como referência Vigotsky (apud Tamaio, 2000) pode-se dizer que um processo de reconstrução interna (dos indivíduos) ocorre a partir da interação com uma acção externa (natureza, reciclagem, efeito estufa, ecossistema, recursos hídricos, desmatamento), na qual os indivíduos se constituem como sujeitos pela interiorização de significações que são construídas e reelaboradas no desenvolvimento de suas relações sociais. A educação ambiental, como tantas outras áreas de conhecimento, pode assumir, assim, “uma parte activa de um processo intelectual, constantemente a serviço da comunicação, do entendimento e da solução dos problemas” (Vigotsky, 1991). Trata-se de uma aprendizagem social, baseada no diálogo e na interação em constante processo de recriação e reinterpretção de informações, conceitos e significados, que se podem originar da aprendizagem em sala de aula ou da experiência pessoal do aluno. Assim, a escola pode transformar-se no espaço em que o aluno terá condições de analisar a natureza num contexto entrelaçado de práticas sociais, parte componente de uma realidade mais complexa e multifa-

cetada. O mais desafiador é evitar cair na simplificação de que a educação ambiental poderá superar uma relação pouco harmoniosa entre os indivíduos e o meio ambiente mediante práticas localizadas e pontuais, muitas vezes distantes da realidade social de cada aluno. Cabe sempre enfatizar a historicidade da concepção de natureza (Carvalho, 2001), o que possibilita a construção de uma visão mais abrangente (geralmente complexa, como é o caso das questões ambientais) e que abra possibilidades para uma acção em busca de alternativas e soluções.

E como se relaciona educação ambiental com a cidadania? Cidadania tem a ver com a identidade e a pertença a uma colectividade. A educação ambiental como formação e exercício de cidadania refere-se a uma nova forma de encarar a relação do homem com a natureza, baseada numa nova ética, que pressupõe outros valores morais e uma forma diferente de ver o mundo e os homens.

A educação ambiental deve ser vista como um processo de permanente aprendizagem que valoriza as diversas formas de conhecimento e forma cidadãos com consciência local e planetária.

E o que tem sido feito em termos de educação ambiental? A grande maioria das actividades são feitas dentro de uma modalidade formal. Os temas predominantes são lixo, protecção do verde, uso e degradação dos mananciais, acções para consciencializar a população em relação à poluição do ar. A educação ambiental que tem sido desenvolvida é muito diversa, e a presença dos órgãos governamentais como articuladores, coordenadores e promotores de acções é ainda muito restrita.

No caso das grandes metrópoles existe a necessidade de enfrentar os problemas da poluição do ar, e o poder público deve assumir um papel inductor do processo. A redução do uso do automóvel estimula a co-responsabilidade social na preservação do meio ambiente, chama a atenção das pessoas e as informa sobre os perigos gerados pela poluição do ar. Mas isso implica a necessidade de romper com o estereótipo de que as responsabilidades urbanas dependem em tudo da acção governamental, e os habitantes mantêm-se passivos e aceitam a tutela.

O grande salto de qualidade tem sido feito pelas ONGs e organizações comunitárias, que tem desenvolvido acções não formais centradas principalmente na população infantil e juvenil. A lista de acções é extensa e essas referências são indicativas de práticas inovadoras preocupadas em incrementar a co-responsabilidade das pessoas em todas as faixas etárias e grupos sociais quanto à importância de formar cidadãos cada vez mais comprometidos com a defesa da vida.

A educação para a cidadania representa a possibilidade de motivar e sensibilizar as pessoas para transformar as diversas formas de participação em potenciais caminhos de dinamização da sociedade e de concretização de uma proposta de sociabilidade baseada na educação para a participação.

O desafio da construção de uma cidadania activa configura-se como elemento determinante para constituição e fortalecimento de sujeitos cidadãos que, portadores de direitos e deveres, assumam a importância da abertura de novos espaços de participação. Actualmente o desafio de fortalecer uma educação ambiental convergente e multirreferencial é prioritário para viabilizar uma prática educativa que articule de forma incisiva a necessidade de se enfrentar concomitantemente a degradação ambiental e os problemas sociais. Assim, o entendimento sobre os problemas ambientais se dá por uma visão do meio ambiente como um campo de conhecimento e significados socialmente construído, que é perpassado pela diversidade cultural e ideológica e pelos conflitos de interesse.

Nesse universo de complexidades precisa ser situado o aluno, cujos repertórios pedagógicos devem ser amplos e interdependentes, visto que a questão ambiental é um problema híbrido, associado a diversas dimensões humanas. Os(As) professores(as) devem estar cada vez mais preparados para reelaborar as informações que recebem, e dentre elas, as ambientais, a fim de poderem transmitir e decodificar para os alunos a expressão dos significados sobre o meio ambiente e a ecologia nas suas múltiplas determinações e intersecções. A ênfase deve ser a capacitação para perceber as relações entre as áreas e como um todo, enfatizando uma formação local/global, buscando marcar a necessidade de enfrentar a lógica da exclusão e das desigualdades. Nesse contexto, a administração dos riscos socioambientais coloca cada vez mais a necessidade de ampliar o envolvimento público por meio de iniciativas que possibilitem um aumento do nível de consciência ambiental dos moradores, garantindo a informação e a consolidação institucional de canais abertos para a participação numa perspectiva pluralista. A educação ambiental deve destacar os problemas ambientais que decorrem da desordem e degradação da qualidade de vida nas cidades e regiões.

À medida que se observa cada vez mais dificuldade em manter-se a qualidade de vida nas cidades e regiões, é preciso fortalecer a importância de garantir padrões ambientais adequados e estimular uma crescente consciência ambiental, centrada no exercício da cidadania e na reformulação de valores éticos e morais, individuais e colectivos, numa perspectiva orientada para o desenvolvimento sustentável.

A educação ambiental, como componente de uma cidadania abrangente, está ligada a uma nova forma de relação ser humano/natureza, e a sua dimensão quotidiana leva a pensá-la como somatório de práticas e, conseqüentemente, entendê-la na dimensão de sua potencialidade de generalização para o conjunto da sociedade. Entende-se que essa generalização de práticas ambientais só será possível se estiver inserida no contexto de valores sociais, mesmo que se refira a mudanças de hábitos quotidianos.

A problemática socioambiental, ao questionar ideologias teóricas e práticas, propõe a participação democrática da sociedade na gestão dos seus recursos actuais e potenciais, assim como no processo de tomada de decisões para a escolha de novos estilos de vida e a construção de futuros possíveis, sob a óptica da sustentabilidade ecológica e a igualdade social.

Torna-se cada vez mais necessário consolidar novos paradigmas educativos, centrados na preocupação de iluminar a realidade desde outros ângulos, e isto supõe a formulação de novos objectos de referência conceituais e, principalmente, a transformação de atitudes.

1.4. Sustentabilidade, movimentos sociais e a educação ambiental

Talvez uma das características mais importantes do movimento ambientalista seja a sua diversidade. Esse amplo espectro de práticas e actores confere-lhe um carácter multisectorial que congrega inúmeras tendências e propostas orientadoras de suas acções, considerando valores como equidade, justiça, cidadania, democracia e conservação ambiental. Nesse amplo universo de Organizações Não Governamentais (ONGs), algumas fazem trabalho de base, outras são mais voltadas para a militância, outras têm um carácter mais político e outras implementam projectos demonstrativos. Embora ocorra uma certa queda na capacidade mobilizatória dos movimentos ambientalistas, observa-se também um grau de amadurecimento das práticas e a consolidação de um perfil de actuação de instituições numa perspectiva proactiva e propositiva, dentro de moldes de sustentabilidade. O que representa a marca da actuação das ONGs? Os seus pontos fortes estão na sua credibilidade e capital ético; na sua eficiência quanto à intervenção na microrrealidade social (grupos e comunidades), o que lhes permite formular aspirações e propor estratégias para atendê-las; na maior eficiência quanto à aplicação de recursos e agilidade na implementação de projetos que têm a marca da inovação e da articulação da sustentabilidade com a equidade social.

O ambientalismo ingressa nos anos 90 constituindo-se como um actor relevante que, embora carregue consigo

as marcas do seu processo de afirmação, assume um carácter ampliado, baseado num esforço cada vez mais claramente planeado de diálogo com outros actores sociais. As questões que o ambientalismo suscita estão hoje muito associadas às necessidades de constituição de uma cidadania para os desiguais, à ênfase dos direitos sociais, ao impacto da degradação das condições de vida decorrentes da degradação socioambiental, notadamente nos grandes centros urbanos, e à necessidade de ampliar a assimilação, pela sociedade, do reforço a práticas centradas na sustentabilidade por meio da educação ambiental.

O salto de qualidade do ambientalismo ocorre na medida em que se cria uma identidade crescente entre o significado e dimensões das práticas, com forte ênfase na relação entre degradação ambiental e desigualdade social, reforçando a necessidade de alianças e interlocuções colectivas. Apesar de a maior parte das entidades ser baseada na militância voluntária não remunerada, observa-se, nos últimos anos, um crescente esforço de profissionalização, ainda que isso ocorra num número muito restrito de entidades. Um aspecto bastante polémico está relacionado com a representatividade de entidades nos diversos tipos de conselhos e comissões. O que se nota é a existência de organizações que praticamente concentram suas actividades associadas à participação em espaços de representação. Trata-se de uma lógica bastante perversa, gerada pela dinâmica de institucionalização de entidades centradas em poucas pessoas, que têm muita capacidade de ocupar espaços e que, mesmo sem trabalho de base e inclusive pouca legitimidade no próprio movimento ambiental, articulam a manutenção de sua presença.

Apesar do pequeno reconhecimento do papel das ONGs, do que decorre reduzido, embora em crescendo, interesse da sociedade portuguesa em financiar de forma voluntária suas organizações da sociedade civil, observa-se um aumento da sua legitimidade e da sua institucionalidade.

O ambientalismo do século XXI tem uma complexa agenda pela frente. De um lado, o desafio de uma participação cada vez mais activa na governabilidade dos problemas socioambientais e na busca de respostas articuladas e sustentadas em arranjos institucionais inovadores, que possibilitem uma “ambientalização dos processos sociais”, dando sentido à formulação e implementação de uma Agenda 21 no nível nacional e local. De outro, a necessidade de ampliar a área da sua actuação, mediante redes, consórcios institucionais, parcerias estratégicas e outras engenharias institucionais que ampliem o seu reconhecimento na sociedade e estimulem o envolvimento de novos actores.

Se o contexto no qual se configuram as questões ambientais é marcado pelo conflito de interesses e uma polarização entre visões de mundo, as respostas precisam conter cada vez mais um componente de cooperação e de definição de uma agenda que acelere prioridades para a sustentabilidade como um novo paradigma de desenvolvimento. Não se devem esquecer, no caso, das determinações estruturais decorrentes de um sistema globalizado, de um padrão de consumo que promove o desperdício naquelas sociedades e segmentos que dele fazem parte, bem como a dualidade entre os que “têm” e os que “não têm”.

O desafio que está colocado é o de não só reconhecer, mas estimular práticas que reforcem a autonomia e a legitimidade de actores sociais que actuam articuladamente numa perspectiva de cooperação, como é o caso de comunidades locais e ONGs. Isto representa a possibilidade de mudar as práticas prevalentes, rompendo com as lógicas da tutela e da regulação, definindo novas relações baseadas na negociação, na contratualidade e na gestão conjunta de programas e actividades, o que introduz um novo significado nos processos de formulação e implementação de políticas ambientais.

Trata-se, portanto, de repensar o público por meio da sociedade e de verificar as dimensões da oferta institucional e a criação de canais institucionais para viabilizar novas formas de cooperação social. Os desafios para ampliar a participação estão intrinsecamente vinculados à predisposição dos governos locais de criar espaços públicos e plurais de articulação e participação, nos quais os conflitos se tornam visíveis e as diferenças se confrontam como base constitutiva da legitimidade dos diversos interesses em jogo, ampliando as possibilidades de a população participar mais intensamente dos processos decisórios como um meio de fortalecer a sua corresponsabilidade na fiscalização e controlo dos agentes responsáveis pela degradação socioambiental.

O momento actual exige que a sociedade esteja mais motivada e mobilizada para assumir um carácter mais propositivo, assim como para poder questionar de forma concreta a falta de iniciativa dos governos para implementar políticas pautadas pelo binómio sustentabilidade e desenvolvimento num contexto de crescentes dificuldades para promover a inclusão social. Para tanto é importante o fortalecimento das organizações sociais e comunitárias, a redistribuição de recursos mediante parcerias, de informação e capacitação para participar crescentemente dos espaços públicos de decisão e para a construção de instituições pautadas por uma lógica de sustentabilidade.

Diversas experiências, principalmente das administrações municipais, mostram que, havendo vontade política, é possível viabilizar acções governamentais pautadas pela adopção dos princípios de sustentabilidade ambiental conjugada a resultados na esfera do desenvolvimento económico e social.

Nessa direcção, a educação para a cidadania representa a possibilidade de motivar e sensibilizar as pessoas para transformar as diversas formas de participação em potenciais factores de dinamização da sociedade e de ampliação do controlo social, inclusive pelos sectores menos mobilizados. Trata-se de criar as condições para a ruptura com a cultura política dominante e para uma nova proposta de sociabilidade baseada na educação para a participação. Esta se concretizará principalmente pela presença crescente de uma pluralidade de actores que, pela activação do seu potencial de participação, terão cada vez mais condições de intervir consistentemente e sem tutela nos processos decisórios de interesse público, legitimando e consolidando propostas de gestão baseadas na garantia do acesso à informação e na consolidação de canais abertos para a participação, que, por sua vez, são precondições básicas para a institucionalização do controlo social.

Por tudo isto, consideramos que o desafio político da sustentabilidade, apoiado no potencial transformador das relações sociais que representam o processo da Agenda 21, encontra-se estreitamente vinculado ao processo de fortalecimento da democracia e da construção da cidadania. A sustentabilidade traz uma visão de desenvolvimento que busca superar o reducionismo e estimula um pensar e fazer sobre o meio ambiente directamente vinculado ao diálogo entre saberes, à participação, aos valores éticos como valores fundamentais para fortalecer a complexa interação entre sociedade e natureza. Nesse sentido, o papel dos(as) professores(as) é essencial para impulsionar as transformações de uma educação que assume um compromisso com a formação de valores de sustentabilidade, como parte de um processo colectivo.

A necessidade de uma crescente interiorização da problemática ambiental, um saber ainda em construção, demanda empenho para fortalecer visões integradoras que, centradas no desenvolvimento, estimulem uma reflexão sobre a diversidade e a construção de sentidos em torno das relações indivíduos-natureza, dos riscos ambientais globais e locais e das relações ambiente-desenvolvimento. A educação ambiental, nas suas diversas possibilidades, abre um estimulante espaço para repensar práticas sociais e o papel dos professores como mediadores e transmissores de um conhecimento necessário para que os alunos adquiram uma base adequada

de compreensão essencial do meio ambiente global e local, da interdependência dos problemas e soluções e da importância da responsabilidade de cada um para construir uma sociedade planetária mais equitativa e ambientalmente sustentável.

1.5. Estuário – Aspectos gerais

A palavra “estuário” deriva do latim aestus, que significa maré e é o nome dado à desembocadura ou foz de um rio. É a parte inferior e mais curta do rio, onde se dá a transição para águas salobras. Aqui, as margens são baixas e o rio é largo, transportando enormes quantidades de água para o mar.

Neste mundo, as marés provocam mudanças constantes. Uma das mais importantes é a alteração diária da salinidade, ao longo das estações do ano e conforme as descargas do rio.

Do ponto de vista físico, encontram-se duas águas com densidades ou pesos diferentes. A água do mar tem maior quantidade de sais minerais dissolvidos, o que a torna mais densa e mais pesada. Como a água do rio é mais leve e menos densa, a água do mar fica por baixo e a água do rio por cima. Assim, desenvolve-se uma estrutura salina vertical, associada à circulação da água no estuário e sobretudo dependente da energia da maré e do caudal do rio.

O estuário pode ser dividido em três zonas cujos limites variam em função do caudal e da maré:

- Estuário inferior ou marinho, com ligação ao mar;
- Estuário intermédio, onde a água salgada se mistura com a doce;
- Estuário superior ou fluvial, caracterizado pela água doce do rio e das suas aflúncias a montante.

1.5.1. Aspectos geológicos

A vida geológica dos estuários, em termos de história da Terra, é relativamente curta. Em geral, não atingem mais de dez mil anos. As suas formas são constantemente alteradas pela erosão e pela deposição de sedimentos.

Estes espaços instáveis apresentam, a cada ano que passa, novos relevos, e os bancos de areia aparecem e desaparecem sob a acção das correntes do rio e das marés.

As movimentações das marés enchentes e vazantes provocam turbulência e mistura, criando erosão, transporte e depósito de sedimentos e dispersão de poluentes.

O estuário é uma armadilha para os sedimentos do mar e do rio. Os mais finos acumulam-se nas margens onde podem crescer sapais, juncaís e caniçais; os mais grossos acumulam-se no meio, podendo causar assoreamentos, ou seja, acumulação de materiais.

Nas praias abrigadas dos estuários, como as existentes na baía e estuário do rio Sado, a velocidade das águas diminui, o que permite a sedimentação de muitas partículas. Os substratos são uma mistura de areão, areia e vasa (siltes lamacentos).

1.5.2. Aspectos biológicos

Os estuários, na sua totalidade, constituem apenas 2% da superfície da terra. Abrigam e alimentam milhares de seres vivos pertencendo, por isso, aos ecossistemas mais produtivos do mundo. Por outro lado, são ambientes extremos para os seus habitantes e apenas algumas espécies da fauna e flora estão bem adaptadas para aguentar as alterações permanentes. Poucas espécies habitam neste mundo mas o número de indivíduos é elevado. A concorrência interespecífica (entre espécies diferentes) é reduzida e os animais têm fronteiras fisiológicas em relação a este ambiente em constante mudança. O baixo número de espécies também se deve à consistência dos substratos e à falta de nichos.

Os estuários são caracterizados pela riqueza em nutrientes, acumulação de detritos e uma produção biológica elevada. Particularmente no Verão, apresentam óptimas condições de crescimento para plantas, invertebrados, peixes e aves. A riqueza de peixes pode ser tão grande que alguns estuários suportam quase a totalidade das capturas de certas espécies. A aquacultura também tira proveito destas condições.

1.5.3. Aspectos físico-químicos

A erosão e o desgaste das pedras formam saís que os rios levam para o mar, onde se acumulam. A salinidade do mar anda à volta de 3,5% ou 35%, ou seja, cada litro de água tem cerca de 35 gramas de sal (actualmente a salinidade é expressa em USP = unidade de salinidade prática); no entanto, pode variar conforme o local e as condições climatéricas.

As espécies marinhas, em geral, toleram variações de salinidade. Na parte superior de um estuário, onde a salinidade é reduzida, o número de espécies marinhas é bastante baixo.

1.5.4. Aspectos fisiológicos

Os seres vivos aquáticos procuram viver em equilíbrio

com a água que os rodeia, mas no estuário há uma constante mistura de água doce e água salgada.

Em água doce, os líquidos do corpo dos animais são mais concentrados do que a água exterior. Neste caso entraria água, naturalmente, para dentro dos seres vivos, de tal maneira que eles inchariam até rebentarem. Isto não acontece porque os organismos possuem mecanismos especiais (expulsando a água à medida que ela entra; pele isoladora, com escamas e revestida com muco; ou, como nos crustáceos, um esqueleto externo) que não deixam entrar tanta água.

Em água salgada é o contrário, a água exterior é mais concentrada do que os líquidos no corpo dos animais. Então, eles têm de beber água para compensar a que perdem através das partes mais moles e não protegidas do seu corpo (brânquias). Depois também se livram do excesso de sal que ingerem com a água.

Existem ainda aqueles seres vivos que não se esforçam por manter um meio interno constante e que, em vez disso, acompanham a concentração do meio externo em que se encontram – são os chamados poiquilosmóticos. Os migradores, peixes que são capazes de viajar entre os rios e o mar, adaptam-se em poucos dias ou semanas a um meio completamente diferente.

1.6. A reserva natural do Estuário do Sado

A Reserva Natural do Estuário do Sado, estende-se por uma área de mais de 23.000 ha, integrados nos concelhos de Setúbal, Alcácer do Sal, Grândola e Palmela, dos quais, cerca de 13.500 ha são de área estuarina e cerca de 9.500 ha são constituídos por zonas húmidas marginais convertidas para a salinicultura, para a piscicultura e para a orizicultura, por áreas terrestres e por pequenos cursos permanentes de água doce.

É local de nidificação, repouso ou invernagem para a avifauna, e de desova, desenvolvimento e crescimento de muitas espécies de peixes. Isto levou à criação da Reserva Natural do Estuário do Sado (RNES) por meio do Decreto-Lei nº 430/80, de 1 de Outubro, devido à poluição que afectava o estuário do Sado e ao perigo de danificar o património natural de interesse botânico e faunístico existente, e que, pela sua importância, está também classificada como um dos Biótopos CORINE - Sítio de Interesse para a Conservação, de acordo com a Agência Portuguesa do Ambiente.

A região constitui uma das áreas naturais de maior valor ecológico e paisagístico de Portugal, pela sua multiplicidade de habitats (troços de rio, sapais, bancos de vasa e areia, salinas, praias e dunas costeiras, lagoas de água

doce, caniçais, zonas de mato, montados e áreas agrícolas com pastagens, culturas de regadio e plantações florestais. Em Tróia, a vegetação dunar inclui alguns endemismos lusitânicos).

Numa posição central do território nacional, a região foi ocupada desde cedo, desenvolvendo-se na época romana a actividade industrial de salga e conservação de peixe. O Estuário do Sado é o segundo maior estuário de Portugal e constitui a terceira zona húmida mais importante do território português, em termos das aves aquáticas que o visitam. Com grande importância para a Conservação da Natureza, a região desempenha simultaneamente um papel importante no lazer e recreio das populações e visitantes.

1.6.1. Clima

O clima da RNES é classificado como temperado com pluviosidade moderada.

A temperatura média anual ronda os 16°C, sendo Julho e Agosto os meses mais quentes, com máximos próximos dos 22°C (valor médio), e Janeiro o mês mais frio, com temperaturas médias abaixo dos 10°C. A pluviosidade média anual oscila entre os 574 mm e 764 mm, sendo os meses entre Novembro e Fevereiro os mais chuvosos e Julho e Agosto os mais secos.

A humidade do ar acompanha, obviamente, os mesmos padrões, com um máximo de 88% em Janeiro e um mínimo próximo de 65% em Julho.

O regime dos ventos mostra uma prevalência dos quadrantes de norte e noroeste, mais fortes nos meses de Verão, constituindo a típica nortada da costa ocidental.

1.6.2. Hidrologia

O rio Sado apresenta sempre um caudal baixo (por norma inferior aos 10m³s), excepto obviamente em situações excepcionais, pois trata-se de um rio de “planície”, com uma orientação geográfica invulgar em Portugal (praticamente sul/norte), que correndo muito perto da costa capta raras, e irregulares, cursos de água na margem esquerda; esta conjugação de factores justifica o fraco caudal, estando a hidrodinâmica estuarina dependente essencialmente de factores externos como sejam o fluxo das marés e geometria.

1.6.3. Caracterização biológica

A RNES apresenta, do ponto de vista da flora e vegetação aquática, ambientes claramente distintos: Sapal; Sapal baixo; Sapal alto; Sapal de transição; Ecossistemas aquáticos dulçaquícolas; Charcos temporários; Charcos

distróficos; Vegetação aquática de águas eutróficas permanentes e lênticas com plantas enraizadas ou suspensas; Turfeiras; Juncais e caniçais; Urzais higrófilos; Galerias de *Tamarix canariensis*; Galerias com salgueirais; Salgueirais turfófilos.

1.6.3.1. A Flora

Das inúmeras espécies de flora que se podem encontrar nas diversas áreas da RNES (sapais, dunas, entre outras) destacam-se as seguintes pela sua manifesta beleza: Giesta (*Cytisus* sp.), *Armenia pungens*, Dedaleira (*Digitalis purpurea*), Lírio (*Íris* sp.), Feto (*Pteridium aquilinum*), Lírio (*Íris pseudochorus*), Camarinheira (*Corema album*), Tomilho (*Thimus capitellatus*), Santolina (*Santolina impressa*), Cardo rolador (*Eryngium maritimum*) e Bocas de lobo (*Antirrhinum majus*).

1.6.3.2. Macroflora

Na RNES, existem espécies de flora de maior porte, das quais de destacam: *Enteromorpha* sp., Uva lactuca ou Alface-do-mar; *Fucus serratus*; *Fucus spiralis*; *Fucus vesiculosus*; *Limonium vulgare*; *Centarium maritimum*; *Aster tripolium*; *Juncus maritimus*; *Spartina maritima*; *Salicornia ramosissima*.

1.6.3.3. A Fauna

Na RNES estão registadas 261 espécies de vertebrados, das quais 8 são anfíbios, 11 são répteis (herpetofauna), 211 são aves (avifauna) e 31 são mamíferos (mamofauna).

A zona estuarina do Sado constitui, na prática, um verdadeiro “viveiro” ou zona de crescimento, para inúmeras espécies de peixes como: o charroco (*Halobatrachus didaclylus*) o sargo (*Dillodus vulgaris*), o garrento (*Liza aurata*), a raia riscada (*Raja ondulada*) e o linguado (*Solea senegalensis*).

É um local de nidificação, repouso ou invernagem para diversas aves como por exemplo Cegonha Branca, Flamíngos, Pato Branco, Pato-real, Ostraceiro, Perna-verde comum, Seixoeira, Gaivota-prateada, Gaivota-de-asa-escura, Gaivota Argêntea, Andorinha-do-mar-comum, Garça-real, Garça-branca-pequena, entre muitas outras espécies.

O facto de albergar regularmente mais de 20.000 aves aquáticas invernantes, foi um dos factores que contribuiu para que a RNES viesse a ser considerada como Sítio Ramsar, em 1996. Finalmente, a Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves (SPEA) no seu inventário das Zonas Importantes para Aves em Portugal, classifi-

cou em 2003 o Estuário do Sado como IBA (Important Bird Area).

1.6.3.4. Microfauna

Na RNES existe uma fauna microscópica muito desenvolvida, especialmente no substrato lamacento, destacando-se: Protozoário ciliado; Foraminífero; Nemátode.

1.7. Problema no estuário

No Litoral português, a terra confronta-se com o Oceano Atlântico. Três quartos da sua extensão são virados a Oeste e o restante está orientado para Sul, face ao Norte de África. São quase mil quilómetros de praias, dunas, rias, estuários, sapais, barrinhas e lagunas.

Os estuários são espaços muito complexos e, desde sempre, exerceram uma enorme atracção sobre as populações pelo clima ameno, fácil circulação e defesa do território, terrenos férteis dos aluviões (zonas inundadas), pesca e uma variedade de outros recursos.

A ocupação humana na costa aumentou com o desenvolvimento balnear no início do século XIX e evoluiu até 1950. Paralelamente, os poucos recursos do interior de Portugal fizeram com que muita gente se deslocasse para as cidades do Litoral, onde encontravam meios para: pesca; salinicultura; agricultura; aquacultura; indústria; turismo; habitação; etc..

A intervenção do Homem junto aos estuários têm alterado o seu equilíbrio natural, através de:

- excessiva concentração das populações e crescimento urbano;
- funcionamento e construção de portos;
- introdução de esgotos domésticos e industriais e lixos;
- extracção de sedimentos para a construção civil e indústria;
- exploração excessiva de lençóis de água subterrâneos, muitas vezes já contaminados por água salgada;
- secagem de margens litorais para o aumento de terras;
- obras de engenharia (barragens, esporões, correcção de leitos, manutenção de canais de navegação);
- sobreexploração dos recursos pesqueiros;
- trânsito de barcos e turismo (actividades recreativas).

Ao longo do percurso de um rio, há problemas das mais diversas origens e é no estuário que se fazem sentir todas as influências exercidas sobre o curso de água a montante. Apontamos algumas das mais significativas:

- a qualidade da água está a diminuir devido às descargas de efluentes residuais urbanos, industriais e agrícolas. A capacidade de autodepuração (autolimpeza) do curso de

água está reduzida;

- os leitos alteram-se com a erosão das margens, pois até as margens reforçadas são destruídas. Os locais de desova de muitos peixes são eliminados, assim como os ovos, larvas de peixes e animais que servem de alimento;
- intervenções na bacia hidrográfica, como a construção de barragens e o desvio de caudais, têm influência no estuário e nas águas litorais. Se o caudal diminui, a entrada de água salgada, rio acima, aumenta, causando problemas. A construção de barragens, que alteram o regime hidrológico natural, tornando o caudal regular e constante e retendo os sedimentos nas albufeiras, tem consequências ecológicas e efeitos negativos para a pesca.

2. PROJECTO EDUCATIVO DO COLÉGIO S. FILIPE

O Projecto Educativo do Colégio pretende permitir ao jovem adquirir um perfil caracterizado por saber procurar o auto-conhecimento, reconhecer e enunciar as suas dificuldades e capacidades, revelar espírito democrático. O respeito pela diversidade cultural, religiosa, étnica, sexual ou outra são também preocupações a ter em conta.

O jovem deve manifestar maturidade cívica e sócio-efectiva, atitudes e hábitos de autonomia, de relação, de cooperação, de intervenção democrática na vida comunitária.

Possuir uma sólida formação de base, que lhe permita vir a construir o seu projecto de vida social e profissional, inter-relacionando o “saber” com o “saber fazer”, dando, assim, o seu contributo para o progresso da sociedade, em constantes mudanças tecnológicas e culturais. Manifestar atitudes demonstrativas da interiorização de valores, estéticos, morais e cívicos, contribuindo para o equilíbrio ecológico e para a preservação do património cultural comum.

2.1. Finalidades do Projecto Educativo

Contribuir para a formação de cidadãos tolerantes, observadores e responsáveis. Desenvolver nos alunos atitudes de inter ajuda, respeito mútuo e saudável convivência.

Contribuir para a melhoria da qualidade de vida escolar e da comunidade. Promover a igualdade de oportunidades de sucesso escolar.

2.2. Objectivos do Projecto Educativo

Conciliar as nossas novas necessidades individuais/sociais com a preservação de valores culturais, ecológi-

cos e humanistas, integrando a vertente da sexualidade no projecto de educação integral consignado na dimensão dos Direitos Humanos;

- Melhorar a qualidade de vida, promovendo a formação para a intervenção cultural, cívica e ecológica, desenvolvendo nos alunos atitudes de auto-estima, respeito mútuo e responsabilidade, tornando-os indivíduos autónomos, participativos e solidários;
- Promover uma colaboração mais activa entre o Colégio e a Família, melhorando o clima relacional, proporcionando intercâmbio de experiências;
- Valorizar e implementar o Regulamento do Colégio S. Filipe;
- Fomentar a participação dos alunos na vida escolar, colaborando na melhoria do funcionamento do Colégio;
- Desenvolver projectos que permitam a participação das Famílias;
- Promover o intercâmbio entre o Colégio e outras instituições da comunidade, tendo sempre em conta a parceria com a Escola Secundária do Bocage em Setúbal.

3. FILOSOFIA DO COLÉGIO S. FILIPE

A filosofia do Colégio S. Filipe assenta essencialmente no pilar fundamental que é a aceitação da importância da Família no desenvolvimento harmonioso do jovem, com base numa sólida formação artística, desportiva e cultural, multi-facetada por um leque de disciplinas formativas das quais se destacam o Inglês, a Cerâmica, a Pintura, a Informática, os trabalhos em Quinta Pedagógica, etc.

4. CARACTERIZAÇÃO DO MEIO

O Colégio S. Filipe está situado no centro da Cidade de Setúbal, zona recente e de fraca densidade populacional, caracterizada ainda por terreno aberto com bastante vegetação e sem possibilidades de construção em altura. Relativamente ao meio envolvente em termos de população, caracteriza-se por novas residências (Nova Azeda) com famílias jovens em pequenos agregados familiares de nível médio, em termos sócio-económicos.

4.1. Localização

O Colégio S. Filipe está situado no centro da Cidade de Setúbal, zona recente e de fraca densidade populacional, caracterizada ainda por terreno aberto com bastante vegetação e sem possibilidades de construção em altura. Relativamente ao meio envolvente em termos de população, caracteriza-se por novas residências (Nova Azeda) com famílias jovens em pequenos agregados familiares de nível médio, em termos sócio-económicos.

5. CARACTERIZAÇÃO DO COLÉGIO

5.1. Espaço Físico

O Colégio S. Filipe localiza-se na Estrada Vale de Mulas, N^o 5 em Setúbal. Em termos físicos ocupa um terreno com 13.000 m², tendo um edifício de 5.000 m² composto por três andares. No seu interior e nesta fase, possui no piso -1 zonas de arrumos, entradas e saídas de emergência, bem como cisterna de emergência, elevador e salas de arrumos. O piso 0 possui zona de recepção, sala multimédia e biblioteca, refeitório, 3 salas de Jardim-de-Infância (3, 4 e 5 anos), sala polivalente com 160 m², (judo, ballet e esgrima, etc.) ginásio coberto com 360 m², duas piscinas, (uma para bebés com 8mx4m por 50 cm de profundidade e outra com 16mx8m por 1m/1,9m de profundidade) balneários de apoio ao ginásio e piscina com casas de banho para raparigas (2), rapazes (2) e deficientes (2), sala de apoio (música, drama, etc), sala de aula 2^o ciclo, laboratório 2^o ciclo, salas para monitores de educação física, casas de banho para adultos (2), salas de arrumos (3), acesso ao piso 0 e -1 (2 escadas e elevador).

No piso 1 encontra-se uma sala de atendimento preparada para sala de isolamento e gabinete de psicologia/medicina, sala de reuniões, gabinete da Direcção Pedagógica, casas de banho de adultos (2), salas de berçário com casas de banho (2), salas de creche (4) com casas de banho (2), salas de 1^o ciclo (4), sala de artes plásticas, sala de música, sala de professores e educadores, casas de banho (3), refeitório, cozinha, casas de banho de deficientes (2), salas de arrumos (2) e escadas de acesso (2).

A escola tem ainda no espaço circundante quinta e horta pedagógica, estábulo, picadeiro, um campo de futebol relvado e playground.

5.2. População Escolar

O Colégio abrange um vasto leque de crianças oriundas de todo o distrito, com particular incidência na área de Setúbal, Palmela e Azeitão, existindo contudo jovens residentes em Alcochete, Montijo, Sesimbra, etc.

Sendo um Colégio privado é obvio que a população escolar é oriunda de uma camada social com elevado poder económico, sendo comum existirem mais de um irmão a frequentar o Colégio. A nível cultural assiste-se a uma miscelânea de habilitações (formação) por parte dos Encarregados de Educação, indo do 5^o ano ao Doutoramento. A nível profissional a maioria dos Encarregados de Educação tem profissão liberal. Não é possível determinar ainda, primeiro ano escolar, se existem problemas comportamentais ou dificuldades de aprendizagem,

tendo no entanto já tido sido detectados casos que irão necessitar de apoio escolar e de orientação por parte do gabinete de psicologia.

5.3. Caracterização de Elementos Humanos

Professores 1º ciclo: 5
Professores 2º ciclo: 7
Professores 3º ciclo: 20
Educadoras: 5
Direcção Pedagógica Jardim-de-infância e 1º, 2º e 3º Ciclo: 2
Pessoal Administrativo: 3
Professores Auxiliares: 5 (Informática, Dança, Música, Inglês, Atelier de Pintura e Cerâmica)
Psicóloga: 1
Encarregada Horta/Técnica: 1
Empregada Limpeza: 2
Auxiliares de Educação: 3
Auxiliares de Acção Educativa: 5

5.4. Caracterização dos elementos materiais

3 salas de Jardim-de-infância;
4 salas de 1º ciclo;
2 salas de 2º ciclo;
1 sala de 3º ciclo;
1 sala de música;
1 sala de EV e ET, EVT, pintura e cerâmica;
1 ginásio;
1 sala multimédia/biblioteca;
Recreio exterior vedado;
11 casas de banho (3 rapazes, 3 raparigas, 3 para deficientes e 2 para bebés – Creche);
1 fotocopiadora;
3 televisores;
2 leitores de DVD;
5 leitores de CD;
15 computadores;
1 câmara digital;
1 projector multimédia;
Material desportivo variado (para natação inclusive);
Material didáctico específico.

6. PROBLEMÁTICAS ANALISADAS

Desde a sua inauguração, no ano lectivo 2006/07, no que diz respeito ao dia-a-dia do Colégio S. Filipe não há situações problemáticas a registar.

Ao nível das aprendizagens foram detectados casos específicos de um ritmo mais lento ou maior dificuldade

na compreensão dos temas e conteúdos, casos esses que, os professores e educadores, em conjunto com a psicóloga, tentaram resolver. O sucesso de alguns desses casos deveu-se ao rápido diagnóstico e célere resposta por parte dos intervenientes. O domínio da Língua Portuguesa, por parte de alguns alunos, dificultava-lhes a compreensão dos conteúdos das outras áreas.

No processo de aprendizagem, o papel da família é fundamental.

Entenda-se que a família deve fazer parte de todo o processo de ensino-aprendizagem, e não só nas reuniões ou nos momentos festivos. Em determinadas situações, foi pedida a presença dos pais na sala de aula, porém nem sempre foi fácil essa participação. Compreendemos que, a nível laboral, não seja possível para os encarregados de educação disporem de tempo, no seu horário de trabalho, se deslocarem ao Colégio. Pretendemos sempre, conseguir uma presença mais activa dos encarregados de educação, nas salas de aulas assim como nos passeios e visitas de estudo.

7. DIÁLOGO COLÉGIO - FAMÍLIA

O Colégio S. Filipe, à luz do realizado no ano lectivo 2006/2007, realiza uma reunião geral de Pais e Encarregados de Educação, no início do ano lectivo, na qual divulga o Regulamento Interno do Colégio para o respectivo ano lectivo, Horários, Horários de atendimento semanal, assim como outras informações de interesse para alunos e encarregados de educação.

8. AVALIAÇÃO DO PROJECTO EDUCATIVO DO COLÉGIO

À medida que os objectivos do Projecto Educativo se forem concretizando através do Plano Anual de Actividades e para que o Projecto Educativo se constitua em instrumento de trabalho activo, torna-se necessário proceder à sua avaliação/reformulação regularmente, adequando-o às características e recursos do Colégio, suas solicitações e apoios.

Esta avaliação será feita anualmente e consistirá numa avaliação interna a partir de fichas sucintas e objectivas que permitam uma actualização permanente do documento.

A avaliação é um processo contínuo que permite proceder à revisão sistemática de um projecto. A avaliação será efectuada com base em determinados critérios, tais como:

- **Pertinência:** verificar se os objectivos do Projecto Educativo estão adequados à realidade do Colégio, à resolução de problemas de indisciplina ou de insucesso escolar, ...;
- **Eficácia:** diagnostica os efeitos de decisões que forma tomadas e em que medida os resultados obtidos correspondem aos objectivos que tinham sido fixados;
- **Eficiência:** analisa a relação entre os resultados obtidos e os meios mobilizados para o atingir;
- **Oportunidade:** aprecia em que medida as decisões foram tomadas em tempo oportuno, obtendo o máximo de efeitos desejados;

Em suma, o esforço de toda a comunidade escolar será fundamental como instrumento de avaliação, de forma a tornar o Projecto Educativo significativo e dinâmico, capaz de novas respostas.

9. PROJECTO CURRICULAR DO COLÉGIO S. FILIPE

Introdução

O Decreto-Lei n.º 6/2001 de 18 de Janeiro estabelece “os princípios orientadores da organização e da gestão curricular do ensino básico, bem como da avaliação das aprendizagens e do processo de desenvolvimento do currículo nacional, entendido como o conjunto da aprendizagens e competências, integrando os conhecimentos, as capacidades, as atitudes e os valores a desenvolver pelos alunos ao longo do ensino básico, de acordo com os objectivos consagrados na Lei de Bases do Sistema Educativo para este nível de ensino”.^[1]

De acordo com este Decreto-Lei cabe às escolas adequar as estratégias de desenvolvimento do currículo nacional ao contexto da escola. Para tal os órgãos de administração e gestão de cada Escola deverão conceber, aprovar e avaliar um Projecto Curricular de Escola (PCE) o qual deverá ser desenvolvido, em função do contexto de cada turma, num Projecto Curricular de Turma (PCT), concebido, aprovado e avaliado pelo professor titular de turma, no caso do 1º ciclo.

Este diploma cria também três áreas curriculares não disciplinares – área de projecto, estudo acompanhado e formação cívica. O mesmo diploma consagra ainda “a educação para a cidadania, o domínio da língua portuguesa e a valorização da dimensão humana do trabalho, bem como a utilização das tecnologias de informação e comunicação como formações transdisciplinares...”.

Entende ainda, este diploma, a “avaliação das aprendi-

zagens como um processo regulador das aprendizagens, orientador do percurso escolar e certificador das diversas aquisições realizadas pelos alunos ao longo do ensino básico, bem como à avaliação do desenvolvimento do currículo nacional”.

O presente PCE tem como primeira referência o Projecto Educativo de Escola (PEE) sendo este o documento que define a orientação educativa da escola e no qual se explicitam os princípios, os valores, as metas e as estratégias segundo as quais a escola poderá cumprir a sua missão – o sucesso educativo de todos os alunos. É o PEE juntamente com o Currículo Nacional para o Ensino Básico, os documentos orientadores na construção do PCE e dos PCTs.

Estando definido no PEE como problema o grau de insatisfação de pais e professores relativamente à qualidade das aprendizagens dos alunos nas áreas da Língua Portuguesa e sendo opção deste PEE contribuir para a resolução deste problema, apostando na valorização das competências ao nível da Língua Portuguesa e das relações interpessoais consideradas como suporte de uma cidadania consciente e democrática, propõe-se este PCE contribuir para a resolução deste problema a par do desenvolvimento das competências definidas pelo Currículo Nacional do Ensino Básico.

Princípios Orientadores

No Projecto Educativo de Escola enunciam-se vários princípios orientadores. Considera-se que estes devem ser os princípios orientadores do Projecto Curricular de Escola, por isso se transcrevem textualmente:

a) Princípios pedagógico-didáticos

Considerando que a educação e a aprendizagem são bens que perduram constituindo por isso, fins em si mesmos, apontam-se como principais prioridades:

- Formação para a cidadania e democracia;
- Valorização da Língua Portuguesa como instrumento privilegiado de comunicação;
- Responsabilização de cada interveniente no processo educativo;

Assim, sugerem-se como possíveis orientações metodológicas:

- Ensino individualizado e diferenciado
- Ensino/aprendizagem do tipo construtivo-interactivo
- Adaptação do currículo à realidade individual e social de cada indivíduo

- Criação de centros de interesse e métodos de projecto como unidades de trabalho motivacional
- Centralizar o processo no aluno

b) Avaliação

A avaliação deverá ser contínua e formativa, assentando nos desempenhos quotidianos dos alunos, nas suas competências, saberes e atitudes e será ponderada através da articulação realizada entre os vários intervenientes no processo, através de contactos formais e informais.

A avaliação, parte integrante do processo ensino-aprendizagem, consiste na análise das aprendizagens efectuadas pelos alunos confrontando-as com os objectivos previamente definidos.

A análise dos dados observados e/ou fornecidos em que assenta a avaliação pressupõe, sempre que necessário, reformulações e ajustamentos de estratégias e metodologias.

c) Apoio Educativo

“O enquadramento dos apoios educativos deve materializar-se num conjunto de medidas que constituem uma resposta articulada e integrada aos problemas sentidos nas e pelas escolas, de acordo com um conjunto de princípios orientadores, nomeadamente: ... assegurar, de modo articulado e flexível, os apoios indispensáveis ao desenvolvimento de uma escola para todos”.

A intervenção dos apoios educativos destina-se preferencialmente ao apoio directo dos alunos, conforme mencionado no Regimento Interno do Núcleo.

d) Ligação às famílias

É da maior conveniência para o processo educativo que se estimule o envolvimento e responsabilização das famílias na vida escolar. Impõem-se, por isso, medidas que tornem mais frequente a sua presença e participação no processo.

e) Formação do pessoal docente e não docente

A formação do pessoal deve centrar-se na escola, dando resposta às necessidades sentidas implicando uma real valorização pessoal e profissional.

A formação deve ser entendida como um direito e um dever.

f) Gestão Administrativa e financeira

Na gestão dos recursos materiais e financeiros deve prevalecer sempre a vertente pedagógica sobre as restantes.

Deve ser dada a prioridade à manutenção/conservação dos espaços escolares.

Os alunos do 1º ciclo estão distribuídos por 4 turmas, enquanto os alunos do 2º ciclo estão distribuídos por uma turma, no horário normal (9h00-17h30), como podemos ver no quadro seguinte:

Quadro I - Distribuição dos alunos por turmas

Total (dados actualizados a dia 27 de Junho de 2009)

1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	5º Ano	6º Ano	7º Ano	Total
9	20	14	22	14	10	9	98

O currículo do 1º ciclo, além das áreas fundamentais – Língua Portuguesa, Matemática e Estudo do Meio – é ainda composto por: Música, Informática, Atelier de Pintura, Atelier de Cerâmica, Estudo Acompanhado, Expressão Físico-Motora, Horta e Quinta Pedagógica, Natação, Dança e Expressão Dramática.

O currículo do 2º ciclo é composto por: Educação Visual e Tecnológica, Inglês, Educação Física, Área de Projecto, História e Geografia de Portugal, Quinta Pedagógica, Estudo Acompanhado, Matemática, Ciências Naturais, Formação Cívica, Educação Moral e Religiosa, Língua Portuguesa, Informática e Pintura.

Competências e Conteúdos a Trabalhar

O Currículo Nacional do Ensino Básico – Competências essenciais, refere que o desenvolvimento das competências gerais pressupõe convergência entre as várias áreas curriculares. A operacionalização destas competências deverá ter um carácter transversal e compete aos docentes explicitar de que modo essa operacionalização transversal se concretiza e se desenvolve nos vários campos do saber e em cada contexto de aprendizagem.

Este documento indica então as competências que o aluno deverá ter adquirido à saída da educação básica e a operacionalização transversal dessas competências.

Língua Portuguesa

A meta do currículo de Língua Portuguesa na educação básica é desenvolver nos jovens um conhecimento da língua que lhes permita:

I) Compreender e produzir discursos orais formais e públicos;

II) Interagir verbalmente de uma forma apropriada em situações formais e institucionais;

III) Ser um leitor fluente e crítico;

IV) Usar multifuncionalmente a escrita, com correcção linguística e domínio das técnicas de composição de vários tipos de textos;

V) Explicitar aspectos fundamentais da estrutura e do uso da língua, através da apropriação de metodologias básicas de análise, e investir esse conhecimento na mobilização das estratégias apropriadas à compreensão oral e escrita e na monitorização da expressão oral e escrita.

A disciplina de Língua Portuguesa desempenha um papel fundamental no desenvolvimento das competências gerais de transversalidade disciplinar (abreviadamente, cger) referidas no ponto anterior desta obra. Assim, tais competências são operacionalizadas do seguinte modo na disciplina de Língua Portuguesa:

- Descobrir a multiplicidade de dimensões da experiência humana, através do acesso ao património escrito legado por diferentes épocas e sociedades, e que constitui um arquivo vivo da experiência cultural, científica e tecnológica da Humanidade (*cger 1*);
- Ser rigoroso na recolha e observação de dados linguísticos e objectivo na procura de regularidades linguísticas e na formulação das generalizações adequadas para as captar (*cger 1 e 2*);
- Assumir o papel de ouvinte atento, de interlocutor e locutor cooperativo em situações de comunicação que exijam algum grau de formalidade (*cger 3*);
- Reconhecer a pertença à comunidade nacional e transnacional de falantes da língua portuguesa e respeitar as diferentes variedades linguísticas do Português e as línguas faladas por minorias linguísticas no território nacional (*cger 3*);
- Transferir o conhecimento da língua materna para a aprendizagem das línguas estrangeiras (*cger 4*);
- Dominar metodologias de estudo (tais como sublinhar, tirar notas e resumir) (*cger 5*);
- Transformar informação oral e escrita em conhecimento (*cger 6*);

- Usar estratégias de raciocínio verbal na resolução de problemas (*cger 1 e 7*);
- Exprimir-se oralmente e por escrito de uma forma confiante, autónoma e criativa (*cger 2, 3, 8 e 10*);
- Comunicar de forma correcta e adequada em contextos diversos e com objectivos diversificados (*cger 3, 9 e 10*).

Competências específicas por ciclo

No desenvolvimento de cada uma das competências específicas é indispensável estabelecer com clareza metas de desenvolvimento por ciclo de escolaridade (e não por ano de escolaridade), assegurando, simultaneamente, a continuidade do processo ao longo dos três ciclos da educação básica.

Compreensão oral

1.º ciclo – Alargamento da compreensão a discursos em diferentes variedades do Português, incluindo o Português padrão

- Capacidade de extrair e reter a informação essencial de discursos em diferentes variedades do Português, incluindo o Português padrão;
- Familiaridade com o vocabulário e as estruturas gramaticais de variedades do Português e conhecimento de chaves linguísticas e não linguísticas para a identificação de objectivos comunicativos.

2.º ciclo – Alargamento da compreensão a géneros formais e públicos do oral

- Capacidade de seleccionar e reter a informação necessária a um determinado objectivo, na compreensão de diferentes géneros do oral;
- Conhecimento do vocabulário e das estruturas gramaticais do Português padrão que permitam seleccionar e reter informação em função do objectivo visado

3.º ciclo - Compreensão de formas complexas do oral exigidas para o prosseguimento de estudos e para entrada na vida profissional

- Capacidade de extraia informação de discursos de diferentes géneros formais e públicos do oral, cuja complexidade e duração exijam focalização da atenção por períodos prolongados;
- Conhecimento das estratégias linguísticas e não linguísticas utilizadas explícita e implicitamente para realizar diferentes objectivos comunicativos.

Expressão oral

1.º ciclo – Alargamento da expressão oral em Português padrão

- Capacidade de se exprimir de forma confiante, clara e audível, com adequação ao contexto e ao objectivo comunicativo;
- Conhecimento de vocabulário diversificado e de estruturas sintácticas de complexidade crescente.

2.º ciclo – Domínio progressivo de géneros formais e públicos do oral

- Capacidade para utilizar recursos prosódicos e pragmáticos adequados ao objectivo visado;
- Conhecimento de vocabulário preciso e da complexidade gramatical requerida para narrar situações vividas e imaginadas, elaborar relatos e formular perguntas.

3.º ciclo – Fluência e adequação da expressão oral em contextos formais

- Capacidade de utilização de recursos expressivos, linguísticos e não linguísticos, como estratégias de adesão, de oposição e de persuasão
- Conhecimento vocabular e gramatical requerido nos géneros formais e públicos do oral necessários para o prosseguimento de estudos e para a entrada na vida profissional

Leitura

1.º ciclo – Aprendizagem dos mecanismos básicos de extracção de significado do material escrito

- Capacidade para decifrar de forma automática cadeias grafemáticas, para localizar informação em material escrito e para apreender o significado global de um texto curto;
- Conhecimento de estratégias básicas para a decifração automática de cadeias grafemáticas e para a extracção de informação de material escrito.

2.º ciclo – Autonomia e velocidade de leitura e criação de hábitos de leitura

- Capacidade para ler com autonomia, velocidade e perseverança;
- Conhecimento de estratégias diversificadas para procurar e seleccionar informação a partir de material escrito.

3.º ciclo – Fluência de leitura e eficácia na selecção de estratégias adequadas ao fim em vista

- Capacidade para reconstruir mentalmente o significado de um texto (literário e não literário) em função da relevância e da hierarquização das unidades informativas deste;
- Conhecimento das chaves linguísticas e textuais que permitem desfazer ambiguidades, deduzir sentidos implícitos e reconhecer usos figurativos.

Expressão escrita

1.º ciclo – Domínio das técnicas instrumentais da escrita

- Capacidade para produzir textos escritos com diferentes objectivos comunicativos;
- Conhecimento de técnicas básicas de organização textual.

2.º ciclo – Automatismo e desenvoltura no processo de escrita

- Capacidade para produzir textos escritos adequados ao objectivo, à situação e ao destinatário;
- Conhecimento das técnicas fundamentais da escrita compositiva.

3.º ciclo – Naturalidade e correcção no uso multifuncional do processo de escrita

- Capacidade para usar multifuncionalmente a escrita, com a consciência das escolhas decorrentes da função, forma e destinatário;
- Conhecimento dos géneros textuais e das técnicas de correcção e aperfeiçoamento dos produtos do processo de escrita.

Conhecimento explícito

1.º ciclo – Desenvolvimento da consciência linguística com objectivos instrumentais

- Capacidade de usar o conhecimento da língua como instrumento na aprendizagem da leitura e da escrita;
- Conhecimento de paradigmas flexionais e de regras gramaticais básicas.

2.º ciclo – Alargamento e sedimentação da consciência linguística com objectivos instrumentais e atitudinais

- Capacidade de reflexão linguística com objectivos instrumentais e atitudinais;
- Conhecimento sistematizado de aspectos fundamentais da estrutura e do uso do Português padrão.

3. ciclo – Conhecimento sistematizado dos aspectos básicos da estrutura e do uso do Português.

- Capacidade de reflexão linguística com objectivos cognitivos gerais e específicos;
- Conhecimento sistematizado dos aspectos fundamentais da estrutura e do uso do Português padrão, pela apropriação de metodologias de análise da língua.

Língua Estrangeira – Inglês

Competências específicas - 1.º ciclo

Alguns princípios orientadores

Sensibilização à diversidade linguística e cultural

As aprendizagens em línguas estrangeiras, no 1.º ciclo, deverão ser orientadas no sentido de uma sensibilização à diversidade linguística e cultural. A abertura da escola a essa pluralidade traduzir-se-á na criação de espaços de receptividade a outras línguas e outras culturas – eventualmente presentes no meio envolvente –, ao estabelecimento de relações entre estas e a língua materna e ao convívio com outros modos de ser, de estar e de viver.

Competência comunitária integradora das várias linguagens

Tendo em conta a especificidade do plano curricular do 1.º ciclo («O 1.º ciclo, respeitando um modelo de ensino globalizante, a cargo de um professor único, privilegia o desenvolvimento integrado de estudos e actividades»), a sensibilização à aprendizagem de uma ou mais línguas deverá inscrever-se no quadro do desenvolvimento de uma global competência de comunicação integradora do uso da várias linguagens – verbal, visual, auditiva, corporal – e de competências gerais individuais a nível cognitivo, socioafectivo e psicomotor. Assim, deverão promover-se práticas de mobilização integrada de saber e de saber-fazer no âmbito de projectos com finalidades precisas e percursos facilitadores de aprendizagens significativas.

Agir e comunicar

A promoção de uma relação positiva com a iniciação à(s) língua(s) estrangeira(s) deverá ser sustentada por uma dinâmica interactiva a nível do agir e do comunicar. A criação de condições para que os aprendentes se impliquem na execução de determinadas tarefas favorecerá a emergência de necessidades e de actos comunicativos e o uso das diversas linguagens. O uso da língua permitir-lhes-á agir e a acção estimulará os desempenhos verbais.

Usos de língua a privilegiar na iniciação

Os contextos em que ocorrem os actos comunicativos proporcionam uma gama variada de usos de língua.

Serão de privilegiar nesta fase de iniciação:

- A audição e a reprodução de rimas, canções, poemas...;
- A participação em diálogos simples relacionados com a vida do dia-a-dia;
- A compreensão dos acontecimentos principais de uma história transmitida em registo áudio ou audiovisual;
- A participação em jogos de expressão dramática;
- A compreensão de instruções simples;
- A compreensão / resposta a mensagens escritas (bilhete, convite, postal, fax, correio electrónico...);
- A compreensão dos elementos principais de um cartaz, de um anúncio, de uma embalagem, de um aviso,...

Desempenhos e capacidades essenciais

O desenvolvimento da competência de comunicação deverá privilegiar os desempenhos a nível da interacção oral e o desenvolvimento das seguintes capacidades:

- Discriminação e imitação de sons, entoações e ritmos em realizações linguísticas consideradas pertinentes;
- Reconhecimento de diferentes tipos de enunciados;
- Memorização apoiada em suportes visuais, auditivos e gestuais;
- Reprodução de enunciados curtos em situações de comunicação.

Competências

- Participar de forma consciente na construção de uma competência plurilingue e pluricultural:
 - adoptar uma atitude de abertura e tolerância face às línguas e culturas estrangeiras;
 - estabelecer relações de afinidade/contraste entre a língua materna e as línguas estrangeiras.
- Utilizar estratégias de apropriação da língua estrangeira enquanto instrumento de comunicação:
 - relacionar sentidos e intenções em situações de comunicação em que foram produzidos;
 - reconhecer índices contextuais que permitam a dedução de sentidos;
 - seleccionar, no reportório disponível, recursos que permitam produzir textos adequados às situações comunicativas;
 - utilizar meios de compensação de insuficiências no uso da língua: gestos, definições, perífrases, paráfrases...;
 - gerir a tomada de palavra em situações de interacção verbal tendo em vista a eficácia da comunicação;
 - avaliar a justeza dos processos utilizados.
- Utilizar estratégias de apropriação do sistema da língua estrangeira:

- analisar e inferir princípios que regem a organização e a utilização da língua, de modo a favorecer a integração dos conhecimentos novos num quadro estruturado que progressivamente se vá enriquecendo;
- estabelecer relações de afinidade/contraste entre os sistemas da língua materna e das línguas estrangeiras.
- Adotar estratégias e procedimentos adequados às necessidades de aprendizagem próprias:
- identificar as finalidades das tarefas a executar;
- planificar actividades;
- seleccionar, de entre os auxiliares de aprendizagem, os mais adequados;
- identificar dúvidas e dificuldades;
- auto-regular os desempenhos exigidos em cada tarefa;
- gerir adequadamente o tempo na realização das tarefas;
- tomar decisões/iniciativas, com base em critérios pré-estabelecidos, no sentido de uma participação adequada em actos comunicativos, projectos de trabalho, processos de aprendizagem...;
- organizar e utilizar materiais num processo de trabalho autónomo;
- mobilizar, de entre os recursos disponíveis, aqueles que, num determinado contexto, permitem a resolução de problemas de comunicação imprevistos, a adaptação a situações novas;
- explorar as oportunidades de relação interactiva, na sala de aula, para praticar a interacção verbal;
- cooperar, de forma produtiva, na realização de tarefas em grupo;
- contribuir para a criação, na sala de aula, de um clima de trabalho favorável: organizar o espaço de forma funcional; organizar os materiais de trabalho; gerir, de forma equilibrada, os ritmos de trabalho; garantir a qualidade estética do ambiente nos planos visual e sonoro; garantir a segurança e a higiene do espaço e dos equipamentos.

2.º e 3.º ciclo – Competências de comunicação

Compreender - OUVIR/VER textos orais e audiovisuais de natureza diversificada adequados aos desenvolvimentos intelectual, sócio-afectivo e linguístico do aluno

Desempenhos esperados no final do 2.º ciclo

- Identificação de uma acção/tarefa a realizar a partir das respectivas instruções de execução (actividade escolar, utilização de um objecto, realização de um percurso, receita culinária).
- Identificação de informações em função de um objectivo preciso a partir de textos informativos (aviso, anúncio publicitário, informação meteorológica... – em gravação áudio ou vídeo).
- Identificação de informações em função de um objectivo preciso, a partir de diálogos usuais na vida quotidiana.

- Identificação de informações em mensagens telefónicas curtas.
- Identificação de uma personagem, objecto, lugar, a partir da sua descrição (apresentação de uma personagem, cidade, objecto – em gravação áudio ou vídeo).
- Reconhecimento de traços característicos da sociedade e da cultura das comunidades que usam a língua.
- Reconhecimento de afinidades/diferenças entre a cultura de origem e a cultura estrangeira.

Desempenhos esperados no final do 3.º ciclo

- Identificação de uma acção/tarefa a realizar a partir das respectivas instruções de execução (actividade escolar, utilização de um objecto, realização de um percurso, receita culinária).
- Identificação de informações em função de um objectivo preciso a partir de textos informativos (aviso, anúncio publicitário, notícia, programa, informação meteorológica,... – em gravação áudio ou vídeo).
- Identificação de informações em função de um objectivo preciso, a partir de diálogos usuais na vida quotidiana.
- Identificação de informações em mensagens telefónicas.
- Identificação de uma personagem, objecto, lugar, a partir da sua descrição (apresentação de uma personagem, região/cidade/paisagem, objecto – em gravação áudio ou vídeo).
- Identificação, numa narrativa transmitida oralmente, de sequências de acontecimentos, de personagens e lugares e suas características, de momentos.
- Reconhecimento, numa narrativa transmitida oralmente, dos acontecimentos principais e de personagens.
- Identificação de traços característicos da sociedade e da cultura das comunidades que usam a língua.
- Reconhecimento de traços característicos da sociedade e da cultura das comunidades que usam a língua.
- Estabelecimento de relações – afinidades/diferenças – entre a cultura de origem e a cultura estrangeira.
- Reconhecimento de afinidades/diferenças entre a cultura de origem e a cultura estrangeira.

Processos de aprendizagem ao longo da educação básica

- Utilizar conhecimentos prévios sobre o assunto do texto na formulação de hipóteses de sentido.
- Associar marcas textuais (título, formato, ilustração, palavras-chave) ao assunto e ao tipo de texto.
- Associar unidades linguísticas do texto ou fornecidas pelo professor (léxico, estruturas gramaticais, categorias semânticas) às ideias principais e secundárias.
- Deduzir o sentido de palavras e de estruturas gramaticais.

ticais desconhecidas a partir do contexto, da análise morfológica das palavras e de analogia/contraste com a língua materna.

- Relacionar elementos do texto que permitam confirmar hipóteses de sentido (elementos lexicais utilizados na referência a uma personagem, a um objecto, a uma acção...).
- Prescindir de compreender o significado de palavras que não são essenciais à compreensão do sentido do texto.
- Verificar a correcção das hipóteses de sentido formuladas.
- Rever as hipóteses formuladas, se necessário.

PERFIS DE SAÍDA

Aluno do 2.º ciclo

Compreende textos curtos e simples sobre assuntos do quotidiano. É capaz de encontrar uma informação previsível e concreta em textos simples de uso comum.

Adaptação e tradução do nível A2 da Compreensão Geral da Escrita Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas

Aluno do 3.º ciclo

Língua Estrangeira I

Compreende um texto em língua corrente sobre assuntos do quotidiano e da actualidade. Entende acontecimentos relatados, assim como sentimentos e desejos expressos.

Adaptação do nível B1 da Compreensão Geral da Escrita Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas

Língua Estrangeira II

Compreende um texto em língua corrente sobre assuntos do quotidiano. Entende acontecimentos relatados, assim como sentimentos e desejos expressos.

Adaptação do nível B1 da Compreensão Geral da Escrita Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas

Interagir - OUVIR/FALAR em situações de comunicação diversificadas

Desempenhos esperados no final do 2.º ciclo

- Participação em conversas sobre assuntos do quotidiano.
- Participação em conversas no contexto das actividades da aula.
- Auto-apresentação e apresentação de pessoas a partir de tópicos (elementos de identificação, situação familiar, características pessoais, gostos, hábitos) e ou de elementos linguísticos.

- Conversa telefónica (autêntica, simulada) a partir de tópicos e ou elementos linguísticos.
- Adequação de comportamentos comunicativos tendo em conta:
 - os traços característicos da sociedade e da cultura das comunidades que usam a língua;
 - afinidades/diferenças entre a cultura de origem e a cultura estrangeira.

Desempenhos esperados no final do 3.º ciclo

- Participação em conversas sobre assuntos do quotidiano.
- Participação em conversas sobre assuntos do quotidiano e da actualidade.
- Participação em conversas no contexto das actividades da aula.
- Auto-apresentação e apresentação de pessoas a partir de tópicos (elementos de identificação, situação familiar, características pessoais, gostos, hábitos) e ou de elementos linguísticos.
- Conversa telefónica (autêntica, simulada) a partir de tópicos e ou elementos linguísticos.
- Entrevista (autêntica, simulada) a partir de tópicos e ou elementos linguísticos.
- Entrevista simulada a partir de tópicos e ou elementos linguísticos.
- Adequação de comportamentos comunicativos tendo em conta:
 - os traços característicos da sociedade e da cultura das comunidades que usam a língua;
 - afinidades/diferenças entre a cultura de origem e a cultura estrangeira.

Matemática

Números e Cálculo

No domínio dos números e do cálculo, a competência matemática que todos devem desenvolver inclui os seguintes aspectos:

Ao longo de todos os ciclos

- A compreensão global dos números e das operações e a sua utilização de maneira flexível para fazer julgamentos matemáticos e desenvolver estratégias úteis de manipulação dos números e das operações;
- O reconhecimento e a utilização de diferentes formas de representação dos elementos dos conjuntos numéricos, assim como das propriedades das operações nesses conjuntos;
- A aptidão para efectuar cálculos mentalmente, com os algoritmos de papel e lápis ou usando a calculadora,

bem como para decidir qual dos métodos é apropriado à situação;

- A sensibilidade para a ordem de grandeza de números, assim como a aptidão para estimar valores aproximados de resultados de operações e decidir da razoabilidade de resultados obtidos por qualquer processo de cálculo ou por estimação;
- A predisposição para procurar e explorar padrões numéricos em situações matemáticas e não matemáticas e o gosto por investigar relações numéricas, nomeadamente em problemas envolvendo divisores e múltiplos de números ou implicando processos organizados de contagem;
- A aptidão para dar sentido a problemas numéricos e para reconhecer as operações que são necessárias à sua resolução, assim como para explicar os métodos e o raciocínio que foram usados.

Para além dos aspectos gerais comuns a todos os ciclos, há ainda a considerar aspectos específicos para cada o 1º e o 2º ciclo:

1.º ciclo

- A compreensão do sistema de numeração de posição e do modo como este se relaciona com os algoritmos das quatro operações;
- O reconhecimento dos números inteiros e decimais e de formas diferentes de os representar e relacionar, bem como a aptidão para usar as propriedades das operações em situações concretas, em especial quando aquelas facilitam a realização de cálculos.

2.º ciclo

- O reconhecimento dos conjuntos dos números inteiros e racionais positivos, das diferentes formas de representação dos elementos desses conjuntos e das relações entre eles, bem como a compreensão das propriedades das operações em cada um deles e a aptidão para usá-las em situações concretas;
- A aptidão para trabalhar com valores aproximados de números racionais de maneira adequada ao contexto do problema ou da situação em estudo;
- O reconhecimento de situações de proporcionalidade directa e a aptidão para usar o raciocínio proporcional em problemas diversos;
- A aptidão para trabalhar com percentagens e para compreender e utilizar as suas diferentes representações.

3.º ciclo

- O reconhecimento dos conjuntos dos números inteiros, racionais e reais, das diferentes formas de representação dos elementos desses conjuntos e das relações entre

eles, bem como a compreensão das propriedades das operações em cada um deles e a aptidão para usá-las em situações concretas;

- A aptidão para trabalhar com valores aproximados de números racionais ou irracionais de maneira adequada ao contexto do problema ou da situação em estudo;
- O reconhecimento de situações de proporcionalidade directa e inversa e a aptidão para resolver problemas no contexto de tais situações;
- A aptidão para operar com potências e para compreender a escrita de números em notação científica e, em particular, para usar esta notação no trabalho com calculadoras científicas.

Geometria

No domínio da geometria, das grandezas e da medida, a competência matemática que todos devem desenvolver inclui os seguintes aspectos:

Ao longo de todos os ciclos

- Aptidão para realizar construções geométricas e para reconhecer e analisar propriedades de figuras geométricas, nomeadamente recorrendo a materiais manipuláveis e a software geométrico;
- A aptidão para utilizar a visualização e o raciocínio espacial na análise de situações e na resolução de problemas em geometria e em outras áreas da matemática;
- A compreensão dos conceitos de comprimento e perímetro, área, volume e amplitude, assim como e a aptidão para utilizar conhecimentos sobre estes conceitos na resolução e formulação de problemas;
- A aptidão para efectuar medições e estimativas em situações diversas, bem como a compreensão do sistema internacional de unidades;
- A predisposição para procurar e explorar padrões geométricos e o gosto por investigar propriedades e relações geométricas;
- A aptidão para formular argumentos válidos recorrendo à visualização e ao raciocínio espacial, explicitando a linguagem corrente;
- A sensibilidade para apreciar a geometria no mundo real e o reconhecimento e a utilização de ideias geométricas em diversas situações, nomeadamente na comunicação. Para além dos aspectos gerais comuns a todos os ciclos, há ainda a considerar aspectos específicos para cada o 1º e o 2º ciclo:

1.º ciclo

- O reconhecimento de formas geométricas simples, bem como a aptidão para descrever figuras geométricas

e para completar e inventar padrões;

- A aptidão para realizar construções geométricas simples, assim como para identificar propriedades de figuras geométricas;
- A compreensão do processo de medição e a aptidão para fazer medições e estimativas em situações diversas do quotidiano utilizando instrumentos apropriados.

2.º ciclo

- A predisposição para identificar propriedades de figuras geométricas, nomeadamente em triângulos, em quadriláteros e em sólidos geométricos, bem como para justificar e comunicar os raciocínios efectuados;
- A aptidão para realizar construções geométricas, nomeadamente ângulos e triângulos, e para descrever figuras geométricas;
- A aptidão para resolver e formular problemas que envolvam relações entre os conceitos de perímetro e de área, em diversos contextos;
- A aptidão para calcular áreas de rectângulos, triângulos e círculos, assim como volumes de paralelepípedos, recorrendo ou não a fórmulas, em contexto de resolução de problemas.

3.º ciclo

- A aptidão para visualizar e descrever propriedades e relações geométricas, através da análise e comparação de figuras, para fazer conjecturas e justificar os seus raciocínios;
- A aptidão para realizar construções geométricas, nomeadamente quadriláteros, outros polígonos e lugares geométricos;
- A compreensão do conceito de forma de uma figura geométrica e o reconhecimento das relações entre elementos de figuras semelhantes;
- A aptidão para resolver problemas geométricos através de construções, nomeadamente envolvendo lugares geométricos, igualdade e semelhança de triângulos, assim como para justificar os processos utilizados;
- O reconhecimento do significado de fórmulas e a sua utilização no cálculo de áreas e volumes de sólidos e de objectos do mundo real, em situações diversificadas;
- A predisposição para identificar transformações geométricas e a sensibilidade para relacionar a geometria com a arte e com a técnica;
- A tendência para procurar invariantes em figuras geométricas e para utilizar modelos geométricos na resolução de problemas reais.

Estatística e Probabilidades

No domínio da estatística e das probabilidades, a compe-

tência matemática que todos devem desenvolver inclui os seguintes aspectos:

Ao longo de todos os ciclos

- A predisposição para recolher e organizar dados relativos a uma situação ou a um fenómeno e para os representar de modos adequados, nomeadamente através de tabelas e gráficos e utilizando as novas tecnologias;
- A aptidão para ler e interpretar tabelas e gráficos à luz das situações a que dizem respeito e para comunicar os resultados das interpretações feitas;
- A tendência para dar resposta a problemas com base na análise de dados recolhidos e de experiências planeadas para o efeito;
- A aptidão para realizar investigações que recorram a dados de natureza quantitativa, envolvendo a recolha e análise de dados e a elaboração de conclusões;
- A aptidão para usar processos organizados de contagem na abordagem de problemas combinatórios simples;
- A sensibilidade para distinguir fenómenos aleatórios e fenómenos deterministas e para interpretar situações concretas de acordo com essa distinção;
- O sentido crítico face ao modo como a informação é apresentada. Para além dos aspectos gerais comuns a todos os ciclos, há ainda a considerar aspectos específicos para o 2.º ciclo:

2.º ciclo

- A compreensão das noções de frequência absoluta e relativa, assim como a aptidão para calcular estas frequências em situações simples;
- A compreensão das noções de moda e de média aritmética, bem como a aptidão para determiná-las e para interpretar o que significam em situações concretas;
- A sensibilidade para criticar argumentos baseados em dados de natureza quantitativa.

3.º ciclo

- A compreensão das noções de moda, média aritmética e mediana, bem como a aptidão para determiná-las e para interpretar o que significam em situações concretas;
- A sensibilidade para decidir quais das medidas de tendência central são mais adequadas para caracterizar uma dada situação;
- A aptidão para comparar distribuições com base nas medidas de tendência central e numa análise da dispersão dos dados;
- O sentido crítico face à apresentação tendenciosa de informação sob a forma de gráficos enganadores e a afirmações baseadas em amostras não representativas;
- A aptidão para entender e usar de modo adequado a

linguagem das probabilidades em casos simples;

- A compreensão da noção de probabilidade e a aptidão para calcular a probabilidade de um acontecimento em casos simples.

Álgebra e Funções

No domínio da álgebra e das funções, a competência matemática que todos devem desenvolver inclui os seguintes aspectos:

Ao longo de todos os ciclos

- A predisposição para procurar padrões e regularidades e para formular generalizações em situações diversas, nomeadamente em contextos numéricos e geométricos;
- A aptidão para analisar as relações numéricas de uma situação, explicitá-las em linguagem corrente e representá-las através de diferentes processos, incluindo o uso de símbolos;
- A aptidão para construir e interpretar tabelas de valores, gráficos, regras verbais e outros processos que traduzam relações entre variáveis, assim como para passar de umas formas de representação para outras, recorrendo ou não a instrumentos tecnológicos;
- A aptidão para concretizar, em casos particulares, relações entre variáveis e fórmulas e para procurar soluções de equações simples;
- A sensibilidade para entender e usar as noções de correspondência e de transformação em situações concretas diversas.

3.º ciclo

- o reconhecimento do significado de fórmulas no contexto de situações concretas e a aptidão para usá-las na resolução de problemas;
- a aptidão para usar equações e inequações como meio de representar situações problemáticas e para resolver equações, inequações e sistemas, assim como para realizar procedimentos algébricos simples;
- a compreensão do conceito de função e das facetas que pode apresentar, como correspondência entre conjuntos e como relação entre variáveis;
- a aptidão para representar relações funcionais de vários modos e passar de uns tipos de representação para outros, usando regras verbais, tabelas, gráficos e expressões algébricas e recorrendo, nomeadamente, à tecnologia gráfica;
- a sensibilidade para entender o uso de funções como modelos matemáticos de situações do mundo real, em particular nos casos em que traduzem relações de proporcionalidade directa e inversa.

Estudo do Meio

No 1.º ciclo, o professor deve proporcionar aos alunos oportunidades de se envolverem em aprendizagens significativas – isto é, que partam do experiencialmente vivido e do conhecimento pessoalmente estruturado – que lhes permitam desenvolver capacidades instrumentais cada vez mais poderosas para compreender, explicar e actuar sobre o Meio de modo consciente e criativo.

Neste sentido, o currículo de EM deve ser gerido de forma aberta e flexível. Não se trata de pôr de lado o programa

de EM, mas de o olhar na perspectiva do desenvolvimento de competências a adquirir pelos alunos. Embora o programa se apresente por blocos de conteúdos segundo uma ordem, o próprio documento sugere que “os professores deverão recriar o programa, de modo a atender aos diversificados pontos de partida e ritmos de aprendizagem dos alunos, aos seus interesses e necessidades e às características do meio” (DEB, 1998:108), podendo “alterar a ordem dos conteúdos, associá-los a diferentes formas, variar o seu grau de aprofundamento ou mesmo acrescentar outros” (ibid).

Estas considerações remetem para abordagens centradas na definição de problemas de interesse pessoal, social e local. Ora, entende-se que esta abertura não deve ser posta em causa pela organização avulsa de conteúdos em blocos compartimentados.

A localização no espaço e no tempo

- Reconhecimento e identificação de elementos espaço-temporais que se referem a acontecimentos, factos, marcas da história pessoal e familiar, da história local e nacional.
- Reconhecimento e utilização dos elementos que permitem situar-se no lugar onde se vive, nomeadamente através da leitura de mapas, utilizando a legenda, para comparar a localização, configuração, dimensão e limites de diferentes espaços na superfície terrestre (Portugal, Europa, Mundo).
- Reconhecimento e utilização no quotidiano de unidades de referência temporal.
- Utilização de plantas e elaboração de maquetas (escola, casa, bairro, localidade), com identificação dos espaços e das respectivas funções.
- Localização relativa dos elementos naturais e humanos da paisagem, utilizando a posição do observador como elemento de referência, bem como os rumos da rosa dos ventos (N.; S.; E.; O.).
- Utilização de alguns processos de orientação como forma de se localizar e deslocar na Terra.

O conhecimento do ambiente natural e social

- Utilização de vestígios de outras épocas como fontes de informação para reconstituir o passado, compreendê-lo e organizar o presente.
- Reconhecimento de aglomerados populacionais (aldeias, vilas e cidades) e identificação das cidades do seu distrito em diferentes documentos cartográficos (fotografias, plantas, mapas e fotografias aéreas).
- Reconhecimento de representações diversas da Terra, utilizando imagens de satélite, fotografias aéreas, globo e mapas.
- Compreensão das razões da existência de dia e noite e da sua relação com o movimento de rotação da Terra.
- Caracterização das estações do ano, utilizando diversos indicadores resultantes da observação directa e indirecta.
- Reconhecimento da existência de diferentes astros e de que a Terra faz parte do Sistema Solar.
- Análise de evidências na explicação científica da forma da Terra e das fases da Lua.
- Observação directa dos aspectos naturais e humanos do meio e realização de actividades práticas e trabalho de campo no meio envolvente à escola.
- Reconhecimento de semelhanças e diferenças entre lugares tendo em conta as diversas formas de ocupação e uso da superfície terrestre.
- Reconhecimento da existência de semelhanças e diferenças entre seres vivos, entre rochas e entre solos e da necessidade da sua classificação.
- Explicação de alguns fenómenos com base nas propriedades dos materiais.
- Reconhecimento da importância da ciência e da tecnologia na observação de fenómenos.

O dinamismo das inter-relações entre o natural e o social

- Resolução de situações que envolvam deslocações, localizações e distâncias em espaços familiares e, por associação e comparação, situar-se relativamente a espaços mais longínquos.
- Compreensão do modo como os movimentos de pessoas, bens, serviços e ideias entre diferentes territórios têm implicações importantes para as áreas de partida e de chegada.
- Reconhecimento da utilização dos recursos nas diversas actividades humanas e como os desequilíbrios podem levar ao seu esgotamento, à extinção das espécies e à destruição do ambiente.
- Participação na discussão sobre a importância de procurar soluções individuais e colectivas visando a qualidade de vida.
- Compreensão dos modos de actuação humana face às características físicas do território.

- Reconhecimento das actividades humanas – primárias, secundárias e terciárias – como fontes de recursos para a satisfação das necessidades básicas do ser humano e para a melhoria da sua qualidade de vida, recorrendo à observação directa e indirecta de vários tipos de actividades económicas.
- Conhecimento da existência de objectos tecnológicos, relacionando-os com a sua utilização em casa e em actividades económicas.
- Reconhecimento da importância da evolução tecnológica e implicações da sua utilização na evolução da sociedade.
- Realização de actividades experimentais simples para identificação de algumas propriedades dos materiais, relacionando-os com as suas aplicações.
- Realização de registos e de medições simples utilizando instrumentos e unidades adequados.
- Compreensão da intervenção humana actual em comparação com épocas históricas diferentes.
- Observação da multiplicidade de formas, características e transformações que ocorrem nos seres vivos e nos materiais.
- Identificação de relações entre as características físicas e químicas do meio e as características e comportamentos dos seres vivos.
- Identificação dos processos vitais comuns a seres vivos dependentes do funcionamento de sistemas orgânicos.
- Conhecimento das modificações que se vão operando com o crescimento e envelhecimento, relacionando-as com os principais estádios do ciclo de vida humana.
- Reconhecimento de que a sobrevivência e o bem-estar humano dependem de hábitos individuais de alimentação equilibrada, de higiene, de actividade física e de regras de segurança e de prevenção.

Competências no final do 1.º ciclo

Salientando o carácter interdisciplinar e simultaneamente integrador que o Estudo do Meio assume na gestão do currículo do 1.º ciclo, cabe ao professor organizar e gerir o processo de ensino-aprendizagem de modo a promover o desenvolvimento de competências que integrem o saber, o saber – fazer e o saber – ser e, assim, assegurar e garantir a qualidade das aprendizagens de todos os alunos.

No final do 1.º ciclo, o aluno:

- Reconhece e valoriza as características do seu grupo de pertença (normas de convivência, relações entre membros, costumes, valores, língua, credo, religião ...) e respeita e valoriza outros povos e outras culturas, repudiando qualquer tipo de discriminação;
- Participa em actividades de grupo, adoptando um

comportamento construtivo, responsável e solidário, valoriza os contributos de cada um em função de objectivos comuns e respeita os princípios básicos do funcionamento democrático;

- Exprime, fundamenta e discute ideias pessoais sobre fenómenos e problemas do meio físico e social com vista a uma aprendizagem cooperativa e solidária;
- Utiliza formas variadas de comunicação escrita, oral e gráfica e aplica técnicas elementares de pesquisa, organização e tratamento de dados;
- Participa em actividades lúdicas de investigação e descoberta e utiliza processos científicos na realização de actividades experimentais;
- Identifica os principais elementos do meio físico e natural, analisa e compreende as suas características mais relevantes e o modo como se organizam e interagem, tendo em vista a evolução das ideias pessoais na compreensão do meio envolvente;
- Reconhece as mudanças e transformações no homem e na sociedade e através desse conhecimento interpreta e compreende diferentes momentos históricos;
- Analisa criticamente algumas manifestações de intervenção humana no Meio e adopta um comportamento de defesa e conservação do património cultural próximo e de recuperação do equilíbrio ecológico;
- Preserva a saúde e segurança do seu corpo de acordo com o conhecimento que tem das suas potencialidades e limitações e respeita e aceita as diferenças individuais (idade, sexo, raça, cor, personalidade...);
- Concebe e constrói instrumentos simples, utilizando o conhecimento das propriedades elementares de alguns materiais, substâncias e objectos;
- Identifica alguns objectos e recursos tecnológicos, reconhece a sua importância na satisfação de determinadas necessidades humanas e adopta uma postura favorável ao seu desenvolvimento.

História

A presença da História no currículo do ensino básico encontra a sua justificação maior e no sentido de que é através dela que o aluno constrói uma visão global e organizada de uma sociedade complexa, plural e em permanente mudança. A função do professor de História, enquanto agente que participa na construção do conhecimento histórico, é enquadrar o aluno no estabelecimento dos referenciais fundamentais em que assenta essa tomada de consciência do tempo social, estimulando-o a construir o saber histórico através da expressão de “ideias históricas” na sua linguagem, desde os primeiros anos de escolaridade. Esta construção do pensamento histórico é progressiva e gradualmente contextualizada, em função das experiências vividas. De facto, a pesquisa existente em cognição histórica sugere

alguns princípios a ter em conta no desenvolvimento e avaliação das aprendizagens dos alunos.

Perfil do aluno competente em História no ensino básico:

1.º ciclo

- Identifica, compara e relaciona as principais características do Meio Físico e do Meio Social;
- Integra as noções de espaço e de tempo em torno de situações concretas do passado próximo;
- Identifica alguns elementos relativos à História e Geografia de Portugal;
- Aplica, na abordagem da realidade física e social, técnicas elementares de pesquisa, utilizando técnicas simples de comunicação;
- Reconhece e valoriza expressões do património histórico e cultural próximo;
- Manifesta respeito por outros povos e culturas.

2.º ciclo

- Situa-se no país e no mundo em que vive, aplicando noções operatórias de espaço e de tempo;
- Utiliza conhecimentos básicos sobre a realidade portuguesa, do presente e do passado, aplicando as noções de evolução e de multicausalidade;
- Aplica, na abordagem da realidade física e social, técnicas elementares de pesquisa e a organização sistemática de dados, utilizando técnicas diversas de comunicação;
- Explica e valoriza elementos do património histórico português;
- Manifesta respeito por outros povos e culturas.

3.º ciclo

- Utiliza as noções de evolução, de multicausalidade, de multiplicidade temporal e de relatividade cultural no relacionamento da História de Portugal com a História europeia e mundial;
- Aplica procedimentos básicos da metodologia específica da História, nomeadamente a pesquisa e interpretação de fontes diversificadas, utilizando técnicas diversas de comunicação;
- Integra e valoriza elementos do património histórico português no quadro do património histórico mundial;
- Manifesta respeito por outros povos e culturas.

Para uma compreensão histórica, no 1º ciclo, o aluno deve compreender:

Temporalidade – Localiza acontecimentos da história pessoal e familiar, e da história local e nacional; utiliza

vestígios de outras épocas como fontes de informação para reconstituir o passado; reconhece e utiliza no quotidiano unidades de referência temporal.

Espacialidade – Resolve situações que envolvam deslocamentos, localizações, distâncias em espaços familiares e, por associação e comparação, situa-se relativamente a espaços mais longínquos, relacionando-os através do estabelecimento de ligações de vária ordem.

Contextualização – Caracteriza modos de organização do Meio Físico e Social, identifica as marcas e alterações na Natureza provocadas pela actividade humana e compara-os em épocas históricas diferentes.

Para uma compreensão histórica, no 2º ciclo, o aluno deve compreender:

Temporalidade – Aplica os conceitos de mudança/permanência na caracterização das sociedades que se constituíram no espaço português em diferentes períodos; identifica, localiza no tempo e caracteriza alterações significativas da sociedade portuguesa, e estabelece relações passado/presente, especificando contributos para o Portugal contemporâneo, utilizando correctamente o vocabulário próprio da disciplina.

Espacialidade – Conhece a localização relativa do território português, caracteriza os principais contrastes na distribuição espacial das actividades económicas e formas de organização do espaço português em diferentes períodos, relacionando-as com factores físicos e humanos, utilizando correctamente vocabulário específico da disciplina, bem como técnicas adequadas de expressão gráfica.

Contextualização – Distingue características concretas de sociedades que se constituíram no espaço português em diferentes períodos e estabelece relações entre os seus diversos domínios, utilizando correctamente o vocabulário específico da disciplina.

Para uma compreensão histórica, no 3º ciclo, o aluno deve compreender:

Temporalidade: Identifica e caracteriza fases principais da evolução histórica e grandes momentos de ruptura.

Localiza no tempo eventos e processos, distingue ritmos de evolução em sociedades diferentes e no interior de uma mesma sociedade, estabelecendo relações entre passado e presente e aplicando noções emergentes de multiplicidade temporal.

Espacialidade: Localiza no espaço, com recurso a formas diversas de representação espacial, diferentes aspectos das sociedades humanas em evolução e interacção, nomeadamente alargamento de áreas habitadas/fluxos demográficos, organização do espaço urbano e arquitectónico, áreas de intervenção económica, espaço de dominação política e militar, espaço de expansão cultural e linguística, fluxos/circuitos comerciais, organização do espaço rural, estabelecendo relações entre a organização do espaço e os condicionalismos físico-naturais.

Contextualização: Distingue, numa dada realidade, os aspectos de ordem demográfica, económica, social, política e cultural e estabelece conexões e inter-relações entre eles; interpreta o papel dos indivíduos e dos grupos na dinâmica social; reconhece a simultaneidade de diferentes valores e culturas e o carácter relativo dos valores culturais em diferentes espaços e tempos históricos; relaciona a história nacional com a história europeia e mundial, abordando a especificidade do caso português; aplica os princípios básicos da metodologia específica da história.

Geografia

A Geografia procura responder às questões que o Homem levanta sobre o Meio Físico e Humano utilizando diferentes escalas de análise. Desenvolve o conhecimento dos lugares, das regiões e do Mundo, bem como a compreensão dos mapas e um conjunto de destrezas de investigação e resolução de problemas, tanto dentro como fora da sala de aula. É uma disciplina de charneira entre as Ciências Naturais e Sociais. Através do seu estudo, os alunos estabelecem contacto com diferentes sociedades e culturas num contexto espacial, ajudando-os a perceber de que forma os espaços se relacionam entre si.

A aprendizagem da Geografia, ao longo da escolaridade básica, deve permitir aos jovens, no seu final, a apropriação de um conjunto de competências que os tornem cidadãos geograficamente competentes:

- O desenvolvimento da aptidão para pensar geograficamente, isto é, integrar num contexto espacial os vários elementos do lugar, região, Mundo;
- A curiosidade por descobrir e conhecer territórios e paisagens diversas valorizando a sua diversidade como uma riqueza natural e cultural que é preciso preservar;
- A compreensão de conceitos geográficos para descrever a localização, a distribuição e a interrelação entre espaços;
- O desenvolvimento de processos de pesquisa, organização, análise, tratamento, apresentação e comunicação

da informação relativa a problemas geográficos;

- A utilização correcta do vocabulário geográfico para explicar os padrões de distribuição dos fenómenos geográficos, as suas alterações e inter-relações;

- A utilização correcta das técnicas gráficas e cartográficas

de representação espacial para compreender e explicar a distribuição dos fenómenos geográficos;

- A análise de problemas concretos do Mundo para reflectir sobre possíveis soluções;

- O reconhecimento da diferenciação entre os espaços geográficos como resultado de uma interacção entre o Homem e o Ambiente;

- O reconhecimento da desigual repartição dos recursos pela população mundial e a solidariedade com os que sofrem de escassez desses recursos;

- A consciencialização dos problemas provocados pela intervenção do Homem no Ambiente e a predisposição favorável para a sua conservação e defesa e a participação em acções que conduzam a um desenvolvimento sustentável;

- A predisposição para estar informado geograficamente e ter uma atitude crítica face à informação veiculada pelos mass media;

- A reflexão sobre a sua experiência individual e a sua percepção da realidade para compreender a relatividade do conhecimento geográfico do mundo real;

- A relativização da importância do lugar onde vive o indivíduo em relação ao Mundo para desenvolver a consciência de cidadão do mundo.

Competências específicas no final do 1º ciclo

A localização

Ser capaz de:

- Comparar representações diversas da Terra, utilizando imagens de satélite, fotografias aéreas, globos e mapas;

- Ler mapas, utilizando a legenda para comparar a localização, configuração, dimensão e limites de diferentes espaços na superfície terrestre (Portugal, Península Ibérica, continentes e oceanos);

- Localizar o lugar onde vive, outros lugares, Portugal, continentes e oceanos, completando mapas;

- Descrever a localização relativa dos elementos naturais e humanos da paisagem, utilizando a posição do observador como elemento de referência;

- Localizar os elementos físicos e humanos da paisagem, utilizando os rumos da rosa - dos - ventos (N.; S.; E.; O.).

O conhecimento dos lugares e regiões

Ser capaz de:

- Utilizar o vocabulário geográfico em descrições escritas e orais de lugares e regiões;

- Formular questões geográficas simples (ex.: Onde se localiza? Como se distribui? Por que se localiza ou distribui deste modo? Sempre se localizaram ou distribuíram do mesmo modo?) para conhecer e compreender o lugar onde vive;

- Recolher informação sobre o território português, europeu mundial, utilizando programas de televisão, vídeo, CD-ROM, Internet, enciclopédias, livros e fotografias;

- Utilizar formas variadas de comunicação escrita, oral e gráfica (ex. textos, desenhos, colagens, maquetes simples mapas) para apresentar a informação geográfica recolhida;

- Reconhecer os aspectos naturais e humanos do meio, recorrendo à observação directa e à realização de actividades práticas e trabalho de campo no meio envolvente à escola;

- Entender semelhanças e diferenças entre lugares, observando diversas formas de ocupação e uso da superfície terrestre.

O dinamismo das inter-relações entre espaços

Ser capaz de:

- Entender como as pessoas podem actuar face às características físicas do território, utilizando histórias reais ou imaginárias, relatos orais de viagens apoiados por fotografias ou filmes, entrevistas com familiares e outros elementos da comunidade;

- Entender o modo como os movimentos de pessoas, bens, serviços e ideias entre diferentes territórios têm implicações importantes para as áreas de partida e de chegada, realizando entrevistas e ou conversando sobre histórias, filmes e fotografias;

- Expressar opiniões sobre características positivas e negativas do meio, sugerindo acções concretas e viáveis que contribuam para melhorar e tornar mais atractivo o ambiente onde os alunos vivem;

- Desenvolver o sentido de pertença e responsabilidade em relação à área de residência, participando em actividades de trabalho de campo na localidade da escola, contactando entidades públicas e associativas de nível local.

O programa de História e Geografia de Portugal integra-se na área de Línguas e Estudos Sociais do 2.º ciclo do ensino básico. De acordo com A Organização Curricular e Programas, vol. I, EB 2.º ciclo, considera-se que esta disciplina deve permitir ampliar conhecimentos e competências adquiridos no Estudo do Meio (1.º ciclo) e proporcionar o tratamento de noções a serem retomadas e ampliadas na Área de Ciências Sociais e Humanas (3.º ciclo), nas disciplinas de História e Geografia, individualizadas pela primeira vez, no ensino básico.

As competências específicas da Geografia para este ciclo

são definidas relativamente ao conhecimento do território português, de modo a desenvolver uma identidade de base territorial, tendo em conta a relação entre o ambiente a sociedade, a cultura e o património, permitindo ao indivíduo consolidar o sentimento de pertença ao país e a capacidade de intervenção cívica.

Para este ciclo, as competências específicas da Geografia são definidas relativamente à área – À Descoberta de Portugal e da Península Ibérica – na qual se agrupam os temas com conteúdos geográficos enunciados no programa.

Competências específicas no final do ciclo

A localização

Ser capaz de:

- Comparar representações diversas da superfície da Terra, utilizando o conceito de escala;
- Ler globos, mapas e plantas de várias escalas, utilizando a legenda;
- Localizar Portugal, a Península Ibérica e a Europa no Mundo, completando e construindo mapas;
- Descrever a localização relativa do lugar onde vive, utilizando como referência a região do País onde se localiza, o País, a Península Ibérica, a Europa e o Mundo.

O conhecimento dos lugares e regiões

Ser capaz de:

- Utilizar vocabulário geográfico, em descrições escritas e orais de lugares e regiões;
- Formular questões geográficas simples (Onde se localiza? Como se distribui?) para conhecer e compreender o lugar, a região e o país onde vive;
- Discutir aspectos geográficos dos lugares/regiões/assuntos em estudo, recorrendo a programas de televisão, filmes vídeo, notícias da imprensa escrita, livros e enciclopédias;
- Recolher informação sobre as características físicas (relevo, clima e rios), sociais e económicas do território português, utilizando um conjunto de recursos que incluem material audiovisual, CD-ROM, Internet, mapas de várias escalas, gráficos e quadros de dados estatísticos;
- Apresentar a informação recolhida de forma clara e adequada, utilizando mapas, diagramas, gráficos (lineares e de barras), descrições escritas e orais simples e ou material audiovisual;
- Utilizar técnicas de trabalho de campo, utilizando instrumentos de pesquisa adequados (mapas/esboços/entrevistas/ inquéritos).

O dinamismo das inter-relações entre espaços

Ser capaz de:

- Reconhecer o modo como os diferentes espaços se integram em contextos geográficos sucessivamente mais vastos (aldeia/bairro na vila/cidade; a cidade na região; a região no país) através da recolha de informação variada sobre movimentos de pessoas e bens;
- Entender como as pessoas podem actuar face às características físicas do território utilizando o estudo de casos reais, apoiados por fotografias, filmes, textos, entrevistas com familiares e ou elementos da comunidade;
- Desenvolver o sentido de pertença e responsabilidade do espaço onde vive o aluno, envolvendo-o directamente na melhoria do seu próprio ambiente.

2.º ciclo – História e Geografia de Portugal

O programa de História e Geografia de Portugal integra-se na área de Línguas e Estudos Sociais do 2.º ciclo do ensino básico. De acordo com A Organização Curricular e Programas, vol. I, EB 2.º ciclo, considera-se que esta disciplina deve permitir ampliar conhecimentos e competências adquiridos no Estudo do Meio (1.º ciclo) e proporcionar o tratamento de noções a serem retomadas e ampliadas na Área de Ciências Sociais e Humanas (3.º ciclo), nas disciplinas de História e Geografia, individualizadas pela primeira vez, no ensino básico.

O conhecimento de Portugal é importante para compreender a realidade em que vivemos, o modo como as características dos territórios condicionaram e condicionam, positiva ou negativamente, a história do povo português, a forma como o nosso território se encontra organizado, as relações que as pessoas e as organizações que aí vivem e trabalham mantêm com o espaço que os rodeia. A capacidade de intervenção no Meio pelas populações vai criar, por um lado, um conjunto de relações complexas entre os diferentes contextos geográficos, e, pelo outro, condições de qualidade ambiental, qualidade de vida, crescimento económico e desenvolvimento humano.

As competências específicas da Geografia para este ciclo são definidas relativamente ao conhecimento do território português, de modo a desenvolver uma identidade de base territorial, tendo em conta a relação entre o ambiente, a sociedade, a cultura e o património, permitindo ao indivíduo consolidar o sentimento de pertença ao país e a capacidade de intervenção cívica.

Para este ciclo, as competências específicas da Geografia são definidas relativamente à área – À Descoberta de Portugal e da Península Ibérica – na qual se agrupam os temas com conteúdos geográficos enunciados no programa.

Competências específicas no final do ciclo

A localização

Ser capaz de:

- Comparar representações diversas da superfície da Terra, utilizando o conceito de escala;
- Ler globos, mapas e plantas de várias escalas, utilizando a legenda;
- Localizar Portugal, a Península Ibérica e a Europa no Mundo, completando e construindo mapas;
- Descrever a localização relativa do lugar onde vive, utilizando como referência a região do País onde se localiza, o País, a Península Ibérica, a Europa e o Mundo.

O conhecimento dos lugares e regiões

Ser capaz de:

- Utilizar vocabulário geográfico, em descrições escritas e orais de lugares e regiões;
- Formular questões geográficas simples (Onde se localiza? Como se distribui?) para conhecer e compreender o lugar, a região e o país onde vive;
- Discutir aspectos geográficos dos lugares/regiões/assuntos em estudo, recorrendo a programas de televisão, filmes vídeo, notícias da imprensa escrita, livros e enciclopédias;
- Recolher informação sobre as características físicas (relevô, clima e rios), sociais e económicas do território português, utilizando um conjunto de recursos que incluem material audiovisual, CD-ROM, Internet, mapas de várias escalas, gráficos e quadros de dados estatísticos;
- Apresentar a informação recolhida de forma clara e adequada, utilizando mapas, diagramas, gráficos (lineares e de barras), descrições escritas e orais simples e ou material audiovisual;
- Utilizar técnicas de trabalho de campo, utilizando instrumentos de pesquisa adequados (mapas/esboços/entrevistas/inquéritos).

O dinamismo das inter-relações entre espaços

Ser capaz de:

- Reconhecer o modo como os diferentes espaços se integram em contextos geográficos sucessivamente mais vastos (aldeia/bairro na vila/cidade; a cidade na região; a região no país) através da recolha de informação variada sobre movimentos de pessoas e bens;
- Entender como as pessoas podem actuar face às características físicas do território utilizando o estudo de casos reais, apoiados por fotografias, filmes, textos, entrevistas com familiares e ou elementos da comunidade;
- Desenvolver o sentido de pertença e responsabilidade

do espaço onde vive o aluno, envolvendo-o directamente na melhoria do seu próprio ambiente.

3.º ciclo – Geografia

Os jovens vivem num espaço multidimensional e tomam consciência dele a partir de uma grande variedade de contextos. A localização dos factos geográficos é uma competência que se desenvolve desde o nascimento. A interacção que estabelecemos diariamente com o meio ajuda a construir o conhecimento do espaço. À medida que a criança e o jovem se desenvolvem física, emocional e intelectualmente vai também evoluindo a capacidade de compreender o Mundo. Saber o que existe e onde é o quadro de referência que nos permite tomar consciência do mundo à nossa volta.

A mobilidade dos seres humanos à superfície terrestre significa que se estabelece constantemente uma interacção com os lugares por onde passamos. Estes movimentos ajudam a construir o conhecimento do espaço geográfico – conhecer os lugares, as pessoas que aí vivem ou trabalham.

Despertar a curiosidade pelo Mundo e dar oportunidade para explorar novos lugares/espacos à superfície terrestre é promover a associação entre os acontecimentos e a acção com os lugares visitados.

A geografia actual requer que os alunos adquiram conhecimentos que os preparem para compreender e analisar problemas complexos relevantes para a vida num Mundo de múltiplas relações.

Uma educação para a vida adulta deve preocupar-se com o futuro. Os temas estudados pela Geografia permitem uma abordagem com grande amplitude dos vários cenários possíveis, quer em relação ao mundo próximo de cada um, quer ao Mundo, através de várias escalas de análise.

O lugar onde vivemos é o modo universal de nos localizarmos na Terra. Cada um de nós tem um nome, morada que se refere a uma rua, aldeia/vila/cidade, região e país. Além disso, somos cidadãos europeus e vamos tomando consciência deste facto ao longo da vida. Por fim, e talvez mais importante, somos cidadãos do Mundo.

O ensino da Geografia desempenha um papel fundamental na formação e na informação dos futuros cidadãos acerca de Portugal, da Europa e do Mundo enquanto sistemas compostos por factos diversos que interagem entre si e constantemente se alteram.

Os alunos do ensino básico têm a capacidade de desenvolver competências geográficas de observação, classificação, organização, leitura e interpretação de mapas. Os alunos das escolas básicas tomam atitudes relativamente a pessoas de outros países e manifestam interesse e curiosidade em aprender sobre as populações das várias regiões do Mundo. Estas atitudes devem desenvolver-se, frequentemente, com grande precisão nos conhecimentos relativos à localização e características dos lugares e das populações que neles vivem e trabalham.

As competências específicas da Geografia estão definidas de modo a centrar a aprendizagem da disciplina na procura de informação, na observação, na elaboração de hipóteses, na tomada de decisão, no desenvolvimento de atitudes críticas, no trabalho individual e de grupo e na realização de projectos.

Competências específicas no final do ciclo

A localização

Ser capaz de:

- Comparar representações diversas da superfície da Terra, utilizando o conceito de escala;
- Ler e interpretar globos, mapas e plantas de várias escalas, utilizando a legenda, a escala e as coordenadas geográficas;
- Localizar Portugal e a Europa no Mundo, completando e construindo mapas;
- Localizar lugares utilizando plantas e mapas de diferentes escalas;
- Descrever a localização relativa do lugar onde vive, utilizando como referência a região do país onde se localiza, o país, a Europa e o Mundo.

O conhecimento dos lugares e regiões

Ser capaz de:

- Utilizar o vocabulário geográfico em descrições orais e escritas de lugares, regiões e distribuições de fenómenos geográficos;
- Formular e responder a questões geográficas (Onde se localiza? Como se distribui? Porque se localiza/ distribui deste modo? Porque sofre alterações?), utilizando atlas, fotografias aéreas, bases de dados, CD-ROM e Internet;
- Discutir aspectos geográficos dos lugares/regiões/ assuntos em estudo, recorrendo a programas de televisão, filmes, videogramas, notícias da imprensa escrita, livros e enciclopédias;
- Comparar distribuições de fenómenos naturais e humanos, utilizando planisférios e mapas de diferentes escalas;

- Ordenar e classificar as características dos fenómenos geográficos, enumerando os que são mais importantes na sua localização;
- Seleccionar as características dos fenómenos geográficos responsáveis pela alteração das localizações;
- Realizar pesquisas documentais sobre a distribuição irregular dos fenómenos naturais e humanos a nível nacional, europeu e mundial, utilizando um conjunto de recursos que incluem material audiovisual, CD-ROM, Internet, notícias da imprensa escrita, gráficos e quadros de dados estatísticos;
- Seleccionar e utilizar técnicas gráficas, tratando a informação geográfica de forma clara e adequada em gráficos (lineares, histogramas, sectogramas, pirâmides etárias), mapas (de manchas ou outros) e diagramas;
- Desenvolver a utilização de dados/índices estatísticos, tirando conclusões a partir de exemplos reais que justifiquem as conclusões apresentadas;
- Problematizar as situações evidenciadas em trabalhos realizados, formulando conclusões e apresentando-as em descrições escritas e/ou orais simples e ou em material audiovisual;
- Utilizar técnicas e instrumentos adequados de pesquisa em trabalho de campo (mapas, entrevistas, inquéritos), realizando o registo da informação geográfica;
- Analisar casos concretos e reflectir sobre soluções possíveis, utilizando recursos, técnicas e conhecimentos geográficos.

O dinamismo das inter-relações entre espaços

Ser capaz de:

- Interpretar, analisar e problematizar as inter-relações entre fenómenos naturais e humanos evidenciadas em trabalhos realizados, formulando conclusões e apresentando-as em descrições escritas e ou orais simples e ou material audiovisual;
- Analisar casos concretos de impacte dos fenómenos humanos no ambiente natural, reflectindo sobre as soluções possíveis;
- Reflectir criticamente sobre a qualidade ambiental do lugar/região, sugerindo acções concretas e viáveis que melhorem a qualidade ambiental desses espaços;
- Analisar casos concretos de gestão do território que mostrem a importância da preservação e conservação do ambiente como forma de assegurar o desenvolvimento sustentável.

Ciências Físicas e Naturais

No 1.º ciclo de escolaridade é fundamental estimular os alunos para a observação do que se passa à sua volta. Atendendo às competências específicas do Estudo do

Meio, sugerem-se situações em que o aluno observe, se interrogue sobre o que observa e faça registos de observação. A constatação de que existe dia e noite pode ser consubstanciada com registos de observação à noite (cada aluno trará os registos para a aula no dia seguinte para serem discutidos), mediante a chamada de atenção para determinados aspectos, como a existência de Lua com formas diversas, a existência de astros diferentes, com brilho diferente. A comparação com a situação diurna, mediante observação do céu durante o dia, ajuda à compreensão da presença ou ausência desses astros e respectiva explicação científica.

A constatação da existência de estações do ano pode ser acompanhada da observação das diferentes posições do Sol, durante o ano. A percepção sobre a forma da Terra ao longo dos tempos pode gerar discussões sobre a evolução do conhecimento científico, percebendo os alunos que as ideias científicas para serem compreendidas precisam de evidências (viagem de circum-navegação, fotografias tiradas do espaço e desaparecimento progressivo de um barco no horizonte).

No final do 1º ciclo o aluno deve:

- Conhecer a posição da Terra no espaço, relativamente a outros corpos celestes;
- Compreender as razões da existência de dia e noite e das estações do ano;
- Utilizar alguns processos de orientação como forma de se localizar e deslocar na Terra;
- Analisar evidências na explicação científica da forma da Terra e das fases da Lua;
- Reconhecer a importância da Ciência e da Tecnológica observação de fenómenos.
- Observar a multiplicidade de formas, características e transformações que ocorrem nos seres vivos e nos materiais.
- Identificar relações entre as características físicas e químicas do meio e as características e comportamentos dos seres vivos.
- Realizar registos e medições simples, utilizando instrumentos e unidades adequados.
- Reconhecer a existência de semelhanças e diferenças entre seres vivos, entre rochas e entre solos e da necessidade da sua classificação.
- Explicar alguns fenómenos com base nas propriedades dos materiais.
- Reconhecer a utilização dos recursos nas diversas actividades humanas.
- Reconhecer o papel desempenhado pela indústria na obtenção e transformação dos recursos.
- Conhecer a existência de objectos tecnológicos, relacionando-os com a sua utilização, em casa e em actividades económicas.

- Realizar actividades experimentais simples, para identificação de algumas propriedades dos materiais, relacionando-os com as suas aplicações.
- Reconhecer que os desequilíbrios podem levar ao esgotamento dos recursos, à extinção das espécies e à destruição do ambiente.
- Conhecer as modificações que se vão operando com o crescimento e envelhecimento, relacionando-as com os principais estádios do ciclo de vida humana.
- Identificar os processos vitais comuns a seres vivos dependentes do funcionamento de sistemas orgânicos.
- Reconhecer que a sobrevivência e o bem estar humano dependem de hábitos individuais de alimentação equilibrada, de higiene e de actividade física, e de regras de segurança e de prevenção.
- Realizar actividades experimentais simples sobre electricidade e magnetismo.
- Discutir sobre a importância de procurar soluções individuais e colectivas visando a qualidade de vida.

No 2.º ciclo de escolaridade este tema constitui uma iniciação ao estudo do planeta Terra, a ser continuado no tema proposto a seguir Terra em transformação. A resolução de problemas, com base na problematização, no registo e nas explicações científicas, constitui uma situação favorável ao estudo deste tema. Investigação complementar (com recurso a informação em livros e em suporte electrónico) sobre a constituição dos continentes, oceanos e atmosfera pode ajudar os alunos a compreender a relação natural que existe entre diferentes ambientes e que contribui para o equilíbrio dinâmico da Terra, sendo uma base importante para a temática seguinte. O papel da atmosfera pode ser explorado nesta fase quer com exemplos relacionados com viagens espaciais quer com experiências sobre as propriedades dos principais constituintes do ar.

No final do 2º ciclo o aluno deve:

- Ter uma compreensão global da constituição da Terra, nos seus aspectos complementares de biosfera, litosfera, hidrosfera e atmosfera;
- Reconhecer o papel importante da atmosfera terrestre para a vida da Terra;
- Planificar e realizar pequenas investigações que relacionem os constituintes da atmosfera com aspectos da vida da Terra.
- Identificar relações entre a diversidade de seres vivos, seus comportamentos e a diversidade ambiental.
- Reconhecer que, dadas as dimensões das células, há necessidade de utilizar instrumentos adequados à sua observação.
- Utilizar de critérios de classificação de materiais e de seres vivos.

- Explicar a dinâmica da Terra com base em fenómenos e transformações que ocorrem.
- Planificar e realizar investigação envolvendo a relação entre duas variáveis, mantendo outras constantes.
- Compreender a importância de se questionar sobre transformações que ocorrem na Terra e de analisar as explicações dadas pela Ciência.
- Reconhecimento de que a intervenção humana na Terra é fundamental para a obtenção dos alimentos e da energia necessária à vida.
- Compreender como a intervenção humana na Terra pode afectar a qualidade da água, do solo e do ar, com implicações para a vida das pessoas.
- Discutir a necessidade de utilização dos recursos hídricos e geológicos de uma forma sustentável.
- Identificar medidas a tomar para a exploração sustentável dos recursos.
- Planificar e implementar acções visando a protecção do ambiente, a preservação do património e o equilíbrio entre a natureza e a sociedade.
- Explicar o funcionamento do corpo humano e sua relação com problemas de saúde e sua prevenção.
- Reconhecer que o organismo humano está sujeito a factores nocivos que podem colocar em risco a sua saúde física e mental.
- Compreender que o bom funcionamento do organismo decorre da interacção de diferentes sistemas de órgãos que asseguram a realização das funções essenciais à vida.
- Compreender a importância da alimentação para o funcionamento equilibrado do organismo.
- Discutir sobre a influência da publicidade e da comunicação social nos hábitos de consumo e na tomada de decisões que tenham em conta a defesa da saúde e a qualidade de vida.

No final do 3º ciclo o aluno deve:

- Compreensão de que os seres vivos estão integrados no sistema Terra, participando nos fluxos de energia e nas trocas de matéria;
- Reconhecimento da necessidade de trabalhar com unidades específicas, tendo em conta as distâncias do Universo;
- Conhecimento sobre a caracterização do Universo e a interacção sistémica entre componentes;
- Utilização de escalas adequadas para a representação do Sistema Solar;
- Identificação de causas e de consequências dos movimentos dos corpos celestes;
- Discussão sobre a importância do avanço do conhecimento científico e tecnológico no conhecimento sobre o Universo, o Sistema Solar e a Terra;
- Reconhecimento de que novas ideias geralmente encontram oposição de outros indivíduos e grupos por razões sociais, políticas ou religiosas.
- Reconhecimento de que na Terra ocorrem transformações de materiais por acção física, química, biológica e geológica, indispensáveis para a manutenção da vida na Terra.
- Classificação dos materiais existentes na Terra, utilizando critérios diversificados.
- Compreensão de que, apesar da diversidade de materiais e de seres vivos, existem unidades estruturais.
- Utilização de símbolos e de modelos na representação de estruturas, sistemas e suas transformações.
- Explicação de alguns fenómenos biológicos e geológicos, atendendo a processos físicos e químicos.
- Apresentação de explicações científicas que vão para além dos dados, não emergindo simplesmente a partir deles, mas envolvem pensamento criativo.
- Identificação de modelos subjacentes a explicações científicas correspondendo ao que pensamos que pode estar a acontecer no nível não observado directamente.
- Reconhecimento de que a intervenção humana na Terra, ao nível da exploração, transformação e gestão sustentável dos recursos, exige conhecimento científico e tecnológico em diferentes áreas .
- Discussão sobre as implicações do progresso científico e tecnológico na rentabilização dos recursos.
- Compreensão de que a dinâmica dos ecossistemas resulta de uma interdependência entre seres vivos, materiais e processos.
- Compreensão de que o funcionamento dos ecossistemas depende de fenómenos envolvidos, de ciclos de matéria, de fluxos de energia e de actividade de seres vivos, em equilíbrio dinâmico.
- Reconhecimento da necessidade de tratamento de materiais residuais, para evitar a sua acumulação, considerando as dimensões económicas, ambientais, políticas e éticas.
- Conhecimento das aplicações da tecnologia na música, nas telecomunicações, na pesquisa de novos materiais e no diagnóstico médico.
- Pesquisa sobre custos, benefícios e riscos das inovações científicas e tecnológicas para os indivíduos, para a sociedade e para o ambiente.
- Reconhecimento da importância da criação de parques naturais e protecção das paisagens e da conservação da variabilidade de espécies para a manutenção da qualidade ambiental.
- Tomada de decisão face a assuntos que preocupam as sociedades, tendo em conta factores ambientais, económicos e sociais.
- Divulgação de medidas que contribuam para a sustentabilidade na Terra.
- Discussão sobre a importância da aquisição de hábitos individuais e comunitários que contribuam para a qualidade de vida.

- Discussão de assuntos polémicos nas sociedades actuais sobre os quais os cidadãos devem ter uma opinião fundamentada.
- Compreensão de que o organismo humano está organizado segundo uma hierarquia de níveis que funcionam de modo integrado e desempenham funções específicas.
- Avaliação de aspectos de segurança associados, quer à utilização de aparelhos e equipamentos. quer a infra-estruturas e trânsito.
- Reconhecimento da contribuição da Química para a qualidade de vida, quer na explicação das propriedades dos materiais que nos rodeiam, quer na produção de novos materiais.
- Avaliação e gestão de riscos e tomada de decisão face a assuntos que preocupam as sociedades. tendo em conta factores ambientais, económicos e sociais.

Educação Artística

As artes são elementos indispensáveis no desenvolvimento da expressão pessoal, social e cultural do aluno. São formas de saber que articulam imaginação, razão e emoção. Elas perpassam as vidas das pessoas, trazendo novas perspectivas, formas e densidades ao ambiente e à sociedade em que se vive.

A vivência artística influencia o modo como se aprende, como se comunica e como se interpretam os significados do quotidiano. Desta forma, contribui para o desenvolvimento de diferentes competências e reflecte-se no modo como se pensa, no que se pensa e no que se produz com o pensamento.

No 1.º ciclo as quatro áreas são trabalhadas, de forma integrada, por professores(as) especialistas.

No 2.º ciclo verifica-se um aprofundamento nas áreas da Educação Musical e da Educação Visual. Esta última associa-se à área Tecnológica, dando origem à disciplina de Educação Visual e Tecnológica.

No 3.º ciclo permanece a Educação Visual como disciplina obrigatória e é introduzida outra área artística opcional, de carácter obrigatório, de acordo com a oferta da escola(Pintura).

Educação Visual

Ao longo do ensino básico as competências que o aluno deve adquirir em Artes Visuais articulam-se em três eixos estruturantes – fruição-contemplação, produção-criação, reflexão-interpretação.

Fruição-contemplação

- Reconhecer a importância das artes visuais como valor cultural indispensável ao desenvolvimento do ser humano;
- Reconhecer a importância do espaço natural e construído, público e privado;
- Conhecer o património artístico, cultural e natural da sua região, como um valor da afirmação da identidade nacional e encarar a sua preservação como um dever cívico;
- Identificar e relacionar as diferentes manifestações das Artes Visuais no seu contexto histórico e sociocultural de âmbito nacional e internacional;
- Reconhecer e dar valor a formas artísticas de diferentes culturas, identificando o universal e o particular.

Produção-criação

- Utilizar diferentes meios expressivos de representação;
- Compreender e utilizar diferentes modos de dar forma baseados na observação das criações da natureza e do homem;
- Realizar produções plásticas usando os elementos da comunicação e da forma visual;
- Usar diferentes tecnologias da imagem na realização plástica;
- Interpretar os significados expressivos e comunicativos das Artes Visuais e os processos subjacentes à sua criação.

Reflexão-interpretação

- Reconhecer a permanente necessidade de desenvolver a criatividade de modo a integrar novos saberes;
- Desenvolver o sentido de apreciação estética e artística do mundo recorrendo a referências e a experiências no âmbito das Artes Visuais;
- Compreender mensagens visuais expressas em diversos códigos;
- Analisar criticamente os valores de consumo veiculados nas mensagens visuais;
- Conhecer os conceitos e terminologias das Artes Visuais. No domínio da comunicação visual, ao longo do 1º e 2º ciclos do ensino básico, os alunos devem desenvolver as seguintes competências:

1.º ciclo

- Experimentar a leitura de formas visuais em diversos contextos – pintura, escultura, fotografia, cartaz, banda desenhada, televisão, vídeo, cinema e internet;
- Ilustrar visualmente temas e situações;
- Explorar a relação imagem-texto na construção de narrativas visuais;
- Identificar e utilizar códigos visuais e sistemas de sinais;

- Reconhecer processos de representação gráfica convencional.

2.º ciclo

- Interpretar mensagens na leitura de formas visuais;
- Conceber sequências visuais a partir de vários formatos narrativos.
- Produzir objectos plásticos explorando temas, ideias e situações.
- Descodificar diferentes produtos gráficos.
- Conceber objectos gráficos aplicando regras da comunicação visual – composição, relação forma-fundo, módulo- padrão.
- Compreender e interpretar símbolos e sistemas de sinais visuais.
- Utilizar a simbologia visual com intenção funcional.
- Aplicar regras da representação gráfica convencional em lettering, desenho geométrico, mapas, esquemas e gráficos.

3.º ciclo

- Ler e interpretar narrativas nas diferentes linguagens visuais.
- Descrever acontecimentos aplicando metodologias do desenho de ilustração, da banda desenhada ou do guião visual.
- Reconhecer, através da experimentação plástica, a arte como expressão do sentimento e do conhecimento.
- Compreender que as formas têm diferentes significados de acordo com os sistemas simbólicos a que pertencem.
- Conceber organizações espaciais dominando regras elementares da composição.
- Entender o desenho como um meio para a representação expressiva e rigorosa de formas.
- Conceber formas obedecendo a alguns princípios de representação normalizada.

No domínio dos elementos da forma, ao longo dos 1º e 2º ciclos do ensino básico, os alunos devem desenvolver as seguintes competências:

1.º ciclo

- Reconhecer o seu corpo e explorar a representação da figura humana.
- Identificar vários tipos de espaço: vivencial, pictórico, escultórico, arquitectónico, virtual e cenográfico.
- Reconhecer e experimentar representações bidimensionais e tridimensionais.
- Expressar graficamente a relatividade de posições dos objectos representados nos registos bidimensionais.
- Compreender que a forma aparente dos objectos varia

com o ponto de vista.

- Relacionar as formas naturais e construídas com as suas funções e os materiais que as constituem.
- Perceber que a mistura das cores gera novas cores.
- Reconhecer a existência de pigmentos de origem natural e sintética.
- Conhecer e aplicar os elementos visuais – linha, cor, textura, forma, plano, luz, volume – e a sua relação com as imagens disponíveis no património artístico, cultural e natural.
- Criar formas a partir da sua imaginação utilizando intencionalmente os elementos visuais.

2.º ciclo

- Reconhecer as proporções e noções de antropometria na representação da figura humana.
- Compreender as posições relativas entre o observador e os objectos percebidos.
- Reconhecer processos de representação do espaço a duas dimensões: sobreposição, tamanho relativo dos objectos, textura, luz/ cor e perspectiva linear.
- Organizar com funcionalidade e equilíbrio visual os espaços bidimensionais e tridimensionais.
- Utilizar, nas suas experimentações bidimensionais, processos de representação do espaço.
- Utilizar elementos definidores da forma – ponto, linha, plano, volume, luz/cor, textura e estrutura – nas experimentações plásticas.
- Compreender a estrutura das formas percebidas, relacionando as partes com o todo e entre si.
- Relacionar as formas naturais e ou construídas com as respectivas funções, materiais que as constituem e técnicas.
- Compreender a relação entre luz e cor, síntese subtrativa, qualidade térmica e contraste.
- Criar composições bidimensionais e tridimensionais a partir da observação e da imaginação, utilizando expressivamente os elementos da forma.

3.º ciclo

- Representar expressivamente a figura humana compreendendo relações básicas de estrutura e proporção.
- Compreender a geometria plana e a geometria no espaço como possíveis interpretações da natureza e princípios organizadores das formas.
- Compreender as relações do Homem com o espaço: proporção, escala, movimento, ergonomia e antropometria.
- Entender visualmente a perspectiva central ou cónica recorrendo à representação, através do desenho de observação.
- Conceber projectos e organizar com funcionalidade e

equilíbrio os espaços bidimensionais e tridimensionais.

- Compreender através da representação de formas, os processos subjacentes à percepção do volume.
- Compreender a estrutura das formas naturais e dos objectos artísticos, relacionando-os com os seus contextos.
- Perceber os mecanismos perceptivos da luz/cor, síntese aditiva e subtractiva, contraste e harmonia e suas implicações funcionais.
- Aplicar os valores cromáticos nas suas experimentações plásticas • Criar composições a partir de observações directas e de realidades imaginadas utilizando os elementos e os meios da expressão visual.

Educação Musical

A música é um elemento importante na construção de outros olhares e sentidos, em relação ao saber e às competências, sempre individuais e transitórias, porque se situa entre pólos aparentemente opostos e contraditórios, entre razão e intuição, racionalidade e emoção, simplicidade e complexidade, entre passado, presente e futuro.

As competências artístico-musicais desenvolvem-se através de processos diversificados de apropriação de sentidos, de técnicas, de experiências de reprodução, de criação e reflexão, de acordo com os níveis de desenvolvimento das crianças e dos jovens.

Interpretação e comunicação

No final do ensino básico, o aluno:

- Canta sozinho e em grupo, com precisão técnico-artística, peças de diferentes géneros estilos e tipologias musicais;
- Toca sozinho e em grupo pelo menos um instrumento musical utilizando técnicas instrumentais e interpretativas diferenciadas de acordo com a tipologia musical;
- Prepara, apresenta e dirige pequenas peças e/ou espectáculos musicais de âmbitos diferenciados;
- Participa, como intérprete, autor e produtor em recitais e concertos com diferentes pressupostos comunicacionais e estéticos e para públicos diferenciados;
- Partilha, com os pares, as músicas do seu quotidiano;
- Investiga e avalia diferentes tipos de interpretações utilizando vocabulário apropriado.

Criação e experimentação

No final do ensino básico, o aluno:

- Compõe, arranja e apresenta publicamente peças musicais com níveis de complexidade diferentes utilizando técnicas vocais e instrumentais e tecnologias diversificadas;

- Improvisa melodias, variações e acompanhamentos utilizando diferentes vozes e instrumentos;
- Manipula os sons através de diferentes tecnologias acústicas e electrónicas;
- Grava as suas criações e improvisações musicais;
- Investiga processos de criação musical tendo em conta pressupostos, técnicas, estilos, temáticas comunicacionais e estéticas diferenciadas.

Percepção sonora e musical

No final do ensino básico, o aluno:

- Compreende como se utilizam e articulam os diferentes conceitos, códigos e convenções e técnicas artísticas constituintes das diferentes culturas musicais;
- Analisa obras vocais, instrumentais e electrónicas de diferentes culturas musicais utilizando vocabulário apropriado e de complexidade diversificada;
- Descreve, auditivamente, estruturas e modos de organização sonora de diferentes géneros, estilos e culturas musicais através de vocabulário apropriado;
- Lê e escreve em notação convencional e não convencional diferentes tipologias musicais recorrendo também às Tecnologias da Informação e Comunicação;
- Investiga diferentes modos de percepção e representação sonora.

Culturas musicais nos contextos

No final do ensino básico, o aluno:

- Compreende a música como construção social e como cultura em diferentes períodos históricos e contextos diversificados;
- Reconhece os diferentes tipos de funções que a música desempenha nas comunidades;
- Compreende e valoriza o fenómeno musical como património, factor identitário e de desenvolvimento social, económico e cultural;
- Compreende as diferentes relações e interdependências entre a música, as outras artes e áreas do conhecimento;
- Investiga os modos como as sociedades contemporâneas se relacionam com a música.

Expressão Dramática/Teatro

A actividade dramática é uma prática de grupo que se desenvolve a partir dos conhecimentos, experiências e vivências individuais que os alunos detêm e que pode propiciar a aquisição e compreensão de novas aprendizagens através da exploração de conteúdos dramáticos. Isto confere-lhe um estatuto privilegiado de elo de ligação entre a escola, a família e o meio, condição essencial para que a aprendizagem ganhe novos sentidos e se reflecta no prazer de aprender.

Nesta ligação ao exterior, as actividades dramáticas podem ainda funcionar como promotoras de uma presença mais activa da família na vida escolar, através de uma participação efectiva na produção de projectos, ou apenas estando, vendo e acompanhando as actividades desenvolvidas. Esta participação encoraja uma atitude mais positiva face ao teatro, à escola e à vida familiar.

As actividades dramáticas proporcionam oportunidades para alargar a experiência de vida dos alunos e enriquecer as suas capacidades de decisão e escolha. Regendo-se por metodologias essencialmente cooperativas, que promovem a colaboração e a interdependência no seio do grupo, são susceptíveis de gerar a reflexão sobre valores e atitudes.

Proporcionam ainda formas e meios expressivos para explorar conteúdos e temas de aprendizagem que podem estar articulados com outras disciplinas do currículo escolar.

Através de situações semelhantes à vida real, as práticas dramáticas fornecem processos catalisadores que podem motivar os alunos para o prosseguimento de investigação e aprendizagens na sala de aula e fora dela.

As práticas dramáticas desenvolvem competências criativas, estéticas, físicas, técnicas, relacionais, culturais e cognitivas, não só ao nível dos seus saberes específicos, mas também ao nível da mobilização e sistematização de saberes oriundos de outras áreas do conhecimento.

O carácter lúdico do jogo dramático responde a necessidades primordiais do ser humano – a da exteriorização de si no contexto de comunicação e a da busca do prazer na construção da aprendizagem.

O jogo permite ainda assimilar mais experiências e dessa forma alargar a compreensão do mundo. Assim, o jogo desempenha um papel importante, mas por vezes desvalorizado, ao longo de todo o processo de crescimento.

Competências específicas da expressão dramática/ teatro

1.º ciclo

- Relacionar-se e comunicar com os outros.
- Explorar diferentes formas e atitudes corporais.
- Explorar maneiras pessoais de desenvolver o movimento.
- Explorar diferentes tipos de emissão sonora.
- Aliar gestos e movimentos ao som.
- Reconhecer e reproduzir sonoridades.
- Explorar, individual e colectivamente, diferentes níveis e direcções no espaço.
- Utilizar, recriar e adaptar o espaço circundante.
- Orientar-se no espaço através de referências visuais, auditivas e tácteis.
- Utilizar e transformar o objecto, através da imaginação.

- Explorar o uso de máscaras, fantoches e marionetas.
- Mimar atitudes, gestos e acções.
- Realizar improvisações e dramatizações a partir de histórias ou situações simples.
- Participar na criação oral de histórias.
- Observar, escutar e apreciar o desempenho dos outros.

2.º ciclo

(As competências a seguir enunciadas poderão ser desenvolvidas no âmbito das várias disciplinas, projectos educativos e clubes que se proponham utilizar as práticas dramáticas, dado estas não estarem contempladas como disciplina no 2.º ciclo)

- Utilizar o corpo e a voz na construção de personagens.
- Construir histórias para serem improvisadas.
- Transformar formas narrativas em formas dramáticas.
- Explorar criativamente diferentes formas de dizer textos.
- Investigar e improvisar a partir de temas provenientes de outras áreas do conhecimento.
- Inventar, construir e utilizar adereços e cenários.
- Identificar e valorizar o teatro entre outras formas artísticas.

3.º ciclo

- Evidenciar aprendizagens significativas do conhecimento de si, do outro e do mundo, através dos processos dramáticos.
- Desenvolver uma prática reflexiva tendente a romper com estereótipos culturais, preconceitos raciais e outros.
- Desenvolver estratégias de comunicação, relações interpessoais, trabalho de equipa, resolução de problemas e tomadas de decisão.
- Desenvolver e consolidar capacidades nos domínios da expressão e comunicação vocal e corporal.
- Exercitar a escrita dramática criativa.
- Desenvolver projectos que compreendam a construção e manipulação de máscaras, fantoches, marionetas e sombras.
- Construir e utilizar cenários, adereços e figurinos.
- Explorar as potencialidades dramáticas do uso da luz e do som.
- Reconhecer e utilizar estruturas dramáticas e códigos teatrais.
- Planificar, produzir e apresentar um projecto teatral.
- Reflectir e avaliar criticamente o trabalho produzido no seio do grupo.
- Compreender a diversidade das artes e do teatro.
- Desenvolver a consciência e o sentido estético.

Dança

Dançar é humano. É uma actividade mágica, baseada na beleza da energia humana, enquanto movimento produzido pelo corpo. Envolve o pensamento, a sensibilidade e o corpo, no seu agir, e explora a natureza do indivíduo, na sua propulsão para saltar, conquistar o ar, no seu impulso para viver. A dança é uma matéria de confluência de vários aspectos identitários da natureza humana que só através da prática ganham forma visível e vivencial.

No contexto escolar podemos pensar a dança como um mecanismo privilegiado para estimular os alunos a conhecer formas expressivas de pensar, perceber e compreender, a partir da actividade física de se mover. Através de um vasto conjunto de experiências de energia organizada, chegar à essência da dança.

É em torno das influências sociais sobre o indivíduo que a história da dança se vai desenvolvendo, denunciando assim, sempre, as suas origens. O movimento não surge do vazio.

Ele é consequência de um tecido complicado de vivências, de muitas histórias que há que continuar a contar e a transformar, dando expressão ao comportamento cultural através de um meio de comunicação não verbal. O movimento humano está fortemente impregnado de significados e emoções, mostra-nos os valores, as atitudes, as crenças de uma cultura através da produção física de acções, gestos e posturas. No domínio artístico será fácil de confirmar que o estilo, a estrutura, o conteúdo e a própria interpretação de uma peça coreográfica são, em parte, determinados pela visão de sociedade que se tem.

Eis a possibilidade de aprendizagem de uma linguagem, enraizada na realidade socio-cultural, que propõe ao aluno um universo rico de comunicabilidade através da materialidade do corpo, capaz também de produzir conceitos de maior elaboração, como é o caso da abstracção, elemento essencial no jogo coreográfico.

Saliente-se ainda a vocação interdisciplinar da dança, veja-se, por exemplo, a sua relação ancestral com a música, que propõe contactos com o ritmo, a dinâmica e a matemática. Ou o caso das relações entre a dança e o espaço, podendo facilmente transitar para áreas como a geometria, a geografia e mesmo a arquitectura.

Competências específicas

As competências que todos os alunos devem desenvolver, em Dança, ao longo dos três ciclos do ensino básico, fundamentam-se nos seguintes aspectos:

- Compreensão da dança enquanto forma de arte;

- Desenvolvimento de experiências e capacidades na área da interpretação (agir e dançar);
- Desenvolvimento de experiências e capacidades na área da composição (imaginar e coreografar);
- A aptidão para analisar e apreciar a dança através da observação e discussão de materiais coreográficos, dentro e fora da escola.

As competências específicas da disciplina de Dança organizam-se em torno de quatro temas referenciais, os elementos da dança (CORPO, ESPAÇO, ENERGIA e RELAÇÃO).

Estes elementos serão desenvolvidos ao longo dos três ciclos, através de um aprofundamento progressivo, devendo conduzir a um conhecimento elementar do movimento humano, tendo em vista uma ideia de dança globalizante, de aprendizagem rigorosa, mas também acessível a todos.

O aluno competente em Dança, no final do ensino básico, deverá saber reconhecer e analisar estes quatro temas fundamentais, para poder produzir soluções coreográficas criativas e conducentes a um discurso coreográfico próprio:

- **O corpo** – o quê? Que movimentos pode o corpo fazer?
- **O espaço** – onde? Onde pode o corpo dançar?
- **A energia** – como? Que modos, qualidades ou dinâmicas pode o corpo descobrir e assumir?
- **A relação** – com quem, com quê e em que ambiência? Como é que o corpo se relaciona consigo próprio quando dança sozinho, como se relaciona com o corpo ou corpos de outros quando dança em grupo? Como pode também relacionar-se com coisas e objectos? Como se deixa influenciar por ambientes diversos? Será que estes introduzem outros modos de relação com o seu corpo e consigo próprio?

1.º ciclo

- Conhecer e vivenciar os elementos da dança:
- Corpo e o seu mapa;
- Espaço e suas grandes direcções;
- Energia e as qualidades do movimento;
- Relação com os outros, objectos e ambientes.

Os conteúdos concretos devem ser decididos e geridos pelo professor, de acordo com as características do grupo e os programas e orientações curriculares em vigor.

Os níveis de desempenho, a fixar para cada um dos três ciclos, devem ser pensados de acordo com uma lógica de complexidade progressiva de conceitos.

Educação Tecnológica

A educação tecnológica deverá concretizar-se através do desenvolvimento e aquisição de competências, numa sequência progressiva de aprendizagens ao longo da escolaridade básica, tendo como referência o pensamento e a acção perspectivando o acesso à cultura tecnológica.

Essas aprendizagens deverão integrar saberes comuns a outras áreas curriculares e desencadear novas situações para as quais os alunos mobilizam, transferem e aplicam os conhecimentos adquiridos gradualmente.

A educação tecnológica orienta-se, na educação básica, para a promoção da cidadania, valorizando os múltiplos papéis do cidadão utilizador, através de competências transferíveis, válidas em diferentes situações e contextos.

Referimo-nos às competências do utilizador individual, aquele que sabe fazer, que usa a tecnologia no seu quotidiano, às competências do utilizador profissional, que interage entre a tecnologia e o mundo do trabalho, que possui alfabetização tecnológica e às competências do utilizador social, implicado nas interações tecnologia/sociedade, que dispõe de competências que lhe permitem compreender e participar nas escolhas dos projectos tecnológicos, tomar decisões e agir socialmente, como cidadão participativo e crítico.

Competências específicas

Ao longo do ensino básico, as competências que o aluno deve adquirir no âmbito das aprendizagens em tecnologia organizam-se em três eixos estruturantes fundamentais:

Tecnologia e sociedade

A educação tecnológica, no âmbito da formação para todos, integra uma forte componente educativa, orientada para uma cidadania activa, com base no desenvolvimento da pessoa enquanto cidadão participativo, crítico, consumidor responsável e utilizador inteligente das tecnologias disponíveis.

Neste sentido, a dimensão cultural é central no processo de formação em tecnologia, pois trata-se de proporcionar uma aprendizagem assente no sentido crítico e compreensivo da cultura tecnológica.

Este aspecto fundamental para a cultura tecnológica desenvolve-se em torno de conceitos, valores e procedimentos que caracterizam os estádios actuais de desenvolvimento (desiguais) económico, social e cultural.

A dimensão histórica e social da tecnologia, estruturada nas relações dinâmicas entre a tecnologia e a sociedade, determinam o desenvolvimento de conhecimentos e

posicionamentos éticos, fundamentais para analisar e compreender os sistemas tecnológicos e os seus impactos sociais.

A compreensão da realidade, e em particular da realidade técnica que rodeia a criança e o jovem, necessita de ferramentas conceptuais para a sua análise e compreensão crítica, de forma a permitir não apenas a construção do conhecimento, mas também a formação de um posicionamento ético, alicerçado em valores e atitudes, desenvolvidas como processo de construção identitária do jovem.

Processo tecnológico

As actividades humanas visam criar, inventar, conceber, transformar, modificar, produzir, controlar e utilizar produtos ou sistemas. Podemos dizer, genericamente, que estas acções correspondem a intervenções de natureza técnica, constituindo a base do próprio processo tecnológico.

A concepção e realização tecnológica necessitam da compreensão e utilização de recursos (conceptuais, procedimentais e materiais), de diversas estratégias mentais, nomeadamente a resolução de problemas, a visualização, a modelização e o raciocínio.

Neste sentido, o processo tecnológico é eixo estruturante da educação em tecnologia e, ao mesmo tempo, organizador metodológico do processo didáctico que lhe está subjacente.

Conceitos, princípios e operadores tecnológicos

O campo e objecto da tecnologia estabelece uma articulação íntima entre os métodos, os contextos e os modos de operar (práticas). Estes, mobilizam conhecimentos, modos de pensamento e acções operatórias, assentes nos recursos científicos e técnicos, específicos das realizações tecnológicas.

Assim, a compreensão dos principais conceitos e princípios aplicados às técnicas, bem como o conhecimento dos operadores tecnológicos elementares, constituem o corpo de referência aos saberes – chave universais da educação em tecnologia.

Todo o objecto, máquina ou sistema tecnológico é constituído por elementos simples que, combinados de um modo adequado, cumprem uma função técnica específica.

A concepção, construção ou utilização de objectos técnicos exige um mínimo de conhecimentos e de domínio dos operadores técnicos mais comuns, utilizados na construção de mecanismos ou sistemas, bem como o estudo das suas relações básicas.

Tecnologia e sociedade

Tecnologia e desenvolvimento social

No domínio da relação entre a tecnologia e desenvolvimento social, as competências tecnológicas que os alunos devem desenvolver ao longo do ensino básico incluem:

- Apreciar e considerar as dimensões sociais, culturais, económicas, produtivas e ambientais resultantes do desenvolvimento tecnológico.
- Compreender que a natureza e evolução da tecnologia resultam do processo histórico;
- Entender o papel da sociedade no desenvolvimento e uso da tecnologia;
- Analisar os efeitos culturais, sociais, económicos, ecológicos e políticos da tecnologia e as mudanças que ela vai operando no mundo;
- Distinguir as diferenças entre medidas sociais e soluções tecnológicas para os problemas que afectam a sociedade;
- Ajustar-se, intervindo activa e criticamente, às mudanças sociais e tecnológicas da comunidade/sociedade;
- Apresentar propostas tecnológicas para a resolução de problemas sociais e comunitários

1.º ciclo

- Desenvolver a sensibilidade para observar e entender alguns efeitos produzidos pela tecnologia na sociedade e no ambiente;
- Procurar descobrir algumas razões que levam a sociedade a aperfeiçoar e a criar novas tecnologias;
- Compreender actividades tecnológicas simples e saberes técnicos, de acordo com a sua idade e maturidade;
- Identificar algumas profissões do mundo contemporâneo;
- Relacionar objectos, ferramentas e actividades com as profissões identificadas

2.º ciclo

- Utilizar diferentes saberes (científicos, técnicos, históricos, sociais), para entender a sociedade no desenvolvimento e uso da tecnologia;
- Reconhecer a importância dos desenvolvimentos tecnológicos fundamentais;
- Analisar factores de desenvolvimento tecnológico;
- Entender a inter-relação entre tecnologia, sociedade e meio ambiente;
- Compreender os efeitos culturais, sociais, económicos e políticos da tecnologia;
- Distinguir modos de produção (artesanal e industrial);
- Compreender e distinguir os efeitos benéficos e nefastos da tecnologia na sociedade e no meio ambiente

3.º ciclo

- Compreender que a natureza e evolução da tecnologia é resultante do processo histórico;
- Conhecer e apreciar a importância da tecnologia, como resposta às necessidades humanas;
- Compreender os alcances sociais do desenvolvimento tecnológico e a produtividade do trabalho humano;
- Avaliar a pertinência das tecnologias convenientes e socialmente apropriadas;
- Ajustar-se às mudanças produzidas no meio pela tecnologia;
- Reconhecer e avaliar criticamente o impacto e as consequências dos sistemas tecnológicos sobre os indivíduos, a sociedade e o ambiente;
- Predispor-se a intervir na melhoria dos efeitos nefastos da tecnologia no ambiente;
- Reconhecer diferentes actividades profissionais, relacionando-as com os seus interesses;
- Predispor-se para uma vida de aprendizagem numa sociedade tecnológica;
- Tornar-se aptos a escolher uma carreira profissional.

Tecnologia e consumo

No domínio das relações entre a tecnologia e consumo, as competências tecnológicas que os alunos devem desenvolver ao longo do ensino básico incluem:

- Desenvolver uma atitude reflexiva face às práticas tecnológicas, avaliando os seus efeitos na qualidade de vida da sociedade e do ambiente e sua influência nos valores éticos e sociais,
- Compreender a tecnologia como resultado dos desejos e necessidades humanas;
- Consciencializar-se das transformações ambientais criadas pelo uso indiscriminado da tecnologia e da necessidade de se tornar um potencial controlador;
- Avaliar o impacto dos produtos e sistemas;
- Predispor-se a escutar, comunicar, negociar e participar como consumidor prudente e crítico;
- Tornar-se num consumidor atento e exigente, escolhendo racionalmente os produtos e serviços que utiliza e adquire;
- Intervir na defesa do ambiente, do património cultural e do consumidor, tendo em conta a melhoria da qualidade de vida.

1.º ciclo

- Analisar e comparar objectos de uso diário, antigos e contemporâneos;
- Descrever alguns objectos e sistemas simples que fazem parte do mundo tecnológico e tentar

- Compreender a sua relação com as necessidades do homem;
- Reconhecer a importância de não desperdiçar bens essenciais;
- Distinguir alguns materiais utilizados na protecção dos objectos de consumo diário;
- Utilizar materiais reciclados e reciclar outros (papéis, cartões).

2.º ciclo

- Compreender o papel da sociedade no desenvolvimento e uso da tecnologia;
- Situar a produção de artefactos/objectos e sistemas técnicos nos contextos históricos e sociais de produção e consumo;
- Compreender a necessidade de seleccionar produtos e serviços que adquiram e utilizam;
- Escolher os produtos de acordo com as normas respeitadoras do ambiente;
- Saber que os recursos naturais devem ser respeitados e utilizados responsabilmente;
- Analisar as consequências do uso de uma tecnologia na sociedade e no ambiente;
- Reconhecer os perigos de algumas tecnologias e produtos a fim de os controlar ou evitar.

3.º ciclo

- Compreender as implicações económicas e sociais de alguns artefactos, sistemas ou ambientes;
- Ilustrar, exemplificando, consequências económicas, morais, sociais e ambientais de certas inovações tecnológicas;
- Analisar criticamente abusos, perigos, vantagens e desvantagens do uso de uma tecnologia;
- Ser consumidores atentos e exigentes, escolhendo racionalmente os produtos e serviços que adquiram e utilizem;
- Escolher, seleccionar e negociar os produtos e serviços na perspectiva de práticas sociais respeitadoras de um ambiente equilibrado e saudável;
- Fazer escolhas acertadas, enquanto consumidores, seleccionando e eliminando aquilo que é prejudicial ao ambiente;
- Seleccionar produtos técnicos adequados à satisfação das suas necessidades pessoais ou de grupo;
- Reconhecer normas de saúde e segurança pessoal e colectiva, contribuindo com a sua reflexão e actuação para a existência de um ambiente agradável à sua volta.

Processo tecnológico

Objecto técnico

No domínio da análise e estudo do objecto técnico, as competências tecnológicas que os alunos devem desenvolver ao longo do ensino básico incluem:

- Distinguir os objectos técnicos dos restantes objectos,
- Conhecer e caracterizar o ciclo de vida dos objectos técnicos,
- Enumerar os principais factores que influenciam a concepção, escolha e uso de objectos técnicos,
- Aptidão para analisar o princípio do funcionamento dos objectos técnicos,
- Compreender a importância de materiais e processos utilizados no fabrico de objectos técnicos;
- Analisar os objectos técnicos relativamente às suas funções técnicas em uso.

1.º ciclo

- Descrever oralmente um objecto do seu envolvimento, a partir da observação directa,
- Relacionar os objectos de uso diário com as funções a que se destinam,
- Reconhecer os materiais de que são feitos os objectos,
- Desmontar e montar objectos simples.

2.º ciclo

- Distinguir um objecto de produção artesanal de um objecto de produção industrial,
- Predispor-se para conhecer a evolução de alguns objectos ao longo da história,
- Analisar o princípio de funcionamento de um objecto-técnico simples,
- Descrever o funcionamento de objectos, explicando a relação entre as partes que o constituem,
- Predispor-se para detectar avarias no funcionamento de um objecto de uso frequente.

3.º ciclo

- Dispor-se a estudar o objecto técnico, considerando a análise morfológica, estrutural, funcional e a técnica;
- Predispor-se para proceder à reconstrução sócio-histórica do objecto;
- Avaliar o desempenho do objecto técnico relativamente às suas funções de uso;
- Redesenhar um objecto existente, procurando a sua melhoria estrutural e de uso;
- Adaptar um sistema técnico já existente a uma situação nova;
- Predispor-se a imaginar e conceber modificações em sistemas para que estes funcionem melhor.

Planeamento e desenvolvimento de produtos e sistemas técnicos

No domínio do planeamento e desenvolvimento de produtos e sistemas técnicos, as competências tecnológicas que todos os alunos devem desenvolver ao longo do ensino básico incluem:

- Aptidão para identificar e apresentar as necessidades e oportunidades tecnológicas decorrentes da observação e investigação de contextos sociais e comunitários,
- Aptidão para realizar artefactos ou sistemas técnicos com base num plano apropriado que identifique as acções e recursos necessários,
- Reunir, validar e organizar informação, potencialmente útil para abordar problemas técnicos simples; obtida a partir de fontes diversas (análise de objectos, sistemas e de ambientes existentes, documentação escrita e visual, pareceres de especialistas),
- Recorrer ao uso da tecnologia informática para planificação e apresentação dos projectos,
- Utilizar as tecnologias de informação e da comunicação disponíveis, nomeadamente a Internet.

1.º ciclo

- Observar o meio social envolvente, identificando situações ou problemas que afectam a vida diária das pessoas,
- Identificar no meio próximo actividades produtivas de bens e serviços,
- Desenvolver ideias e propor soluções para a resolução de problemas,
- Identificar as principais acções a realizar e os recursos necessários para a construção de um objecto simples,
- Ler e interpretar esquemas gráficos elementares de montagem de objectos (brinquedos, modelos reduzidos, etc.).

2.º ciclo

- Recensear o conjunto de operações necessárias à produção de bens e serviços,
- Observar, interpretar e descrever soluções técnicas,
- Antecipar, no tempo e no espaço, o conjunto ordenado das acções do ciclo de vida de um produto,
- Elaborar, explorar e seleccionar ideias que podem conduzir a uma solução técnica,
- Seleccionar informações pertinentes,
- Expressar o pensamento com ajuda do desenho (esboços e esquemas simples),
- Seguir instruções técnicas redigidas de forma simples.

3.º ciclo

- Elaborar, explorar e seleccionar ideias que podem conduzir a uma solução técnica viável, criativa, esteticamente agradável;
- Representar e explorar graficamente ideias de objectos ou sistemas, usando diversos métodos e meios, para explorar a viabilidade de alternativas;
- Ler e interpretar documentos técnicos simples (textos, símbolos, esquemas, diagramas, fotografias, etc.);
- Realizar e apresentar diferentes informações orais e escritas, utilizando vários suportes e diversas técnicas de comunicação adequadas aos contextos;
- Expressar o pensamento e as propostas técnicas através de esboços e esquemas gráficos;
- Comunicar as soluções técnicas de um produto através de um dossier;
- Definir a população-alvo de um certo produto, identificando as suas necessidades e desejos dos eventuais utilizadores;
- Validar as funções do uso de um dado produto nas condições normais de utilização;
- Controlar a conformidade de um produto;
- Clarificar as sequências e procedimentos para diagnosticar uma avaria;
- Recensear o conjunto das operações necessárias à produção de um serviço;
- Elaborar um caderno de encargos, listando os condicionamentos a respeitar.

Conceitos, princípios e operadores tecnológicos

Estruturas resistentes

No domínio do estudo e ensaio de estruturas resistentes, as competências tecnológicas que os alunos devem desenvolver ao longo do ensino básico, incluem:

- Identificar a presença de uma grande variedade de estruturas resistentes no meio envolvente,
- Conhecer a evolução de estruturas resistentes em diferentes momentos da história,
- Dominar o conceito de estrutura resistente, identificando algumas situações concretas da sua aplicação,
- Identificar as características que as estruturas resistentes devem ter para cumprirem a sua função técnica,
- Reconhecer que a economia dos materiais aplicados a uma estrutura é favorável do ponto de vista técnico, económico ambiental e estético,
- Construir estruturas simples, respondendo a especificações e necessidades concretas.

1.º ciclo

- Identificar estruturas nas “coisas naturais” (o tronco da árvore, o esqueleto dos homens e animais, etc.) e nos artefactos construídos pelo homem (pontes, andaimes,

edifícios, gruas, pernas de uma mesa ou de uma cadeira, etc.),

- Reconhecer e identificar a presença de estruturas resistentes no meio próximo,
- Construir pequenas estruturas através de meios e processos técnicos muito simples (tubos de papel, perfis de cartolina ou cartão, utilização de embalagens, etc.),
- Ensaiar e experimentar a resistência de pequenas estruturas concebidas com essa finalidade.

2.º ciclo

- Estabelecer analogias entre as funções das estruturas nas “coisas naturais” e os artefactos no mundo construído,
- Analisar diferentes tipos de estruturas existentes em diferentes momentos da história,
- Identificar a partir da observação directa alguns dos esforços a que está submetida uma estrutura,
- Reconhecer que muitas estruturas são constituídas pela montagem de elementos muito simples,
- Identificar alguns elementos básicos constituintes de estruturas resistentes,
- Compreender a razão pela qual triângulos e tetraedros são formas básicas das estruturas de muitas construções.

3.º ciclo

- Identificar e distinguir os diferentes tipos de forças que actuam sobre as estruturas;
- Analisar as condições e o modo de funcionamento para que uma estrutura desempenhe a sua função;
- Ser capazes de distinguir forças de tracção, compressão e flexão;
- Identificar os perfis e características mecânicas das estruturas resistentes Identificar as características e funções dos principais elementos de uma estrutura resistente (viga, pilar, tirante e esquadro) ;
- Analisar e compreender a influência da disposição geométrica dos elementos sobre a capacidade de resistência das estruturas;
- Analisar e valorizar a importância das normas de segurança nas estruturas submetidas a esforços.

Movimento e mecanismos

No domínio do estudo, análise e aplicação do movimento e mecanismo, as competências tecnológicas que os alunos devem desenvolver ao longo do ensino básico incluem:

- Aptidão para verificar que não existe movimento sem estrutura,
- Aptidão para identificar as partes fixas e as partes

móveis de um objecto ou sistema técnico,

- Identificar os principais operadores técnicos utilizados nos mecanismos,
- Analisar estruturas com movimento procedentes de diferentes momentos da história,
- Reconhecer alguns mecanismos elementares que transformam ou transmitem o movimento.

1.º ciclo

- Identificar o movimento em objectos simples comuns no quotidiano,
- Realizar um inventário de mecanismos presentes na vida diária,
- Descrever o tipo e a função do movimento em objectos comuns,
- Identificar as partes fixas e as partes móveis em objectos do mundo próximo,
- Dominar as noções de transmissão e de transformação de movimento,
- Montar e desmontar as partes fixas e móveis de objectos simples.

2.º ciclo

- Identificar os elementos de uma estrutura móvel,
- Identificar os elementos e uniões desmontáveis,
- Conhecer as duas grandes famílias de movimento – movimento circular e movimento rectilíneo,
- Reconhecer e identificar processos de transmissão de movimento circular e movimento rectilíneo,
- Conhecer e identificar processos de transmissão com transformação do movimento,
- Construir mecanismos simples que utilizem os operadores mecânicos do movimento.

3.º ciclo

- Conhecer e identificar os principais operadores dos sistemas mecânicos básicos;
- Identificar os diferentes tipos de transmissão e transformação de movimento: circular/circular; circular/rectilíneo; rectilíneo/circular;
- Ser capazes de construir, montar e desmontar objectos técnicos compostos por mecanismos e sistemas de movimento.

Acumulação e transformação de energia

No domínio da acumulação e transformação de energia, as competências tecnológicas que o aluno desenvolverá ao longo do ensino básico incluem:

- Compreender que é necessária a existência de energia

para produzir trabalho,

- Conhecer diferentes fontes de energia,
- Identificar diferentes formas de energia,
- Analisar e valorizar os efeitos (positivos e negativos) da disponibilidade de energia sobre a qualidade de vida das populações,
- Conhecer as normas de segurança de utilização técnica da electricidade,
- Participar activamente na prevenção de acidentes eléctricos,
- Reflectir e tomar posição face ao impacto social do esgotamento de fontes energéticas naturais,
- Valorizar o uso das energias alternativas, nomeadamente pela utilização de fontes energéticas renováveis.

1.º ciclo

- Compreender o conceito de material combustível e energético,
- Enumerar objectos eléctricos utilizados no quotidiano das pessoas,
- Reconhecer e identificar, no espaço público, objectos que funcionam com electricidade,
- Conhecer o esquema e o princípio de funcionamento de um circuito eléctrico,
- Conhecer os elementos constituintes de um circuito eléctrico simples,
- Desmontar e montar objectos eléctricos simples (lanternas, brinquedos, etc.),
- Conhecer as características e princípios de utilização de materiais condutores e materiais isolantes.

2.º ciclo

- Identificar em objectos simples os operadores tecnológicos com as funções de acumulação e transformação de energia,
- Identificar os elementos fundamentais de um circuito eléctrico, as suas funções e o princípio de funcionamento,
- Construir objectos simples,
- Montar pequenas instalações eléctricas,
- Conhecer as fontes de energia, nomeadamente a energia hidráulica, eólica, geométrica, solar, mareomotriz.

3.º ciclo

- Conhecer os principais operadores eléctricos e a sua aplicação prática;
- Conhecer e identificar a simbologia eléctrica;
- Dominar o conceito de intensidade, resistência e voltagem eléctrica;
- Conhecer diversos tipos de circuitos eléctricos;
- Conhecer o princípio do funcionamento de um motor cc.;

- Conhecer os princípios que explicam o funcionamento do electroímã;
- Conhecer os dispositivos utilizados para a inversão do movimento de um motor cc.;
- Montar e desmontar aparelhos eléctricos simples;
- Construir pequenas montagens e instalações eléctricas.

Regulação e controlo

No domínio da regulação e controlo, as competências tecnológicas que os alunos devem desenvolver ao longo do ensino básico incluem:

- Utilizar com correcção os instrumentos de controlo e medida,
- Predisposição para aceitar que os sistemas técnicos podem actuar como receptores ou emissores de informação, nomeadamente no comando e regulação de funcionamento de máquinas,
- Compreender que a regulação é o comando de um sistema por si próprio, envolvendo uma cadeia circular (acção/ mediação/actuação),
- Reconhecer que a informática facilita e flexibiliza extraordinariamente o comando e regulação dos sistemas técnicos,
- Predisposição para compreender a importância do controlo social da tecnologia.

1.º ciclo

- Identificar actos de comando em sistemas técnicos comuns,
- Identificar os elementos técnicos do comando, regulação e controlo de sistemas técnicos do quotidiano (em ambiente doméstico, na escola ou em espaços sociais),
- Ser capazes de ler um instrumento de medida coerente.

2.º ciclo

- Identificar diferentes tipos de comandos de sistemas técnicos comuns – manuais, mecânicos e automáticos,
- Ser capazes de distinguir actos de comando automático,
- Reconhecer que o funcionamento de um sistema exige a actuação de dispositivos de informação retroactiva,
- Predispor-se a utilizar as disponibilidades técnicas do computador pessoal e dos seus periféricos,
- Verificar o funcionamento de um objecto construído.

3.º ciclo

- Ser capazes de efectuar e relacionar medidas de grandezas eléctricas;
- Seleccionar um sistema eléctrico simples e representar

o seu funcionamento;

- Identificar procedimentos e instrumentos de detecção, regulação e controlo de sistemas técnicos comuns;
- Reconhecer que são as relações entre a função técnica de um elemento e a estrutura que permitem realizar a regulação;
- Representar a estrutura funcional de artefactos, destacando a função da regulação mecânica;
- Identificar Conhecer as noções das funções de regulação e de controlo de energia (regular e controlar para que o débito desta seja constante);
- Reconhecer a relação entre a regulação de energia e a possibilidade de controlar os ritmos e níveis dos processos de produção;
- Conhecer alguns operadores técnicos específicos de comando, regulação e controlo.

Materiais

No domínio dos materiais, as competências tecnológicas que os alunos devem desenvolver ao longo do ensino básico incluem:

- Conhecer as principais características das grandes famílias dos materiais,
- Aptidão para comparar as características e aplicações técnicas em diferentes materiais,
- Aptidão para escolher materiais de acordo com o seu preço, aspecto, propriedades físicas e características técnicas,
- Valorizar na escolha dos materiais os aspectos estéticos destes que cumpram os requisitos técnicos exigidos,
- Sensibilidade perante a possibilidade de esgotamento de algumas matérias-primas devido a uma utilização desequilibrada dos meios disponíveis na natureza,
- Manter comportamentos seguros perante a eventual nocividade de certos materiais.

1.º ciclo

- Distinguir materiais naturais de materiais artificiais,
- Conhecer a origem de alguns materiais básicos comuns,
- Identificar diversos materiais aplicados na construção de artefactos do quotidiano (um edifício, uma ponte, um automóvel, uma bicicleta, um lápis, um brinquedo, etc.),
- Reconhecer algumas características de materiais comuns: duro-mole, rígido-flexível, opaco-transparente, rugoso-macio, pesado-leve, absorvente-repelente, etc.,
- Predispor-se para compreender que a maioria dos materiais é comercializada após sucessivas fases de preparação, e não como se encontra na natureza.

2.º ciclo

- Identificar os diferentes materiais básicos e algumas

das suas principais aplicações,

- Conhecer a origem dos principais materiais básicos,
- Reconhecer características físicas elementares e aptidão técnica dos materiais básicos mais correntes,
- Seleccionar os materiais adequados para aplicar na resolução de problemas concretos,
- Seleccionar e aplicar os materiais tendo em conta as suas qualidades expressivas/estéticas.

3.º ciclo

- Predispor-se para avaliar as características que devem reunir os materiais para a construção de um objecto;
- Conhecer os principais materiais básicos segundo as suas aplicações técnicas nomeadamente materiais de construção, materiais de ligação, de recobrimento, etc.;
- Reconhecer os materiais básicos de uso técnico, segundo tipologia, classificação e formas comerciais;
- Utilizar os materiais tendo em conta as normas de segurança específicas;
- Comparar os materiais aplicados em diferentes momentos da história;
- Predispor-se para atender aos eventuais riscos para a saúde derivados do uso de determinados materiais;
- Ser sensível perante o impacto ambiental e social produzido pela exploração, transformação e desperdício de materiais no possível esgotamento dos recursos naturais.

Fabricação – construção

No domínio da fabricação e construção, as competências tecnológicas que o aluno desenvolverá ao longo do ensino básico incluem:

- Identificar e usar racionalmente os instrumentos e ferramentas,
- Conhecer e utilizar os dispositivos de segurança de ferramentas e máquinas,
- Estabelecer um plano racional de trabalho que relacione as operações a realizar e os meios técnicos disponíveis,
- Valorizar o sentido de rigor e precisão.

1.º ciclo

- Conhecer as principais actividades tecnológicas, as profissões e algumas das características dos seus trabalhos,
- Identificar algumas das principais actividades produtivas da região,
- Predispor-se a valorizar as precauções de segurança nos processos de fabricação,
- Realizar a construção de objectos simples utilizando processos e técnicas elementares,
- Realizar medições simples.

2.º ciclo

- Identificar e distinguir algumas técnicas básicas de fabricação e construção,
- Seleccionar e aplicar as ferramentas específicas aos materiais a trabalhar,
- Descrever um objecto comum por meio de esquemas gráficos e figuras,
- Identificar os principais sectores profissionais da actividade tecnológica,
- Manter comportamentos saudáveis e seguros durante o trabalho prático, conhecer algumas técnicas básicas nomeadamente união, separação – corte, assemblagem, formação, conformação e recobrimento,
- Medir e controlar distâncias e dimensões expressas em milímetros,
- Aplicar as técnicas específicas aos materiais a utilizar e aos problemas técnicos a resolver.

3.º ciclo

- Ser capazes de ler instrumentos de medida com aplicações técnicas;
- Reconhecer que a precisão dimensional e a lubrificação são necessárias ao bom funcionamento de mecanismos;
- Predispor-se a usar medidas rigorosas com tolerância, distinguindo o erro relativo do erro absoluto;
- Definir autonomamente os condicionalismos que se colocam à produção-fabricação de um objecto, nomeadamente financeiros, técnicos, humanos e tempo/duração;
- Escolher e seleccionar os operadores técnicos adequados ao plano e à realização do projecto técnico;
- Interpretar instruções de funcionamento de aparelhos e equipamentos comuns (montagem, fixação, instalação, funcionamento/uso e manutenção);
- Ler e interpretar esquemas gráficos de informação técnica;
- Construir operadores tecnológicos recorrendo a materiais e técnicas básicas;
- Sequenciar as operações técnicas necessárias para a fabricação-construção de um objecto;
- Estabelecer um caderno de encargos;
- Elaborar uma memória descritiva.

Sistemas tecnológicos

No domínio dos sistemas tecnológicos, as competências tecnológicas a desenvolver pelos alunos ao longo do ensino básico incluem:

- Analisar o objecto técnico como um sistema,
- Analisar o ciclo de vida do objecto relacionando as interacções existentes nos diferentes sistemas sociais:

consumo, uso, produção e impacto social e ambiental,

- Usar a perspectiva sistémica na concepção e desenvolvimento do produto pela interacção e articulação de várias perspectivas,
- Aptidão para analisar as relações dos objectos nos sistemas técnico, no sistema de produção e no sistema ambiental,
- A predisposição para reconhecer que todos os sistemas técnicos podem falhar ou não funcionar como o previsto devido a uma falha de uma ou mais partes que constituem o sistema.

1.º ciclo

- Observar e compreender o objecto como um conjunto de componentes ou partes que interagem entre si,
- Observar nos sistemas sociais do meio envolvente a interacção das partes que o constituem,
- Verificar e explicar o que pode acontecer se uma dada parte de um sistema deixa de funcionar,
- Classificar e emparelhar objectos a partir das funções que desempenham num dado sistema.

2.º ciclo

- Predispor-se para reconhecer que todos os sistemas técnicos são constituídos por elementos parciais mas que interagem para a realização das funções gerais do sistema,
- Ser capazes de enumerar e relacionar os elementos constituintes e funcionais de um sistema,
- Dispor-se a reconhecer e compreender a existência de sistemas simples e de reduzidas dimensões, de sistemas complexos de grandes dimensões, nomeadamente os grandes sistemas sociais,
- Analisar a fiabilidade dos vários elementos do sistema,
- Discutir o prejuízo, para a funcionalidade de um sistema, derivado de uma falha de um dos seus componentes,
- Analisar um objecto técnico como um sistema,
- Observar as diferentes funções de um sistema e a sua participação na funcionalidade geral deste (ex.: a bicicleta; o sistema de distribuição de energia eléctrica, etc.).

3.º ciclo

- Predispor-se para analisar a complexidade do meio artificial
- Compreender que todos os produtos tecnológicos se integram num dado sistema específico, nomeadamente os sistemas físicos, biológicos e organizacionais
- Observar e descrever os elementos constitutivos de um dado sistema
- Compreender que um sistema é uma totalidade com-

plexa organizada em função de uma necessidade constituída por elementos solidários interagindo dinamicamente

- Analisar o objecto técnico com um sistema a partir das relações e interacções com o meio envolvente;
- Compreender que o estudo do objecto se realiza tendo em conta as relações internas e externas dos seus componentes.

Educação Física

A Educação Física, enquanto área curricular, estabelece um quadro de relações com as que com ela partilham os contributos fundamentais para a formação dos alunos ao longo da escolaridade.

O essencial do valor pedagógico dessas relações reside nos aspectos particulares da Educação Física, materializado no conjunto de contributos e de riquezas patrimoniais específicas, que não podem ser promovidas por qualquer outra área ou disciplina do currículo escolar.

Trata-se, como em muitas outras facetas do desenvolvimento humano, da partilha geracional de um conjunto de aquisições socialmente relevantes, que se constituem como o património cultural, tendo como referente o corpo e a actividade física, na sua vertente de construção individual e colectiva e de relacionamento e integração na sociedade.

Da diversidade das construções culturais operadas (em constante construção e mutação) resulta um processo de apropriação invariavelmente inacabado e imperfeito. Olha-se, portanto, para este percurso educativo como o combate ao analfabetismo motor, que deverá estar completamente erradicado nos nossos jovens no fim da escolaridade básica, a partir da progressiva integração de um conjunto de atitudes, capacidades, conhecimentos e hábitos no âmbito da Educação Física.

Esse percurso obriga à aquisição de competências em diferentes domínios e matérias próprias da Educação Física, num claro sinal de ampliação das experiências motoras vividas, de modo eclético, tendo como pano de fundo a perseguição constante da qualidade de vida, da saúde e do bem-estar.

As competências específicas na área de Educação Física que se apresentam traduzem os objectivos dos 1.º e 2.º ciclos do Ensino Básico.

1.º Ciclo

- Elevar o nível funcional das capacidades condicionais e

cooperativas da resistência geral, da velocidade de reacção simples e complexa, de execução das acções motoras básicas e de deslocamento, da flexibilidade, do controlo da postura, do equilíbrio dinâmico em situação de voo, de aceleração e de apoio instável e ou limitado, do controlo de orientação espacial, do ritmo e da agilidade;

- Participar com empenho no aperfeiçoamento da sua habilidade nos diferentes tipos de actividade, procurando realizar as acções adequadas com correcção e oportunidade;

• Cooperar com os companheiros nos jogos e exercícios, compreendendo e aplicando as regras combinadas na turma, bem como os princípios de cordialidade e respeito na relação com os colegas e professor;

- Realizar acções motoras básicas com aparelhos portáteis, segundo uma estrutura rítmica, encadeamento ou coordenação de movimentos, conjugando as qualidades da acção própria ao efeito pretendido pela movimentação do aparelho;

• Participar em jogos ajustando a sua iniciativa própria e as qualidades motoras na prestação às oportunidades oferecidas pela situação de jogo e ao seu objectivo, realizando habilidades básicas e acções técnico – tácticas fundamentais, com oportunidade e correcção de movimentos;

- Realizar habilidades gímnicas básicas em esquemas ou sequências no solo e em aparelhos, encadeando e / ou combinando as acções com fluidez e harmonia de movimentos;

• Realizar acções motoras básicas de deslocamento, no solo e em aparelhos, segundo uma estrutura rítmica, encadeamento ou combinação de movimentos, coordenado a sua acção para aproveitar as qualidades motoras possibilitadas pela situação;

- Patinar com equilíbrio e segurança, ajustando as suas acções para orientar o seu deslocamento com intencionalidade e oportunidade na realização de percursos variados;

• Escolher e realizar habilidades apropriadas em percursos da natureza, de acordo com as características do terreno e os sinais de orientação, colaborando com os colegas e respeitando as regras de segurança e preservação do ambiente.

- Combinar deslocamentos, movimentos não locomotores e equilíbrios adequados à expressão de motivos ou temas combinados com os colegas e professor, de acordo com a estrutura rítmica e melodia de composições musicais;

• Escolher e realizar habilidades apropriadas, em percursos na natureza, de acordo com as características do terreno e os sinais de orientação, colaborando com os colegas e respeitando as regras de segurança e protecção do ambiente.

2.º Ciclo

- Elevar o nível funcional das capacidades condicionais e coordenativas gerais básicas, particularmente da resistência geral de longa duração, da força rápida, da velocidade de reacção simples e complexa, de execução, de frequência de movimentos e de deslocamentos, da flexibilidade, da força resistente (esforços localizados) e das destrezas geral e condicionada;
- Conhecer os processos fundamentais das adaptações morfológicas, funcionais e psicológicas que lhe permitem compreender os diversos factores da aptidão física;
- Conhecer e aplicar cuidados higiénicos, bem como as regras de segurança pessoal e dos companheiros, e de preservação dos recursos materiais;
- Participar activamente em todas as situações e procurar o êxito pessoal e do grupo:
 - Relacionando-se com cordialidade e respeito pelos seus companheiros, quer no papel de parceiros quer no de adversários;
 - Aceitando o apoio dos companheiros nos esforços de aperfeiçoamento próprio, bem como as opções do(s) outro(s) e as dificuldades por eles reveladas;
 - Cooperando nas situações de aprendizagem e de organização, escolhendo as acções favoráveis ao êxito, segurança e bom ambiente relacional, na actividade da turma;
- Analisar e interpretar a realização das actividades física seleccionadas, utilizando os conhecimentos sobre técnica, organização e participação, ética desportiva, etc.;
- Praticar actividades lúdicas tradicionais populares de acordo com os padrões culturais característicos da reacção e cooperar com os companheiros para o alcance do objectivo dos jogos elementares, utilizando com oportunidade as acções técnico-tácticas características;
- Cooperar com os companheiros para o alcance do objectivo dos Jogos Desportivos Colectivos, desempenhando com oportunidade e correcção as acções solicitadas pelas situações de jogo, aplicando a ética do jogo e as suas regras;
- Compor e realizar, da Ginástica, as destrezas elementares de solo, aparelhos e mini-trampolim, em esquemas individuais e/ou de grupo, aplicando os critérios de correcção técnica e expressão, e apreciando os esquemas de acordo com esses critérios;
- Patinar com equilíbrio e segurança, ajustando as suas acções para orientar o seu deslocamento com intencionalidade e oportunidade na realização de sequências rítmicas, percursos ou jogos;
- Realizar, do Atletismo, saltos, corridas e lançamentos, segundo padrões simplificados, e cumprindo correctamente as exigências elementares técnicas e regulamentares;
- Realizar, da Luta, as acções de oposição directa solici-

tadas, utilizando as técnicas fundamentais de controlo e desequilíbrio, com segurança (própria e do opositor), aplicando as regras e os princípios éticos;

- Interpretar sequências de habilidades específicas elementares da Dança, em coreografias individuais e/ou em grupo, aplicando os critérios de expressividade considerados, de acordo com os motivos das composições;
- Utilizar as habilidades apropriadas, em percursos de natureza, de acordo com as características do terreno e obstáculos, orientando-se pela interpretação dos sinais da carta e do percurso, apoiando os colegas e respeitando as regras de segurança e de preservação da qualidade do ambiente.

3.º ciclo

Elevar o nível funcional das capacidades condicionais e coordenativas gerais, particularmente, de resistência geral de longa e média durações; da força resistente; da força rápida; da velocidade de reacção simples e complexa, de execução, de deslocamento e de resistência; da flexibilidade, das destrezas geral e específica.

Conhecer e aplicar diversos processos de elevação e manutenção da condição física de uma forma autónoma no seu quotidiano.

Conhecer e interpretar factores de saúde e risco associados à prática das actividades físicas e aplicar regras de higiene e de segurança.

Participar activamente em todas as situações e procurar o êxito pessoal e do grupo:

- Relacionando-se com cordialidade e respeito pelos seus companheiros, quer no papel de parceiros quer no de adversários;
- Aceitando o apoio dos companheiros nos esforços de aperfeiçoamento próprio, bem como as opções do(s) outro(s) e as dificuldades reveladas por eles;
- Cooperando nas situações de aprendizagem e de organização, escolhendo as acções favoráveis ao êxito, segurança e bom ambiente relacional, na actividade da turma;
- Interessando-se e apoiando os esforços dos companheiros com oportunidade, promovendo a entajuda para favorecer o aperfeiçoamento e satisfação própria e do(s) outro(s);
- Apresentando iniciativas e propostas pessoais de desenvolvimento da actividade individual e do grupo, considerando também as que são apresentadas pelos companheiros com interesse e objectividade;
- Assumindo compromissos e responsabilidades de organização e preparação das actividades individuais e ou de grupo, cumprindo com empenho e brio as tarefas inerentes.

Analisar e interpretar a realização das actividades físicas seleccionadas, aplicando os conhecimentos sobre técnica, organização e participação, ética desportiva, etc.

Interpretar crítica e correctamente os acontecimentos na esfera da cultura física, compreendendo as actividades físicas e as condições da sua prática e aperfeiçoamento como elementos de elevação cultural dos praticantes e da comunidade em geral.

Identificar e interpretar os fenómenos da industrialização, urbanismo e poluição como factores limitativos da aptidão física das populações e das possibilidades de prática das modalidades da cultura física.

Praticar e conhecer jogos tradicionais populares de acordo com os padrões culturais característicos.

Cooperar com os companheiros para o alcance do objectivo dos Jogos Desportivos Colectivos, realizando com oportunidade e correcção as acções técnico-tácticas elementares em todas as funções, conforme a oposição em cada fase do jogo, aplicando as regras não só como jogador, mas também como árbitro.

Compor, realizar e analisar, da Ginástica, as destrezas elementares de acrobacia, dos saltos, do solo e dos outros aparelhos, em esquemas individuais e ou de grupo, aplicando os critérios de correcção técnica, expressão e combinação, e apreciando os esquemas de acordo com esses critérios.

Utilizar adequadamente os patins, em combinações de deslocamentos e paragens, com equilíbrio e segurança, realizando as acções técnico-tácticas elementares em jogo e as acções de composições rítmicas “individuais” e “a pares”

Realizar e analisar, do Atletismo, saltos, lançamentos, corridas e marcha, cumprindo correctamente as exigências elementares, técnicas e do regulamento, não só como praticante, mas também como juiz.

Realizar com oportunidade e correcção as acções do domínio de oposição em actividade de combate, utilizando as técnicas elementares de projecção e controlo, com segurança (própria e do opositor) e aplicando as regras, quer como executante quer como árbitro.

Realizar com oportunidade e correcção as acções técnico-tácticas elementares dos jogos de raquetas, garantindo a iniciativa e ofensividade em participações «individuais» e “a pares», aplicando as regras, não só como jogador, mas também como árbitro.

Apreciar, compor e realizar sequências de elementos técnicos elementares da Dança em coreografias individuais e ou em grupo, aplicando os critérios de expressividade, de acordo com os motivos das composições.

Realizar percursos de nível elementar, utilizando técnicas de orientação e respeitando as regras de organização, participação, e de preservação da qualidade do ambiente.

Avaliação

A avaliação dos alunos obedece às orientações contidas no dec.-lei 6/2001, regulamentadas pelo desp. Normativo 30/2001 e visa, nomeadamente:

- Concorrer para o sucesso de todos os alunos, permitindo o reajustamento dos projectos curriculares de escola e de turma;
- Certificar as competências adquiridas;
- Contribuir para melhorar a qualidade do sistema educativo.

A avaliação incide sobre as aprendizagens contidas nos projectos curriculares de escola e de turma, que integram o currículo nacional.

Intervêm no processo de avaliação o professor (ou equipa de professores), que conduz o processo, os alunos, através de auto-avaliação (obrigatória nos 3º e 4º anos), os encarregados de educação, nos moldes definidos no Regulamento Interno e os técnicos de apoio educativo ou outros professores envolvidos.

Serão adoptados como instrumentos de avaliação, entre outros:

- Observação directa;
- Fichas de avaliação sumativa;
- Fichas de avaliação formativa;
- Grelhas de registo.

A avaliação (incluindo a auto-avaliação dos alunos) deve respeitar os seguintes critérios:

- Competências adquiridas nas várias áreas curriculares disciplinares;
- Interesse e participação nas actividades da aula;
- Empenho e participação em trabalhos de projectos/ actividades de escola;
- Comportamento na sala de aula e recreio;
- Assiduidade e pontualidade;
- Autonomia e capacidade de organização do trabalho individual;
- Organização/apresentação de material e trabalhos.

Os itens em que se desdobra cada um destes critérios serão apresentados aos alunos em grelhas de auto-avaliação. O processo de avaliação consubstancia-se em duas modalidades: formativa e sumativa.

A avaliação formativa é contínua e sistemática e integra a vertente diagnóstica. É da responsabilidade do professor da turma em colaboração com os outros agentes e órgãos envolvidos e visa a regulação do ensino e das aprendizagens, o reajustamento do projecto curricular de turma e a adequação das estratégias.

A avaliação sumativa é uma síntese das informações recolhidas e expressa-se de forma descritiva no final de cada período. Nas áreas curriculares não disciplinares a avaliação recorre a elementos provenientes das diversas disciplinas. A avaliação sumativa é da responsabilidade do professor e do conselho de estabelecimento, podendo conduzir a reajustamentos nos projectos curriculares.

A avaliação sumativa, no final de cada ano, conduz à decisão de progressão ou à retenção do aluno. Essa decisão é tomada em Cons. de Estab. pelo professor da turma.

No 1º ano de escolaridade não há lugar à retenção.

Os alunos retidos podem não integrar a turma a que pertenciam, por decisão do Conselho Pedagógico sob proposta fundamentada do respectivo professor.

Em caso de retenção, deve o professor elaborar relatório analítico do aluno retido, identificando aprendizagens não realizadas. Esse relatório deve ser considerado na elaboração do projecto curricular da turma em que o aluno venha a ser integrado.

Em caso de segunda retenção, devem ser ouvidos o encarregado de educação e o Conselho Pedagógico. Aos alunos abrangidos pela modalidade de educação especial aplica-se o mesmo regime de avaliação, excepto se do seu programa educativo individual constarem condições de avaliação próprias.

Os encarregados de educação podem pedir reapreciação da avaliação de final de ano. A decisão final (e definitiva) cabe ao professor, em articulação com o Conselho de Docentes do Colégio S. Filipe.

[1] Ministério da Educação, Decreto-Lei n.º 6/2001

10. PLANO ANUAL DE ACTIVIDADES

Disponível em breve

11. CALENDÁRIO ESCOLAR

Período	Início	Termo
1º	14 de Setembro de 2009	8 de Dezembro de 2009
2º	4 de Janeiro de 2010	26 de Março de 2010
3º	12 de Abril de 2010	18 de Junho de 2010
1ª interrupção lectiva	19 de Dezembro de 2009 a 3 de Janeiro de 2010	
2ª interrupção lectiva	15 a 17 de Fevereiro de 2010, inclusive	
3ª interrupção lectiva	27 de Março a 11 de Abril de 2010	

12. CALENDÁRIO DO CONSELHO DE DOCENTES

O Conselho de Docentes do 1º CEB reúne-se todas as primeiras terças-feiras de cada mês, do 2º CEB todas as primeiras quintas-feiras de cada mês, nas interrupções de Natal, Páscoa e no final do ano lectivo para proceder à avaliação dos alunos.

13. ATENDIMENTO AOS ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO

Prof. / Educadora	Turma / Sala	Dia da Semana	Horário
Ed.ª Carina	1 ano	2ª Feira	16:30 às 17:30
Ed.ª Ana Rita	Coordenadora Creche e Jardim-de-Infância 2 anos	3ª Feira	16:30 às 17:30
Ed.ª Dulce	3 anos	5ª Feira	16:30 às 17:30
Ed.ª Eulália	4 anos	4ª Feira	16:30 às 17:30
Ed. Luís	5 anos	6ª Feira	16:30 às 17:30
Prof. Moisés	1º ano	5ª Feira	16:00 às 17:00
Prof.ª Marisa	2º ano	5ª Feira	16:00 às 17:00
Prof.ª Vera	3º ano	5ª Feira	16:00 às 17:00
Prof.ª Gina	4º ano	5ª Feira	16:00 às 17:00
Prof.ª Margarida	5º ano	3ª Feira	09:00 às 10:00
Prof.ª Vilma	6º ano	-	-
Prof.ª Sofia	7º ano	-	-

14. VIGILÂNCIA NO RECREIO

Os períodos do recreio, na parte da manhã, entre as 10H30 e as 11H00, à hora de almoço entre as 13H00 e as 14H30, e na parte da tarde, entre as 16H15 e as 16H45, são vigiados por três auxiliares em permanência.

15. PESSOAL NÃO DOCENTE

O pessoal não docente está devidamente enquadrado pelas coordenadoras dos respectivos sectores, com horários e períodos de trabalho perfeitamente identificados, funcionando como um segundo nível de segurança e controlo de qualidade em termos formativos e educacionais.

16. PROJECTO BIBLIOTECA / SALA MULTIMÉDIA

O projecto Biblioteca e Sala Multimédia pretende ser um espaço vocacionado para a formação específica do aluno na área da leitura, assim como se assume como um espaço para a reflexão e aprendizagem, no qual o aluno assume determinados procedimentos específicos de trabalho em biblioteca, disciplina, gosto pela leitura, preservação de documentos, etc...

Regularmente o aluno requisita livros com o auxílio do seu professor, de acordo com os seus gostos pessoais ou com base em determinado tema ou trabalho específico a efectuar na sala de aula.

Ao longo do ano, a Dr.^a Iola desenvolve o projecto “Era uma vez...” no qual reúne, diariamente, um grupo de alunos com temáticas diversas, sempre em torno do conto e reconto de histórias.

À semelhança dos anos lectivos anteriores, ao longo deste triénio, divulgaremos um concurso literário e outro fotográfico.

Pretende-se com tudo isto, que este espaço do nosso Colégio seja um local lúdico, no qual se procura transmitir o gosto pela leitura, pelo encontrar de um espaço de interiorização e de procura de saber.

17. SUB-PROJECTO

“Conhecer a família” e conhecê-la na perspectiva da própria família, ouvindo e auscultando os familiares dos alunos, que por si só poderão ser o elo de ligação entre gerações, transmitindo conhecimentos e saberes adquiridos ao longo dos tempos.

Pretende-se assim que este sub-projecto, trabalhando através das genealogias, ligue e una diferentes gerações através da sua própria história, feita de lugares comuns. De forma a alcançarmos este propósito, serão convidados a participar no processo ensino – aprendizagem todos os membros directos de cada família do aluno para

que o aluno no final do ano possa ter uma ideia concreta de quem é a sua família e acima de tudo, do valor que ela tem para si.

18. REGULAMENTO INTERNO 2009/2010

19. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BECK, U. Risk society. London: Sage Publications, 1992.

CARVALHO, I. A Invenção ecológica. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2001.

JACOBI, P. Cidade e meio ambiente. São Paulo: Annablume, 1999.

Meio ambiente urbano e sustentabilidade: alguns elementos para a reflexão. In: CAVALCANTI, C. (org.). Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas. São Paulo: Cortez, 1997. p.384-390.

. Políticas sociais e ampliação da cidadania. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2000.

JACOBI, P. et al. (orgs.). Educação, meio ambiente e cidadania: reflexões e experiências. São Paulo: SMA, 1998.

LEFF, E. Epistemologia ambiental. São Paulo: Cortez, 2001.

MEADOWS, D. et al. Limites do crescimento: um relatório para o projeto do Clube de Roma sobre os problemas da humanidade. São Paulo: Perspectiva, 1972.

PÁDUA, S.; TABANEZ, M. (orgs.). Educação ambiental: caminhos trilhados no Brasil. São Paulo: Ipê, 1998. Cadernos de Pesquisa, n. 118, março/ 2003 205

REIGOTA, M. Desafios à educação ambiental escolar. In: JACOBI, P. et al. (orgs.). Educação, meio ambiente e cidadania: reflexões e experiências. São Paulo: SMA, 1998. p.43-50.

SORRENTINO, M. De Tbilisi a Tessaloniki, a educação ambiental no Brasil. In: JACOBI, P. Et al. (orgs.). Educação, meio ambiente e cidadania: reflexões e experiências. São Paulo: SMA.1998. p.27-32.

TAMAIIO, I. A Mediação do professor na construção do conceito de natureza. Campinas, 2000. Dissert.(Mestr.) FE/Unicamp.

TRISTÃO, M. As Dimensões e os desafios da educação ambiental na sociedade do conhecimento. In:

RUSHEINSKY, A. (org.). Educação ambiental: abordagens múltiplas. Porto Alegre: Artmed, 2002. p.169-173.

Rede de relações: os sentidos da educação ambiental na formação de professores. São Paulo, 2000. Tese (Dout.) Feusp.

VIGOTSKY, L. A Formação social da mente. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

Bases para o plano de acção para a salvaguarda e monitorização da população de roazes do estuário do Sado. RNES, 2009.

CRAFT, A. et al. Criatividade e Educação – Cadernos de Criatividade. Lisboa: Associação Educativa para o Desenvolvimento da Criatividade, 2004.

DIAS, A. A. et al. Estuários – Estuário do Tejo. Alcochete: Antunes Dias, A. & Marques, J.M.S., 1999.

ELIAS, G. et al. As aves do Estuário do Sado. RNES, 2006.

Guia de plantas aquáticas. ICN, 2004.

HOUSEN, A. et al. Educação Estética e Artística – Abordagens Transdisciplinares. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000.

HUMPHRIES, C.J. et al. Árvores de Portugal e Europa. Porto: Reed International Books Limited, 1996.

NEVES, R. et al. Reserva Natural do Estuário do Sado. ICN, 2004.

SANTOS, A. S. Mediações Arteducacionais. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2008.

SEQUEIRA, M. et al. Baleias e Golfinhos. Lisboa: ICN, 1998

SOUSA, A. B. Educação pela arte e artes na educação – 1º volume – Bases Psicopedagógicas. Instituto Piaget, 2003.

SOUSA, A. B. Educação pela arte e artes na educação – 2º volume – Drama e Dança. Instituto Piaget, 2003.

SOUSA, A. B. Educação pela arte e artes na educação – 3º volume – Música e Artes Plásticas. Instituto Piaget, 2003.

SVENSSON, L. et al. Guia de Aves – Guia de campo das aves de Portugal e Europa. Lisboa: Assírio e Alvim, 2003.

VIEIRA, C. G. Cento e picos termos sobre conservação da natureza. ICN, 2002.

WEBER, M. et al. Descobrir o Estuário. Santa Maria da Feira: Edições Afrontamento, 2005.

Sites consultados

Disponível na Internet via
<http://www.setubalnarede.pt/content/index.php?action=detailFo&rec=1231>

Disponível na Internet
via http://www.iambiente.pt/atlas/est/index.jsp?zona=continente&grupo=&tema=c_biotopos

Disponível na Internet via
http://pt.wikipedia.org/wiki/Reserva_Natural_do_Estu%C3%A1rio_do_Sado

Disponível na Internet via
<http://www.aflops.pt/content/index.php?action=detailfo&rec=265>

Disponível na Internet via
<http://portal.icn.pt/ICNPortal/vPT/Areas+Protegidas/ReservaNatural/EstuarioDoSado/Reserva+Natural+Estuario+do+Sado.htm?res=1280x800>

Disponível na Internet via
<http://portal.icn.pt/ICNPortal/vPT2007/O+ICNB/Educa%C3%A7%C3%A3o+Ambiental/D%C3%A9cada+Educa%C3%A7%C3%A3o+para+o+Desenvolvimento+Sustent%C3%A1vel/>

Disponível na Internet via
<http://educacaoambiental.quercus.pt/scid/subquercus/defaultarticleViewOne.asp?categorySiteID=512&articleSiteID=1405>